



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE – UFAC
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, SOCIAIS E APLICADAS- CCJSA

PROJETO PEDAGÓGICO CURRICULAR DO CURSO DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

(Projeto de criação)

Rio Branco – Acre
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - UFACADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Prof^a. Dra. Margarida de Aquino Cunha
Reitora

Prof^o. Dr. Josimar Batista Ferreira
Vice-Reitor

Prof. Dra. Ednaceli Abreu Damasceno
Pró-Reitora de Graduação

Profa. Dra. Margarida Lima Carvalho
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Dr. Isaac Davan Bastos da Silva
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Prof. Dr. Carlos Paula de Moraes
Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Gleyson de Sousa Oliveira
Pró-Reitor de Administração

Prof. Msc. Alexandre Ricardo Hid
Pró-Reitor de Planejamento

Filomena Maria Oliveira da Cruz
Pró-reitora de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - UFAC
COMISSÃO DE ELABORAÇÃO PROJETO PEDAGÓGICO CURRICULARDO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO MEMBROS INTERNOS

Portaria nº 3.860/2018 e nº 877/2022

Profª. Dra. Oleides Francisca de Oliveira Presidente

Siape nº 1461798 - CRC nº 00146/O

Prof. Dr. Raimundo Cláudio Gomes Maciel

Siape nº 1932429

Prof. Dr. Rubicleis Gomes da Silva

Siape nº 1545546

MEMBROS EXTERNOS DA COMISSÃO

Portaria nº 2.918/2018 e 3.768/2018

Jonathas Santos Almeida de Carvalho

Conselheiro - CRC nº 001904/O

José Cleber da Silva Fontineles

Conselheiro - CRC nº 000801/O

MEMBROS REPRESENTATIVOS DO CRC/AC

Tiago Roselia Dell'agnolo

Presidente do Conselho de Contabilidade

CRC/ACCRC nº 054833/O-7 T-AC

Mateus Nascimento Calegari

Vice-Presidente da Câmara de Desenvolvimento Profissional

CRC/ACCRC nº 002073/O-4



Apoio Técnico Institucional
Diretoria de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino - DIADEN

Prof. Dra. Grace Gotelip Cabral - Diretora

Msc. Emilly Ganum Areal - Coordenador de Currículo

Msc. Roberto Mamedio Bastos - Pedagogo

Msc. Mageana de Freitas Souza de Carvalho - Coord. de Regulação e Avaliação

Maria Aparecida Linhares de Sousa Lima - Técnico em Assuntos Educacionais

Msc. Gesiel de Oliveira Brandão - Coord. De Legislação e Normas do Ensino

Esp. Liciane Calixto Moura – Secretário Executivo

Profª Dra. Grace Gotelip Cabral - Escola de Formação da Docência Universitária

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Dados de Identificação do Curso	26
QUADRO 2	Eixos Temáticos e Total da carga Horária	32
QUADRO 3	Disciplinas de Formação Básica	35
QUADRO 4	Disciplinas de Formação Profissional	36
QUADRO 5	Conteúdos de Formação Teórico-Prática	36
QUADRO 6	Componentes Curriculares Obrigatórios com C/H e Curricularização	37
QUADRO 7	Componentes Curriculares Optativos	38
QUADRO 8	Carga Horária Resumida da Estrutura Curricular	39
QUADRO(s) 9	Componentes Curriculares Distribuídos por Semestre	40 a 42
QUADRO 10	Disciplinas Obrigatórias com Ementas e Referência	42 a 68
QUADRO(s) 10.1	Componentes Curriculares para Formação Profissional – CH/CR	69
QUADRO(s) 11	Disciplinas Optativas com Ementas e Referências	70
QUADRO 12	Atividades-acadêmico-científicas-culturais a serem consideradas pelo colegiado do curso de Ciências Contábeis.	119
QUADRO 13	Conteúdos/Disciplinas de Formação Profissional	122
QUADRO 14	Conteúdos de Formação Profissional – Teórico e Prático	69
QUADRO 15	Docentes para Conteúdos de Formação Básica	123
QUADRO 16	Quadro Resumo Quantitativo de Salas	125

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
2 HISTÓRICO E PERFIL INSTITUCIONAL	8
4 CONTEXTUALIZAÇÃO, CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA, OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA DO CURSO	16
4.1 Contextualização e base legal do Curso de Ciências Contábeis no Brasil	16
4.2 Perfil do Curso de Ciências Contábeis	19
4.3 Concepção Pedagógica e Objetivos do Curso	20
4.4 Missão, Visão de Futuro, Valores do Curso de Ciências Contábeis.....	22
4.5 Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão	22
4.6 Justificativa para o Funcionamento do Curso.....	24
4.7 O Colegiado do Curso de Ciências Contábeis	25
5 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	26
5.1 Síntese de Identificação do Curso	27
6 PERFIL DO EGRESSO.....	28
7 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	29
8 ÁREA DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL.....	30
9 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	30
10 ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO	32
11 COMPONENTES CURRICULARES.....	34
11.1 Componentes Curriculares Obrigatórios	35
11.2 Componentes Curriculares Optativos	38
11.3 Disciplinas Obrigatórias com Ementas e Referências	42
11.4 Conteúdo de Formação Teórico-Prática	69
12 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	83
12.1 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO (OBRIGATÓRIO)	84
13.1 Estágio não Obrigatório	85
14 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	85

15 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	88
16 AUTO AVALIAÇÃO DO CURSO	87
17 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	88
18 CORPO DOCENTE.....	88
19 METODOLOGIA ADOTADA PARA EXECUÇÃO DA PROPOSTA.....	88
20 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE).....	90
21 INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O FUNCIONAMENTO DO CURSO	91
22 LEGISLAÇÃO BÁSICA.....	92
23 REFERÊNCIAS.....	96
ANEXOS	98
ANEXO - A - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	99
ANEXO – B - REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	102
ANEXO - C - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC.....	108
ANEXO - D - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO.....	113
ANEXO – E - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTIFICO-CULTURAIS CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS.....	118
ANEXO – F – PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO	
NECESSIDADES DE ESTRUTURA FÍSICA E DE PESSOAL, BEM COMO UM CRONOGRAMA DA ESTIMATIVA.....	121
INFRA-ESTRUTURA FÍSICA NECESSÁRIA PARA O FUNCIONAMENTO DO CURSO	124
ANEXO - G - RENOVAÇÃO DA PORTARIA DA COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO CURSO	130

APRESENTAÇÃO

A criação do curso de Ciências Contábeis na Universidade Federal do Acre – UFAC está inserida dentro do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e visa atender as demandas da sociedade local e regional, formando profissionais com qualificação técnico-científica e seguindo uma orientação humanística. Objetiva formar profissionais habilitados para atender às necessidades de pessoas e organizações, sendo elas públicas, privadas ou de terceiro setor, como também o fortalecimento da formação de áreas afins ligadas ao Centro de Ciências Jurídicas Sociais Aplicadas (CCJSA).

A contabilidade sempre foi influenciada pelos limites e critérios fiscais, considerando, sobretudo, a legislação do imposto de renda da receita federal, observando que esta característica, ao mesmo tempo que trouxe evolução para a contabilidade, limitou a evolução dos princípios fundamentais desta ciência (IUDÍCIBUS et al, 2010). Este documento se constituiu no Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis à ser ofertado pela Universidade Federal do Estado do Acre – UFAC, no Campus Rio Branco. Ele é o instrumento básico da gestão de ensino, reunindo assim, todas as decisões e a sistemática de condução do processo formativo no Curso.

A construção do Projeto Pedagógico Curricular foi antecedido de um amplo debate entre os profissionais da Contabilidade advindos do Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e membros da academia. Essas discussões ratificavam a importância da criação do curso de ciências contábeis, tendo em vista ser a UFAC, a única Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) no Brasil a não oferecer o curso.

O propósito deste Projeto Pedagógico Curricular é orientar o percurso formativo do estudante de Ciências Contábeis na UFAC, consubstanciado nas leis 11.638/07 e 11.941/09, no posicionamento do Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) baseado nas normas emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB) e na Resolução 1282/2010 denominada de Princípios Contábeis.

O PPC é um documento norteador da ação educativa do curso e nele se explicitam os fundamentos político, filosófico, teórico-metodológico, os objetivos e o tipo de organização que será dada à formação, visando a implementação e a avaliação do curso frente aos atos regulatórios.

Objetiva-se de maneira geral com o curso formar profissionais com qualificação técnico-científica, habilitados para atender as necessidades e demandas impostas pelas organizações. Para cumprir com esse objetivo, na estrutura do PPC constarão:

- a) Os fundamentos teórico-metodológicos da área de formação;
- b) A concepção pedagógica do curso;
- c) Os objetivos formativos;
- d) A regulamentação da área;
- e) A base legal de criação do curso;
- f) O perfil do egresso;
- g) Competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos acadêmicos;
- h) A estrutura curricular do curso, seu ementário e referências básicas e complementares;
- i) As etapas de implementação.

Neste sentido, este PPC ratifica: a articulação do ensino, pesquisa e extensão; a integração da graduação com a pós-graduação; a integração com a comunidade; a política de acompanhamento dos egressos; a infraestrutura necessária para implantação do curso.

Para complementar o documento, destacam-se como anexos: a) Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC; b) Regulamento das Atividades Complementares; c) Regulamento do Estágio/Laboratório Contábil; d) Regulamento das Atividades de Extensão e; e) legislação referente aos atos normativos: a inclusão de discussões relativas aos direitos humanos, às questões étnico-raciais, a inclusão da disciplina de Libras, a inclusão da Educação Ambiental e a Resolução da curricularização das ações de extensão.

Por fim, ressalta-se que a contabilidade é uma ciência e como ciência o Curso de Contabilidade não se constitui em versão definitiva, tem como característica a flexibilidade de ajustes temporal, espacial e regimental em seu conteúdo e ações, permitido atualizações científicas e tecnológicas contínuas, de modo a atender seu público-alvo.

2 HISTÓRICO E PERFIL INSTITUCIONAL

A Universidade Federal do Acre (UFAC) é uma instituição pública de Ensino Superior, vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e mantida pela Fundação Universidade Federal do Acre (FUFAC).

Ciente da importância de investir na formação cidadã, possui uma história que inicia-se com a criação da Faculdade de Direito, por meio do Decreto Estadual n.º 187, de 25 de março de 1964, seguida pela criação da Faculdade de Ciências Econômicas.

Em 1970, por meio da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, foram criados os cursos de Licenciatura de Curta duração em Letras, Pedagogia, Matemática e Estudos

Sociais, oficializando-se também por meio da Lei Estadual n.º 318, de 03 de março de 1970, a criação do Centro Universitário do Acre.

No ano seguinte, por meio da Lei Estadual n.º 421, de 22 de janeiro de 1971, o Centro Universitário do Acre passou a ser denominado de Fundação Universidade do Acre. Posteriormente, por intermédio da Lei n.º 6.025, de 05 de abril de 1974, ocorreu a sua federalização, com a aprovação do seu primeiro estatuto. Dessa forma, a instituição passou a ser denominada Fundação Universidade Federal do Acre, o que foi regulamentado pelo Decreto n.º 74.706, de 17 de outubro de 1974.

Com a finalidade de desenvolver a Educação Básica, atuando no campo de estágios voltados à prática de ensino, por meio da aprovação da Resolução do Conselho Universitário (CONSU) de n.º 22, de 25 de dezembro de 1981, foi criado, em 11 de dezembro de 1981, o Colégio de Aplicação (CAP), como unidade especial ligado à Reitoria, tendo seu Regimento Interno aprovado e reconhecido para a oferta do Ensino Fundamental, denominado à época de 1º Grau, pela Portaria MEC n.º 36, de 25 de novembro de 1985. Por conseguinte, a Portaria MEC, n.º 143, de 20 de março de 1995, reconheceu e declarou a Regularidade de Estudos do Curso de Ensino Médio.

Nos primeiros anos de funcionamento, o acesso dos alunos ao CAP ocorria através de processo de seleção. A partir de 1990, o ingresso passou a ser efetivado por meio de sorteio público, atendendo as orientações da Portaria MEC n.º 959, de 27 de setembro de 2013, onde ficou estabelecido as diretrizes e normas gerais para o funcionamento dos Colégios de Aplicação.

Segundo o art. 2º dessa Portaria, as unidades de Educação Básica, vinculadas às Universidades Federais, devem cumprir com a finalidade de desenvolver, de forma indissociável, atividades de ensino, pesquisa e extensão, com foco em inovações pedagógicas e na formação docente.

Com a federalização e a aprovação do primeiro estatuto, os cursos de graduação da UFAC foram vinculados a uma estrutura de departamentos. A partir da Resolução n.º 08 do Conselho Universitário, de 28 de maio de 2003, e a aprovação de um novo estatuto, os cursos no Campus Sede, localizado na cidade de Rio Branco, saíram da estrutura de departamento e passaram a ser vinculados a seis Centros Acadêmicos: Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET), Centro de Ciências Biológicas e da Natureza (CCBN), Centro de Ciências da Saúde e do Desporto (CCSD) e Centro de Educação, Letras e Artes (CELA).

No *Campus Floresta*, criado pela Resolução n.º 012 do Conselho Universitário, de 11 de outubro de 2007, localizado na cidade de Cruzeiro do Sul, inicialmente, todos

os cursos ofertados foram vinculados a um único centro denominado de Centro Multidisciplinar (CMULT). Com o aumento da oferta de cursos naquele *Campi*, a partir de 2011, os cursos passaram a ser vinculados a dois Centros Acadêmicos, o Centro Multidisciplinar – CMULTI e o Centro de Educação e Letras – CEL, sendo este último criado pela Resolução CONSU n.º 004, de 22 de fevereiro de 2011.

A modalidade Educação a Distância foi institucionalizada na UFAC com a aprovação da Resolução n.º 22 do Conselho Universitário, de 07 de dezembro de 2006, oportunidade em que foi criado o Núcleo de Interiorização e Educação a Distância (Niead). Todavia, somente em 2012, através de parceria com o Governo Federal e Estadual, iniciou suas atividades formativas nessa modalidade com o desenvolvimento do Programa Escola de Gestores, cuja finalidade era a oferta de cursos de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica. Para qualificar os formadores para a implementação do programa, o Niead realizou o Curso de formação para tutores, ofertado por meio de ambiente virtual (AVA). Em 2014, a UFAC foi credenciada para a oferta de cursos de graduação na modalidade EaD, contemplando o Curso de Licenciatura em Matemática, que efetivamente iniciou suas atividades no II semestre de 2017. Em 2019, já expandindo a oferta de cursos a distância, foi aprovado a criação do Curso de Licenciatura em Física.

Quanto a forma de ingresso, até 2009, a UFAC utilizava o processo seletivo com seleção própria, mediante vestibular. Em 05 de julho de 2010, mediante a aprovação da Resolução n.º 36 do Conselho Universitário, a instituição aderiu ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), como processo de seleção para ingresso nos cursos de Licenciatura em Filosofia e em Música, bem como para as vagas remanescentes do Edital Vestibular 2011. No ano seguinte, por meio da Resolução n.º 16 do Conselho Universitário, de 26 de maio de 2011, a adesão integral ao ENEM foi concretizada. Com promulgação da Lei n.º 12.711, de 19 de agosto de 2012, denominada Lei das Cotas, para o ingresso em 2013, foram reservadas aos cotistas 25% (vinte e cinco por cento) do total de vagas em cada curso e, para o ingresso em 2014, 50% (cinquenta por cento) do total das vagas.

Em conformidade com as políticas públicas de inclusão social na educação e para aprimorar o atendimento as demandas dos estudantes, para além das Pró-Reitorias existentes (Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação, Planejamento, Extensão e Administração), criou-se mediante a Resolução CONSU n.º 99 de 29 de novembro de 2012, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES), como órgão circunspecto pelos assuntos estudantis. A nova Pró-Reitoria é responsável pelo planejamento e execução da política de assistência estudantil da universidade. Sua finalidade é promover e gerenciar

ações afirmativas de acesso e inclusão social. Dentre essas ações, pode-se fazer referência ao programa de bolsas e auxílios, subsídios no custo das refeições no Restaurante Universitário – RU e moradia estudantil para o atendimento dos acadêmicos vinculados ao Curso de Licenciatura Indígena no Campus Cruzeiro do Sul.

O Núcleo de Apoio à Inclusão - NAI, vinculado à PROAES, criado em abril de 2008, e homologado por meio da Resolução CONSU n.º 10, de 18 de setembro de 2008, tem por finalidade de executar políticas de inclusão e acessibilidade de estudantes e servidores com deficiência, garantindo a execução de ações que alcançam os eixos de infraestrutura, currículo, programas e projetos de extensão, programas e projetos de pesquisa. Compete ao NAI a adoção de medidas para garantir as condições de acessibilidade à plena participação e autonomia dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Dentre essas medidas, tem-se o oferecimento das bolsas e auxílios Promaed (Programa de Monitoria de Apoio ao Estudante com Deficiência), Pró- PcD (Programa de Incentivo ao Estudante com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e com altas Habilidades ou Superdotação), Protaed (Programa de Tutoria para Apoio ao Estudante com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e com Altas Habilidades) e Pró-Acessibilidade (Programa de Apoio às Ações de Acessibilidade).

O NAI através de sua estrutura pedagógica oferece materiais impressos em braille, em áudio, recursos de informática, materiais impressos em caractere ampliado, material pedagógico tátil, material didático acessível e recursos de acessibilidade à comunicação. Dispõe também de uma equipe técnica multidisciplinar composta por Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo, Técnico em Assuntos Educacionais, Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras), Fisioterapeuta, Revisores de Texto Braille, Fonoaudiólogo e professores com especialização nas áreas da Educação Especial/Inclusiva.

Em agosto de 2013, foi criada a primeira Comissão de Acessibilidade da UFAC, com o objetivo de atuar em parceria com a Administração Superior no sentido de identificar falhas e propor soluções para a garantia da acessibilidade plena.

Anuindo com a publicação da Lei de Acesso à Informação (LAI – Lei nº 12.527/2011), em julho de 2013, a UFAC criou o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e a Ouvidoria, que funcionam em um único espaço físico de atendimento, garantindo a comunicação entre a comunidade acadêmica e a comunidade externa, proporcionando a aproximação entre Universidade e sociedade.

Em sintonia com a sua missão institucional, a UFAC oferta atualmente 47 cursos de graduação, sendo 03 cursos com Área Básica de Ingresso – ABI, correspondentes a 01 Bacharelado e 01 Licenciatura cada, 15 licenciaturas e 17 bacharelados no campus

sede em Rio Branco, 06 licenciaturas e 05 bacharelados no Campus Cruzeiro do Sul, sendo 02 licenciaturas na modalidade de Educação à Distância – EaD.

Além dessa oferta regular, são ofertados cursos de licenciatura na modalidade presencial por meio do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, com adesão e implementação efetivada pela UFAC a partir de dezembro de 2012.

Outra contribuição relevante para a sociedade acreana foi a implementação dos Programas Especiais de Formação de Professores para a Educação Básica ao longo de toda a primeira década dos anos 2000, sendo finalizados em 2011, em parceria entre os entes federados (Governos Federal, Estadual e prefeituras dos 22 municípios do Acre).

Na esteira da execução de Programas Especiais de Formação de professores para atuar na Educação Básica, em 2013 foi implementado o Programa Especial de Licenciatura em Matemática (PROEMAT), financiado pela Secretaria de Estado de Educação e Esportes (SEE).

No que se refere aos programas institucionais de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, a UFAC iniciou a oferta de cursos em 1996, com o Programa de Mestrado Acadêmico em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais (PPG-EMRN). Em 2006, foram ofertados mais 03 programas de mestrado acadêmico: Produção Vegetal (MPV), Desenvolvimento Regional (MDR) e Linguagem e Identidade (MEL). Em 2008 foram criados os mestrados em Saúde Coletiva (MESC) e, em 2010, o de Ciência, Inovação e Tecnologia para a Amazônia (CITA).

No plano de expansão da Pós-Graduação, em 2013 foram aprovados os cursos de Mestrado em Sanidade e Produção Animal Sustentável na Amazônia Ocidental (MESPA), Mestrado em Educação (MED) e Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática (MPECIM), este último na modalidade profissional.

Atualmente, a UFAC disponibiliza para o público externo e interno os programas de Pós-graduação em Ensino de Física, em Ciência Florestal, Ciência da Saúde na Amazônia Ocidental, Ensino de Humanidades e Linguagens, Ciência, Inovação e Tecnologia para a Amazônia, Agronomia (Produção Vegetal), Sanidade e Produção Animal, Biodiversidade e Biotecnologia da Rede Bionorte, Saúde Coletiva, Matemática em Rede Nacional, Artes Cênicas, Linguagem e Identidade, ensino de Ciências e Matemática, Desenvolvimento Regional, Ecologia e Manejo de recursos Naturais, Educação e Letras.

Em atenção à Resolução do Conselho Nacional de Saúde/MS n.º 196, de 10 de outubro de 1996, foi criado em 2005 na UFAC, o Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEP). Ele é um órgão colegiado interdisciplinar e independente, de

relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Sua primeira composição deu-se por meio da Portaria/Reitoria n.º 1.183, de 11 de agosto de 2005. Com a finalidade de analisar, emitir parecer e expedir atestados à luz dos princípios éticos na experimentação animal, sobre os protocolos de ensino e experimentação que envolvam o uso de animais e de subprodutos biológicos vinculados à UFAC foi criada também, por meio da Resolução CONSU n.º 17, de 24 de maio de 2012, a Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA).

No que diz respeito ao uso de tecnologias e acesso à informação, foram criados: o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC), instituído pela Portaria/Reitoria n.º 1.250, de 27 de julho de 2012, com atribuição principal de elaborar e acompanhar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC); e, o Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI), instituído pela Portaria/Reitoria n.º 2.372, de 22 de novembro de 2012, com atribuição de desenvolver a política de segurança da informação, visando a garantia da integridade, confidencialidade e autenticidade das informações produzidas ou custodiadas pela UFAC.

No sentido de registrar, tendo em vista a relevância em nível nacional, a UFAC sediou em julho de 2014, a 66ª Reunião Anual da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, evento com um público diário de mais de 15.000 pessoas participantes de conferências, mesas redondas, minicursos, sessões de pôsteres, aliadas às atividades desenvolvidas pela Mostra de Ciência, Tecnologia e Inovação - ExpoT&C e a SBPC Jovem-Mirim e a Cultural, damos um destaque para a 1ª edição da SBPC Extrativista, da SBPC Indígena e o dia consagrado para o Dia da Família na Ciência.

A UFAC tem como finalidades a produção e a difusão de conhecimento, visando contribuir para o desenvolvimento pautado pela melhoria das condições de vida da população acreana e a formação de uma consciência crítica, estabelecendo os princípios da autonomia, gestão democrática, diversidade, pluralismo, democratização do ensino, universalidade do conhecimento, cooperação interinstitucional, preservação do meio ambiente, gratuidade e aprimoramento constante da qualidade dos seus serviços.

Os cenários da atualidade mais detalhados podem ser consultados por meio da publicação *UFAC em Números*, na versão 2018, na qual são disponibilizados com mais detalhamento dados e informações relacionadas ao ensino, à pesquisa, à extensão, recursos humanos, infraestrutura e orçamento dos Campi Sede (Rio Branco), Campus Floresta (Cruzeiro do Sul) e Campus Fronteira (Brasília).

A instituição utiliza como referenciais estratégicos a modernização de sua gestão,

disseminando métodos, instrumentos e melhoria de suas práticas de gestão de projetos, compartilhamento de resultados, racionalização de recursos, cultura de alcance de resultados e prestação de contas.

Com base em seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2015 – 2019), a UFAC definiu a sua missão, visão de futuro e valores preponderantes. Ressalta-se que encontra-se em construção, por meio de Ciclos Acadêmicos que promovem a discussão e potencialização, os encaminhamentos coletivos para o PDI (2010-2024).

Missão da UFAC

Produzir, sistematizar e difundir conhecimentos, com base na integração ensino, pesquisa e extensão, para formar cidadãos críticos e atuantes no desenvolvimento da sociedade.

Visão de Futuro

Com o intuito de referenciar seus propósitos e prover os meios que possam regular as relações institucionais e os seus objetivos prospectivos a UFAC almeja:

“Ser referência internacional na produção, articulação e socialização dos saberes amazônicos”.

Valores

Considerando que os valores traduzem as crenças que intermediam as relações, promovendo o convívio, a UFAC, como instituição pública, laica, plural e referenciada socialmente prima pela:

Nesse contexto, foram validados os seguintes valores para a Ufac:

INOVAÇÃO: Primar pela trajetória da aprendizagem, proporcionando um ambiente de criatividade e inovação, criando espaço para a mudança e readequação.

COMPROMISSO: Possuir liberdade e autonomia acadêmicas, fomentando a consciência coletiva de compromisso com o bem-estar social.

RESPEITO À NATUREZA: Adotar e vivenciar práticas sustentáveis que protejam o meio ambiente.

RESPEITO AO SER HUMANO: Respeitar incondicionalmente os direitos humanos.

EFETIVIDADE: Contribuir ativamente com ações que promovam a eficácia dos objetivos e a eficiência na gestão, atendendo a sociedade.

PLURALIDADE: Conhecer e respeitar os diferentes pontos de vista, promovendo uma consciência global que valorize a tolerância, o respeito mútuo e a diferença.

COOPERAÇÃO: Cooperar com indivíduos, instituições e entidades para o desenvolvimento da universidade e da sociedade.

A história de meio século da Universidade Federal do Acre, desde a criação da Faculdade de Direito em 1964, passando pela institucionalização do Centro Universitário do Acre em 1970, pela criação da Fundação Universidade do Acre em 1971, até sua federalização em 1974, proporcionou-lhe, por vários anos, a condição de ser a única instituição de educação superior do Estado do Acre.

A despeito da intensa expansão do ensino superior no setor privado, ocorrido no Acre a partir do final da década de 90, destaca-se que a UFAC permanece na condição de única universidade pública, no estado. Dos vinte e dois municípios acreanos, dezoito encontram-se interligados via terrestre, facilitando a atuação da expansão do ensino superior. Todavia, quatro municípios (Santa Rosa do Purus, Jordão, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo) ainda se classificam como municípios de difícil acesso, dificultando a logística, haja vista a ligação ser estabelecida somente por via fluvial e/ou aérea. A despeito das dificuldades, a UFAC tem sido pioneira no atendimento educacional com a oferta de cursos nesses municípios.

O Acre tem ligação limitada por via terrestre com as demais regiões brasileiras, com apenas uma rodovia federal (BR 364) que a liga as demais regiões do país. Todavia, por meio da BR 317 tem acesso qualificado aos países vizinhos, Bolívia e Peru, incluindo os portos do Oceano Pacífico, possibilitando que a UFAC potencialize a expansão de suas fronteiras a caminho da internacionalização.

Na esteira das transformações tecnológicas, o estado foi incorporado no circuito mundial das redes de comunicação global. Em outras palavras, a Universidade Federal do Acre, que nasceu marcada pelo isolamento geográfico e pelas limitações da interação acadêmica, hoje se defronta com os desafios postos pela globalização, na medida em que todos os canais deste processo se interligam em maior ou menor intensidade.

No contexto local e global em que está inserida, a UFAC tem substituído o paradigma técnico-científico pelo entendimento reflexivo no qual se exige cada vez mais o uso de métodos de ensino transdisciplinares, interdisciplinares, com elevado grau de responsabilidade social. Essas transformações estabelecem novas exigências acadêmicas para o enfrentamento das grandes questões e desafios socioeconômicos da nossa época.

A inserção regional de uma universidade com as características da UFAC, localizada fora do eixo político-econômico das regiões mais centrais, demanda muito mais esforço para que sua missão possa ser levada a termo.

Compreende-se que as ações acadêmicas precisam estar situadas onde a UFAC fincou as suas bases, porém levando em consideração os contextos mais amplos. Este é o sentido contemporâneo a respeito da inserção regional da educação superior, proveniente do aprendizado nas últimas décadas.

O comprometimento significa o respeito ao entrelaçamento entre as dimensões teórica, histórica e instrumental das ações acadêmicas da instituição, por isso, a necessidade de considerar a regionalidade nos Projetos Pedagógicos Curriculares (PPC), ao mesmo tempo em que se cumprem a legislação educacional vigente e as Diretrizes Curriculares de cada curso, situando as ações de ensino às de pesquisa e extensão, resguardando os princípios do rigor científico que fundamentam cada uma das áreas de conhecimento.

Nessa direção, a inserção da Universidade Federal do Acre, numa Região permeada por fragilidades nos campos social, econômico e técnico-científico, a consciência sobre os desafios impostos exige que as políticas de ensino, pesquisa e extensão, em todas as suas dimensões, sejam formuladas e implementadas com base, primeiramente, na realidade acreana, sem prejuízos dos critérios que compõem o arcabouço do padrão científico moderno nacional e internacional.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO, CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA, OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA DO CURSO

4.1 Contextualização e base legal do Curso de Ciências Contábeis no Brasil

A história da regulamentação da profissão contábil tem seu início no Império, com a edição do Código Comercial Brasileiro, sancionado pelo imperador D. Pedro II, em 1850. O guarda-livros, que era quem exercia as funções que mais se aproximam do contabilista, passou a ser considerado um agente auxiliar do comércio.

Consubstanciado no art. 35, item 3, esse primeiro Código também foi considerado preposto da Casa Comercial e, antes mesmo de entrar em serviço, deveria receber do empregador ou preponente uma nomeação por escrito que, por sua vez, deveria ser inscrita no Tribunal do Comércio.

Naquela época, não se falava em diplomados e não diplomados, contudo, observando os registros da época, presume-se que a grande maioria dos contabilistas ou guarda-livros eram práticos e exerciam a profissão de forma empírica. Até mesmo os

comerciantes utilizavam-se de rudimentos da Contabilidade para conduzir seus próprios negócios, mas, mesmo assim, já utilizando o método de partidas dobradas.¹

Em 1915 foi fundado o Instituto Brasileiro de Contadores Fiscais, primeira entidade para congregar contabilistas de que se tem notícia em nosso país. No ano seguinte foram fundados a Associação dos Contadores de São Paulo e o Instituto Brasileiro de Contabilidade, no Rio de Janeiro. Em 1924 foi realizado, no Rio de Janeiro, o 1º Congresso Brasileiro de Contabilidade, liderado pelo senador João Lyra, quando foi iniciada a campanha para a regulamentação da profissão de Contador e para a reforma do ensino comercial.

Em 1927, o eminente contabilista Francisco D'Auria lançou a ideia de instituição do Registro Geral de Contabilistas do Brasil, com o propósito de selecionar, de acordo com os títulos de habilitação, os profissionais aptos para o desempenho das funções de contador. Esse Registro Geral, que chegou a ter um Conselho Perpétuo constituído por grandes nomes da profissão daquela época, foi o embrião do que hoje é o Sistema denominado de Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

A profissão foi crescendo em números absolutos e em importância para a economia do país. E o crescimento se deu de tal forma que em 1943, o ensino comercial e a regulamentação profissional foram complementados e consolidados pelo Decreto-Lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943, denominada de Lei Orgânica do Ensino Comercial.

A Lei 4.320, de 17 de março de 1964, instituiu normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, definindo um marco da contabilidade pública brasileira e dois anos depois foi aprovada a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as sociedades por ações.

Esta é a atual normatização existente, embora a parte contábil tenha sido alterada pela Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que alterou a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concedeu remissão nos casos em que especifica e instituiu regime tributário

¹Descrito pela primeira vez em 1494, na Itália, pelo frade Luca Pacioli no livro *“Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalità”* (Coleção de conhecimentos de Aritmética, Geometria, Proporção e Proporcionalidade), no capítulo *“Particulario de computies et Scripturis”* (Contabilidade por Partidas Dobradas), que fala sobre um tratado da contabilidade. Ele enfatiza que a teoria contábil do débito e do crédito corresponde à teoria dos números positivos e negativos. O método teve rápida difusão e foi universalmente aceito e adotado desde esta época, sendo hoje considerado um dos pilares da contabilidade moderna (IUDÍCIBUS, S. de; et all. 2017).

de transição, alterando e colocando o Brasil no rol de mais de 150 países adotantes das normas internacionais de Contabilidade.

Este movimento de convergência aos padrões internacionais de contabilidade (IFRS) teve início em 2005 com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – pela Resolução CFC nº 1.055, de 07 de outubro de 2005 cuja finalidade é o estudo, preparo, emissão de Pronunciamentos Técnicos e sua divulgação.

Em 11 de junho de 2010 foi sancionada pelo Presidente da República a Lei 12.249, considerada uma das maiores conquistas da classe contábil brasileira. Com a referida Lei, o CFC passou a regular, de forma inquestionável, os princípios contábeis, exame de suficiência, cadastro de qualificação técnica, programas de educação continuada e editar as normas brasileiras de contabilidade, de natureza técnica e profissional (CARNEIRO, *et al* 2017).

4.1.1 Reconhecimento da necessidade de criação do curso de Ciências Contábeis

O curso de ensino superior mais antigo e, conseqüentemente, o primeiro a funcionar no Estado do Acre foi o Curso de Direito em 1964. Em 1968, foi implementada o Curso de Ciências Econômicas, ambos incorporados ao Centro Universitário do Acre e, posteriormente, à Universidade Federal do Acre. Ao longo dos 58 anos de existência do ensino superior no Acre, distintas áreas de conhecimento foram se estruturando, na medida de suas possibilidades, sobretudo, em função das necessidades de formação de profissionais, e, ainda, em função das necessidades do estabelecimento de pesquisas para o atendimento de certas especificidades regionais e para o desenvolvimento da própria ciência em áreas consideradas relevantes.

A discussão sobre a necessidade de criação e implantação do curso de Ciências Contábeis no contexto da UFAC remonta um processo iniciado em 2010, capitaneado pelo Conselho Regional de Contabilidade, por intermédio de seu presidente, consubstanciado em ofício expedido pelo referido conselho e endereçado à Reitoria da Ufac, objetivando a implantação em um curto espaço de tempo do Curso de Ciências Contábeis no rol de cursos oferecidos pela UFAC.

Seguindo as orientações normativas e os apelos legais, em 2012 inicia-se na UFAC um amplo processo de discussão, envolvendo toda a comunidade acadêmica, do qual resultou dois importantes documentos de gestão: o Planejamento e Gestão Estratégica da Ufac: 2014-2023 e na sequência o Plano de Desenvolvimento Institucional (2015-2019), em ambos os documentos, o Curso de Contabilidade passou a figurar como

curso a ser criado e implementado pela Ufac.

Por meio do ofício nº 32, de 13 de abril de 2018, endereçado à Reitoria, a Presidência do Conselho Regional de Contabilidade solicita “a implantação em um curto espaço de tempo do Curso de Ciências Contábeis no rol de cursos oferecidos pela UFAC”. Em julho, do mesmo ano, o Prof. Dr. Josimar Batista Ferreira, Vice-Reitor, no exercício da Reitoria, instituiu o Processo nº 23107.017099/2018-23, por meio da C.I. GAB. Nº 465/2018 e encaminhou à Pró-Reitoria de Graduação a fim de saber se havia algum movimento para a implantação do referido curso, e, caso houvesse, que ela pudesse informar o estágio em que se encontrava os trâmites.

Na data do recebimento do processo, a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) encaminhou à Diretoria de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino (DIADEN) para conhecimento e manifestação, a qual encaminha como resposta uma minuta do Projeto Pedagógico Curricular do Curso (PPC) de Ciências Contábeis, elaborado em 2013, recomendando que considerando o lapso temporal que a portaria da comissão de elaboração do PPC fosse atualizada e que ela procedesse a reformulação e/ou atualização da legislação e outros ajustes necessários.

O PPC foi reformulado à luz da legislação vigente e encaminhado para análise da Coordenadoria de Currículo da DIADEN em abril de 2019. Após exarar o Parecer Técnico o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) foi devolvido à Comissão de Elaboração do PPC para o cumprimento das adequações sugeridas. Após vencido todos os trâmites desta etapa e com o atendimento de todas as demandas de ajuste a versão final foi encaminhada aos órgãos dos colegiados superiores da UFAC para culminar com a criação do curso.

4.2 Perfil do Curso de Ciências Contábeis

O projeto pedagógico deste curso de Ciências Contábeis segue as Normas e Diretrizes editadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e as indicações contidas nas metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE) (2014-2024), em vigência, aprovado pela lei nº 10.172, de 9 de Janeiro de 2001, e, especialmente, a Resolução nº 10, de 16 de dezembro de 2004. No que se refere a carga horária mínima e a duração do curso, estes estão assegurados conforme consta na Resolução nº 02, de 18 de junho de 2007 que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

Ademais, este projeto teve como alicerce a proposta nacional de conteúdo elaborado pela Fundação Brasileira de Contabilidade, publicada em 2017. É importante

destacar que o projeto é resultado de debates com profissionais e professores, bem como de uma pesquisa sobre a constituição e funcionamento de cursos de Ciências Contábeis em universidades federais de diferentes regiões do Brasil, com destaque para a Universidade Federal do Pará (UFPA), de Santa Catarina (UFSC), da Paraíba (UFPB) e do Rio Grande do Norte (UFRN).

4.3 Concepção Pedagógica e Objetivos do Curso

A implementação do curso de Ciências Contábeis, ocorre no âmbito legal, fiscal, econômico e patrimonial com transformações aceleradas do mundo globalizado. A Contabilidade faz parte dessa mudança à medida que os demonstrativos financeiros são alterados para uma convergência de padrão internacional implicando em informação mais transparentes para a tomada de decisão.

A concepção pedagógica que alicerça a proposta formativa do Curso de Ciências Contábeis é a histórico-crítica. Segundo Libâneo essa concepção,

Utiliza-se de processos pedagógicos-didáticos que asseguram a interligação entre as práticas socioculturais dos alunos e a cultura elaborada e assim, a unidade conhecimento-ação. Pretende que o domínio de instrumentos culturais e científicos consubstanciados no saber elaborado auxilie no conhecimento e compreensão das realidades sociais, favorecendo a atuação dos indivíduos no seio das práticas de vida e das lutas pela transformação social. (LIBÂNEO, 2009, p. 8)

Isto posto, nessa concepção a formação do sujeito no espaço acadêmico da universidade dá-se na perspectiva de compreendê-la como uma agência socializadora do saber sistematizado, produzido e acumulado historicamente pela humanidade, entendido em última instância como uma ferramenta cultural a ser utilizada pelos sujeitos em função dos seus interesses de classe no processo de transformação da sociedade.

Dessa forma, a aprendizagem é entendida como uma arte que envolve estratégias, que a partir de um conjunto de disposições favoráveis concorrem para o alcance de objetivos concretos. Professor e aluno são sujeitos ativos, conscientes de suas capacidades criativas. O professor é responsável pelo gerenciamento das relações interativas entre a academia e o mundo que o cerca. É alguém preocupado em alcançar objetivos pré-determinados, mas que apareçam como algo novo, desejável e extremamente motivador, pois seu objetivo maior é conseguir realizar no âmbito de suas práticas pedagógicas a orientação do profissional para o mundo real, para o mundo do trabalho.

Destarte e consubstanciado na Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências, a formação no curso de graduação em Ciências Contábeis se consolida em torno dos seguintes objetivos:

a) Objetivo Geral oportunizar aos acadêmicos a construção de conhecimentos técnico-científicos e éticos para atuar nas áreas operacionais, gerenciais, periciais e de auditoria contábil com responsabilidade social, contribuindo significativamente para sua inserção no mundo do trabalho, dando respostas às demandas que lhes são requeridas no desenvolvimento local, regional e nacional, comprometidos com o bem-estar social e o desenvolvimento sustentável.

b) Objetivos Específicos

- ✓ Estimular o aluno à produção científica realizando pesquisas científicas e tecnológicas nos vários setores da contabilidade;
- ✓ Preparar o aluno a contribuir para o processo de evolução da sociedade por meio de trabalhos teórico-práticos.
- ✓ Aplicar princípios, conceitos, normas e métodos da Contabilidade em atividades específicas que requerem conhecimento dos princípios Contábeis;
- ✓ Preparar profissionais para atuar no contexto social e ambiental, bem como promover a compreensão e interação com os problemas socioambientais solidificando o conhecimento em Rural, Ambiental, com o Terceiro setor e o Agronegócio.
- ✓ Conduzir o aluno na busca de um sólido conhecimento da contabilidade em suas diversas especificações, entre elas: financeira, patrimonial, governamental, não governamental, auditoria, perícia, arbitragem, controladoria e atuária.

O processo seletivo para ingresso no curso será aquele determinado pelo Conselho Universitário da UFAC. Atualmente, utiliza-se o resultado do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) para a seleção via Sistema de Seleção Unificada - SISU. Nesse sentido, o curso não possui nenhuma peculiaridade ou característica que exija uma seleção especial, como provas ou entrevistas específicas.

Diversos são os desafios para o profissional de Contabilidade no mundo. Especificamente no Brasil, busca-se a harmonização das Normas Internacionais de Contabilidade face à realidade de mercado internacional, nacional e local. Muitas são as mudanças na legislação e, por conseguinte, tende-se a uma internacionalização do ensino contábil, ou seja, a preocupação em oferecer condições aos profissionais contábeis para atuar em qualquer rincão do País ou fora dele.

Ademais, não se pode ignorar a condição da UFAC enquanto participante de

projetos ligados aos países vizinhos: Peru e Bolívia. Trata-se das oportunidades que emergem na tríplice fronteira, principalmente com a abertura da estrada que liga comercialmente o Brasil com os países vizinhos e acesso ao Oceano Pacífico.

4.4 Missão, Visão de Futuro, Valores do Curso de Ciências Contábeis

No contexto da UFAC, o curso de Bacharelado em Ciências Contábeis estabeleceu em virtude das demandas sociais sua missão, visão de futuro e valores. Assim, sua **Missão** é formar profissionais éticos e comprometidos com a qualidade, equidade e justiça social, fazendo do exercício profissional um instrumento para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável por meio da produção e informações para tomada de decisão.

Em perspectiva, a **Visão de Futuro** do curso é pautada no aprimoramento e aperfeiçoamento permanente da educação nas áreas de ciências Contábeis, produzindo ações que impactam a realidade local, regional, nacional e internacional, considerando a posição geográfica do Acre na tríplice fronteira (Brasil, Peru e Bolívia).

O curso pretende formar o profissional da Contabilidade com visão generalista, com amplos conhecimentos em diferentes áreas da contabilidade e de conhecimentos afins e correlatos, permitindo, assim, ao contador, adaptar-se com maior facilidade àquela especialidade a que pretende dedicar-se.

Atualmente, as atividades econômicas e empresariais, principalmente no estado do Acre, crescem em complexidade, exigindo profissional contábil cada vez mais capacitado, cabendo aos cursos superiores de ciências contábeis atender à demanda de forma eficiente, oferecendo ao mercado de trabalho contadores aptos, ou facilmente adaptáveis, às diferentes especialidades da profissão. Dessa forma, consubstancia uma formação firmada nos seguintes **Valores**:

- Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão;
- integridade, auteridade, e comportamento ético no exercício profissional;
- respeito à pluralidade e diversidade;
- responsabilidade social e sustentabilidade;
- inovação e criatividade.

4.5 Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão

No que se refere à pesquisa é possível afirmar que são tímidas as ações para promover a publicação de pesquisas científicas no Estado do Acre. Na área de Contabilidade não são encontradas, com frequência, em anais de congressos científicos ou em revistas científicas especializadas, publicações realizadas por acadêmicos ou

professores vinculados a IES do Estado do Acre. Nesse sentido, mais que uma formação superior em Contabilidade, o curso pretende mudar esta realidade. A exemplo de outros cursos, intenta-se proporcionar ao acadêmico de Ciências Contábeis da UFAC, uma oportunidade de acessar programas de iniciação científica, e principalmente, envolver-se com problemas científicos da realidade local (preferencialmente) e divulgar para sociedade os resultados de seus estudos. Observando este hiato, nota-se que é necessário mais que formar profissionais, mas também promover o desenvolvimento de novas tecnologias em prol da comunidade científica e local.

Em outro olhar sobre a realidade, muito pode ser feito na área de Contabilidade com projetos de extensão universitária. Considerando a necessidade de aumentar habilidades e competências profissionais do acadêmico pretende-se envolver os alunos com projetos em temas como: orçamento e contabilidade familiar; mensuração e controle do patrimônio pessoal; planejamento tributário; análise de relatórios e contas públicas; dentre outros.

Por fim, o projeto tem como principais justificativas:

- 1) atender a uma demanda que emerge da sociedade local;
- 2) oferecer ensino superior público, gratuito e de qualidade; e
- 3) fortalecer a extensão e a pesquisa na área de contabilidade, articuladas com os cursos já existentes na UFAC.

Dentre as várias atividades que podem ser desenvolvidas no sentido de integrar ensino, pesquisa e extensão no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Acre, campus de Rio Branco, destacam-se:

Projetos de pesquisa que visem à integração com a comunidade, para a resolução de problemas e que promovam estudos e debates de temas curriculares;

Projetos de extensão que promovam a integração acadêmica, comunitária, cultural e esportiva;

Atividades que visem à ampliação da cultura e o aperfeiçoamento da cidadania como palestras, encontros, oficinas de trabalho; Monitoria Acadêmica; Mobilidade Estudantil;

Projetos de pesquisa aplicada, consultorias, assessorias técnicas e profissionais;

Atividades de parceria Universidade/Sociedade que visam a atender às demandas da comunidade em geral;

Programa de Educação Tutorial (PET);

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC);

Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária (PIBEX);

Programa de Extensão Universitária (PROEXT);

Publicações e produtos acadêmicos advindos de atividades de pesquisa e extensão (difusão, divulgação social, cultural e científica).

Outros projetos de pesquisa e extensão relacionados aos conteúdos curriculares do curso.

4.6 Justificativa para o Funcionamento do Curso

A contabilidade dentre suas formalidades legais através da internacionalização tem passado por mudanças estruturais, denominadas como quebra de paradigma da essência sobre a forma.

No contexto atual, a Ciência Contábil é conhecimento imprescindível para o funcionamento das organizações, conferindo a si a característica de ser uma ciência que atende a diversos usuários:

- ✓ o governo demanda informação sobre a agregação de riqueza à economia e a capacidade de pagamento de impostos;
- ✓ os investidores buscam o negócio que maximize o seu patrimônio;
- ✓ os credores querem conhecer o nível de endividamento e a probabilidade de pagamento das dívidas;
- ✓ os sindicatos preocupam-se com a capacidade de pagamento dos salários;
- ✓ os gerentes precisam subsidiar seu processo decisório com informações e avaliar seus desempenhos, para um retorno de curto prazo via participações nos lucros, ou de médio e longo prazo, via manutenção de seus empregos;
- ✓ os ambientalistas exigem conhecer a contribuição para o meio ambiente;
- ✓ no nível local, as prefeituras, desejam conhecer a contribuição social e de impostos das organizações, e assim por diante.

O profissional em Ciências Contábeis tem por função primordial converter uma base de dados ampla, complexa e desestruturada, num sistema de informação simples e funcional para as organizações de direito público e privado, com ou sem fins lucrativos.

Portanto, este profissional deve ser capacitado para planejar, organizar, supervisionar, assessorar, analisar, interpretar e revisar dados de natureza monetária formatadas pela contabilidade, exercendo suas atividades com competência, postura profissional e ética, além de atender aos interesses sociais da comunidade em que estiver inserido.

Este projeto propõe um curso de Ciências Contábeis que não seja voltado exclusivamente para as necessidades do mercado, mas que considere a sociedade e todos os usuários das informações contábeis envolvidos.

Ofertar o curso de Ciências Contábeis é contribuir no atendimento às necessidades de entidades públicas e privada. Nota-se que os setores industrial, comercial e de serviços serão favorecidos de maneira direta com o aumento da mão de obra especializada. Mais que atender aqueles que vão usufruir dos serviços dos profissionais da área contábil oportuniza-se o acesso ao ensino superior público e gratuito a uma sociedade com enormes diferenças sociais e com poucas oportunidades.

A criação do curso de Ciências Contábeis na UFAC abre novos horizontes para a sociedade acreana, não só na oferta da graduação, mais de ações de extensão que a envolva e atenda parte de suas necessidades.

Diante ao exposto, muitas são as razões que justificam a criação do curso de Ciências Contábeis, no contexto dessa IES, sobretudo por a ser a UFAC a única federal do país que ainda não oferta do curso.

O curso de Ciências Contábeis terá sua estrutura organizacional na UFAC, inserido no Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA), na cidade de Rio Branco/AC.

4.7 O Colegiado do Curso de Ciências Contábeis

O colegiado do curso de Ciências Contábeis será formado principalmente por professores graduados em ciências contábeis e área afim, tendo na figura do coordenador o seu presidente, e nomeados por meio de portaria para um mandato específico, conforme as normas da UFAC. Além disso, o colegiado contará com a participação de professores de outros cursos da UFAC, bem como de representantes discentes.

Atendendo assim, ao art. 68 do Regimento Geral da Ufac:

Cada colegiado de curso será integrado por um representante docente, para cada grupo de 300 horas de disciplinas da mesma área do conhecimento ao curso e por representantes discentes na proporção fixada em legislação vigente.

Trata-se de um fórum para deliberação das atividades acadêmicas relativas ao corpo discente e das questões pedagógicas do curso, conforme regulamentado por resolução da UFAC.

O Projeto Pedagógico Curricular do curso de Ciências Contábeis está estruturado de acordo com a Lei de diretrizes e Bases da Educação (LDB) - Lei 9.394 de Dezembro

de 1996 a qual garante a autonomia das universidades no que diz respeito a criar, organizar e extinguir cursos e programas de educação, bem como fixar os currículos dos seus programas, conforme o Art. 53, o qual dispõe:

No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

I – criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino;

II – fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as Diretrizes Gerais pertinentes.

Para a elaboração deste Projeto Pedagógico, observou-se as diretrizes e princípios fixados pela Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro 2004, a qual instituiu as diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis.

Observou-se ainda as diretrizes e princípios estabelecidos pela Resolução CNE/CES nº 3, de 02 de Julho de 2007, que dispõe sobre a carga horária e tempo mínimo de integralização de cada curso de bacharelado, regulamenta também que a hora-aula deve ser composta por sessenta minutos, e que o curso de Ciências Contábeis deve ser integralizado em quatro anos com carga horária mínima de três mil horas.

Atende-se o que é proposto pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), como conteúdo para o curso de graduação em Ciências Contábeis.

5 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

O curso traz o nome de Ciências Contábeis na modalidade de presencial, terá duração de 4 (quatro) anos, dividido em 8 (oito) semestres, com uma carga horária total de 3.120hs (três mil cento e vinte horas), atendendo o que determina a Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007, que Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de bacharelados, na modalidade presencial. Para o curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, essa resolução prevê uma carga horária mínima de 3.000 horas/aulas.

Ressalta-se que a carga horária mínima exigida para esses cursos é mensurada em horas de 60min nas atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo.

5.1 Quadro Síntese de Identificação do Curso

Quadro 1 - Dados de Identificação do Curso

Curso	Graduação em Ciências Contábeis
Atos Legais	Portaria de criação da comissão de elaboração nº 877/2022
Modalidade	Bacharelado
Título acadêmico conferido	Bacharel em Ciências Contábeis
Modalidade de ensino	Presencial
Regime de matrícula	Semestral por disciplina/Sistema de crédito
Tempo de duração (integralização)	Tempo mínimo: 04 anos – 08 semestres Tempo máximo: 06 anos – 12 semestres
Carga horária	CNE: 3.000 UFAC: 3.120 horas
Créditos	184
Número de vagas oferecidas	50 (Cinquenta) vagas, por ano.
Número de turmas	01 (Uma) por ano
Turno de funcionamento	Noturno
Local de funcionamento (endereço)	Campus Universitário, BR 364, Km 04 – Distrito Industrial – CEP 69.915-900 Rio Branco-AC.
Forma de ingresso/ Processo seletivo	Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM e o Sistema de Seleção Unificada – SISU. (Transferência ex-offício, vagas residuais, transferência interna, externa ou portador de diploma superior).

Fonte: Elaborado pela comissão (2022).

O curso será oferecido no período noturno de 2^a a 6^a feira e aos sábados em período matutino. De acordo com a estrutura curricular, o curso terá duração de período mínimo e máximo de integralização: 04 (quatro) e 06 (seis) anos ou de 08 (oito) a 12 (doze) semestres. Assim, esse projeto justifica-se pela intenção de proporcionar uma formação capaz de promover maior integração entre teoria e prática nas áreas de conhecimento, com uma maior participação de conteúdos necessários para compreensão de questões técnicas, científicas, sociais, econômicas e financeiras, nos diferentes modelos de organizações em âmbito regional, nacional e internacional, por meio de atividades complementares, pesquisa e extensão, visando atender questões ambientais, culturais e éticas com base no conhecimento científico.

6 PERFIL DO EGRESSO

O curso de Ciências Contábeis proposto, não pretende direcionar o acadêmico para uma área específica ou especialidade do campo de atuação do profissional de contabilidade, prevê portanto, uma formação generalista que permita ao estudante o aprofundamento na área de interesse e na formação continuada. E com este entendimento, que durante o percurso formativo o aluno terá a oportunidade de, na escolha das disciplinas optativas e atividades complementares, o aluno possa enriquecer e implementar sua formação. De acordo com suas habilidades e aptidões, este deverá ser capaz de perceber a realidade do mundo do trabalho e numa perspectiva inter e transdisciplinar, buscar uma completa e complexa formação.

Para isso, o currículo do curso de Ciências Contábeis busca proporcionar uma formação técnico-científica direcionada para a realidade atual, marcada por abordagens ética, preocupações ambientais e sociais, globalização e liderança, para que o egresso possa compreender aspectos econômicos e financeiros em âmbito social e ambiental, na perspectiva nacional e internacional, nos mais diversificados modelos de organizações, com domínio e responsabilidades funcionais.

Em sendo necessário traçar um perfil para o egresso da UFAC, esse deve atender às Diretrizes Curriculares Nacionais e específicas do curso, tendo como base a Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC.T.13/CFC) e o Código de Ética Profissional do Contabilista (CEPC), de forma a atender todas as variantes da profissão formado em Ciências Contábeis, depreende-se que este profissional deva ser capaz de:

I - compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização com responsabilidade de seus atos frente a seus clientes;

II - apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas e atualização de novos conhecimentos para adaptar à realidade que se vive;

III - revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação;

IV – interpretar normas técnicas no uso de suas atribuições e prerrogativas profissionais agindo dentro dos preceitos éticos que norteiam a profissão.

Pretende-se formar profissionais com sólidos conhecimentos nas diversas áreas da Contabilidade e que no exercício profissional saiba reconhecer a importância das demais ciências para ser eficiente e eficaz em suas ações.

O curso, a fim de observar se o perfil do egresso condiz com o que está posto como habilidades e competências indicadas pela Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004, possui como instrumentos externos de avaliação, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE, coadunando com o Exame de Suficiência conforme Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, aplicado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), aos bacharéis em Ciências Contábeis, que desejam atuar como contadores, auditores e/ou peritos.

7 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

O curso de graduação em Ciências Contábeis da UFAC visa assegurar um ensino que leve a uma aprendizagem adequada para o posterior exercício da profissão. Contemplando o Art. 4º, da Resolução CNE/CES 10, de 16 de Dezembro de 2004, a formação proporcionada deverá conceber um profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

- ✓ utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais;
- ✓ demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- ✓ elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- ✓ aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
- ✓ desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;
- ✓ exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante a sociedade. Gerando também informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;

- ✓ desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;
- ✓ exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais;
- ✓ apresentar resultados científicos em distintas formas de expressão, tais como relatórios, trabalhos para publicação, seminários e palestras.

8 ÁREA DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Pretende-se formar profissionais com conhecimento capaz de triangular nas diversas áreas da Contabilidade e que no exercício profissional saibam reconhecer a importância das demais ciências para a sua formação. Podendo atuar em órgãos governamentais, empresas privadas e ou do terceiro setor.

O perfil do contador, construído ao longo de todo o processo de formação, proposta neste projeto deve ser capaz atuar nas diversas ramificações da contabilidade, tais como: contabilidade fiscal, contabilidade pública, contabilidade gerencial, contabilidade financeira, auditoria contábil, perícia contábil, contabilidade ambiental, contabilidade atuarial, contabilidade social, entre outras (MARION, 2009).

9 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do curso de graduação de Ciências Contábeis observará o Art. 5º do Parecer CNE/CES nº 10, de 16 de Dezembro de 2004, onde se normatiza o regime de oferta dos componentes curriculares. Os componentes curriculares estão organizados em quadros que apresentam as disciplinas obrigatórias, optativas, estágios obrigatórios e não obrigatórios (laboratórios, empresas públicas e ou privadas), Curricularização da Extensão, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Atividades Complementares (AC).

O estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, a monografia como componente opcional da instituição, o sistema de avaliação, o perfil do formando, as competências e habilidades, os conteúdos curriculares e a duração do curso, sem prejuízo de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico.

Abordando assim a concepção do curso, como também suas peculiaridades ora já citadas anteriormente e proporcionando uma visão mais abrangente acerca da função e

da importância de cada conteúdo na construção do conhecimento e contribuindo para que aconteça a interdisciplinaridade. A proposição da matriz ou estrutura curricular visa determinar as atividades disciplinares expressas nesses distintos componentes curriculares.

Ressalta-se que esta proposta deve ser entendida como flexível e modificada quando houver necessidade, por indicação do Núcleo Docente Estruturante, aprovada pelo Colegiado do curso, seguindo com fluxo até sua aprovação nos colegiados superiores.

O Projeto Político Curricular deve contribuir para melhorar a qualidade da formação profissional e acadêmica por meio de experiências didáticas, levando em conta as condições específicas de trabalho do corpo docente, aproveitando as experiências de alunos e professores. Trata-se de um instrumento necessário para enfrentar desafios estratégicos relacionados com a busca de melhorias contínuas e de excelência.

O Artigo 5º, da Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004, estabelece que os cursos de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, deverão contemplar em seus projetos pedagógicos, assim como em sua organização curricular, conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, em âmbito nacional e internacional, para que possam proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio e pelas peculiaridades das organizações governamentais, observando o perfil definido para o formando e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

I - Conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos e ou Estatística e Matemática.

II - Conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado;

III - Conteúdos de Formação Teórico Prática: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando *softwares* atualizados para Contabilidade.

Quadro 2 - Eixos Temáticos e Total da Carga Horária

CICLOS	ATIVIDADES	CH - %
1º, 2º e 3º Semestres – Fundamentação Básica	Estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática.	900hs 29 %
4º e 5º Semestres – Desenvolvimento Profissional	Estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, além de suas relações com a Atuária, Auditoria, e da Controladoria e suas aplicações peculiares ao setor público e privado; Conteúdos Optativos e Curricularização da extensão;	1.860h 60 %
6º e 7º Semestres – Acréscimo profissional e	Formação teórico-prática: Estágio Curricular Supervisionado, e Trabalho de Conclusão de Curso.	300h 9 %
8º semestre Sedimentação Profissional	Atividades Complementares, Estudos Independentes, Prática em Laboratório de Informática utilizando softwares atualizados para Contabilidade.	60h 2 %

Fonte: Construído pela Comissão 2022.

Além dos campos interligados que estruturam a formação, a Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004, preconiza ainda que:

Art. 6º A organização curricular do curso de graduação em Ciências Contábeis estabelecerá, expressamente, as condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular, de acordo com os seguintes regimes acadêmicos que as Instituições de Ensino Superior adotarem: regime seriado anual; regime seriado semestral; sistema de créditos com matrícula por disciplina ou por módulos acadêmicos, com a adoção de pré-requisitos, atendido o disposto nesta Resolução.

No contexto da UFAC, em conformidade com o Regimento Geral, os alunos realizarão matrícula por disciplinas, por períodos e em regime semestral.

10 ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

Como já abordado neste PPC, a Educação deve ser compreendida como um processo que privilegia a formação do homem em sua totalidade, de forma crítica,

reflexiva e integrada no contexto sócio-político-econômico e cultural, tornando-o um ser autônomo, empreendedor, capaz de atuar em uma sociedade em constante transformação.

Assim, o curso de Ciências Contábeis da UFAC, promoverá o desenvolvimento de competências (conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes) para a vida em sociedade, oferecendo instrumentos de compreensão da realidade para que o aluno possa intervir e contribuir para transformá-la.

O ensino e aprendizagem é parte da realidade profissional do aluno, constituindo-se elementos-chave para uma aprendizagem significativa, de maneira que ele possa mobilizar o conhecimento científico, não somente para contemplar a realidade, mas, sobretudo, para agir e conviver conscientemente.

Buscando atingir este perfil o aprendizado será conduzido através de eixos de: humanização, instrumentalização, formação técnico-profissional; simulação gerencial e pesquisa.

Contudo, esse PPC não está constituído por uma estrutura curricular rígida. A flexibilidade na estruturação curricular será o elemento indispensável durante e no decorrer do curso, de modo a atender às demandas da sociedade humana e tecnológica moderna, que priorize a qualidade de ensino.

Para efeito de integralização do Curso, o discente deverá cumprir 3.120 (três mil cento e vinte) horas destinadas ao desenvolvimento das competências e habilidades entendidas como necessárias na formação do Bacharel.

Cabe destacar que a Resolução CNE/CES nº 02, de 18 de junho de 2007, dispõe que a carga horária mínima obrigatória para o curso de Ciências Contábeis é de 3.000 horas, porém, este PPC opta por exceder este quantitativo, tendo em vista a necessidade de promover uma formação mais sólida. Assim, na gestão da organização curricular do curso, os sujeitos envolvidos devem se preocupar com os seguintes aspectos:

- perfil profissional esperado para o formando;
- componentes curriculares integrantes;
- sistemas de avaliação do estudante e do curso;
- estágio/laboratório curricular supervisionado;
- atividades complementares;
- trabalho de conclusão de curso;
- regime acadêmico de oferta.

Durante a execução de cada semestre, as disciplinas integrantes de um eixo temático poderão ser ministradas consecutiva ou simultaneamente, de acordo com as necessidades da construção do conhecimento, de acordo com o quadro de distribuição por semestre.

Em relação às disciplinas optativas, o acadêmico terá que integralizar 120 (cento e vinte) horas, podendo ser em disciplinas ofertadas no próprio curso, em outros cursos da UFAC ou, ainda, em outras instituições de ensino superior, devendo haver compatibilidade entre ementa, carga horária e crédito, além de constar no rol de disciplinas optativas pré-estabelecidas na estrutura curricular do curso de Ciências Contábeis.

A lista de disciplinas optativas a serem ofertadas em cada semestre serão propostas pela coordenação e deverão ser aprovadas em primeira instância pelo Colegiado do curso. Em seguida terão os professores vinculados pelo Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA). A progressão do discente na matriz curricular será feita de acordo com disposto no Regimento Geral da UFAC.

11 COMPONENTES CURRICULARES

Os componentes curriculares do Curso de Ciências Contábeis da UFAC são formados por componentes obrigatórios, optativos, Atividades Complementares e Curricularização da Extensão, para fins de integralização curricular.

Em conformidade com a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a realização do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) é componente curricular obrigatório para a obtenção do diploma, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regularidade.

A Estrutura Curricular do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis está distribuída da seguinte forma: componentes obrigatórios: 3.120 horas com a seguinte divisão: formação básica: 900 horas; Formação Profissional: 1.860 horas, já inclusa as disciplinas optativas, nas quais não serão contabilizadas carga horária de curricularização; Estágio Supervisionado I e II: 180 horas; Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): 120 horas e Atividades Complementares: 60 horas.

A Curricularização da Extensão, em conformidade com a Resolução nº 31, de 15 de dezembro de 2020, computará 312 horas divididas em 132 horas no Modelo Disciplinar (MD), ou seja, por meio de projetos a serem desenvolvidos por dentro das disciplinas e 180 horas no Modelo Dissociado das Disciplinas (MDD), podendo ser desenvolvidas por meio de programas, projetos, eventos e prestação de serviços, totalizando a carga horária de 10%, iniciando a partir do segundo período, devendo ser integralizada até o sétimo período do curso.

11.1 Componentes Curriculares Obrigatórios

A proposta dos Conteúdos Obrigatórios foi desenvolvida com base no disposto na Resolução MEC CNE/CES n.º 10, de 16 de dezembro de 2004, observado também a Matriz Curricular para Cursos de Ciências Contábeis, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em 2017.

O conteúdo curricular observado no Parecer CNE/CP, de 10 de março de 2004 e na Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004, que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e no, será oferecido na disciplina de Sociologia das Organizações, e de acordo com a Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, art. 10, § 1º abordando temas na área de conservação da natureza e relacionados a educação ambiental, o que será contemplado nas disciplinas: Contabilidade Ambiental, Responsabilidade Socioambiental, Contabilidade Rural e Contabilidade Aplicada ao Agronegócio.

A seguir são apresentados quadros com os componentes curriculares que integramos seguintes campos da formação: formação básica, formação profissional, formação teórico-práticos, curricularização da extensão, componentes optativos.

Quadro 3 - Disciplinas de Formação Básica

Disciplinas	Carga horária	Pré-requisito	Período
Matemática Básica	60		1
Português Instrumental	60		1
Instituições de direito público e privado	60		1
Teoria da Contabilidade Geral	60		1
Psicologia organizacional	60		1
Introdução a Economia I	60		2
Estatística Econômica – I	60		2
Contabilidade Introdutória – I	60	Teoria da Contabilidade Geral	2
Matemática financeira	60	Matemática Básica	2
Sociologia das Organizações	60		2
Direito Comercial e legislação societária	60		2
Contabilidade Introdutória – II	60	Contabilidade Introdutória – I	3
Administração de Recursos Humanos	60		3
Ética e legislação profissional	60		3
Metodologia do trabalho científico	60		3
Total	900		

Fonte: Elaborado pela comissão 2022.

Quadro 4 – Disciplinas de Formação Profissional

Disciplinas	C/H	Pré-requisito	Período
Teoria das Organizações	60		1
Direito Trabalhista e Legislação Social	60		3
Introdução a Economia - II	60	Introdução a Economia - I	3
Direito Tributário	60		4
Contabilidade para ME e EPP *	60		4
Contabilidade Gerencial	60		4
Contabilidade Intermediária – I	60	Contabilidade Introdutória – II	4
Empreendedorismo	60		4
Contabilidade de Custos e Formação de Preços	60	Contabilidade Intermediária – I	4
Contabilidade Intermediária - II	60	Contabilidade Intermediária – I	5
Gestão Estratégica de Custos	60	Contabilidade de Custos e Formação Preços	5
Auditoria Contábil - I	60	Contabilidade Intermediária - I	5
Contabilidade Ambiental	60		5
Administração Financeira e Orçamentária	60	Contabilidade Intermediária – I	5
Contabilidade Rural	60		5
Contabilidade do Terceiro Setor	60		6
Metodologia de Pesquisa Aplicada a Contabilidade	60	Metodologia do Trabalho Científico	6
Análise de Custos	60	Contabilidade de Custos e Formação de Preços	6
Análise das Demonstrações Contábeis	60	Contabilidade Intermediária - II	6
Contabilidade Pública – I	60	Contabilidade Intermediária - II	6
Optativa – I	60		6
Contabilidade Pública - II	60	Contabilidade Pública - I	7
Planejamento e Contabilidade Tributária I	60		7
Contabilidade Societária e Financeira	60		7
Perícia Contábil e Arbitragem	60		7
Controladoria e Sistema de Informação	60		7
Optativa - I I	60		7
Contabilidade Atuária	60		8
Contabilidade Avançada	60		8
Mercado de Capitais	60		8
Cenário Contábil Internacional	60		8
TOTAL	1860		

Fonte: Elaborado pela comissão 2022

Obs. * Contabilidade para ME e EPP: ME = Microempresa; EPP = Empresa de Pequeno Porte.

Quadro 5 - Disciplinas de Formação Teórico-Prática

Disciplinas	C/H	Pré-Requisito	Período
Estágio Supervisionado Obrigatório I	90		6
Estágio Supervisionado Obrigatório II	90	Estágio Supervisionado Obrigatório I	7
Trabalho de Conclusão de Curso TCC	120		8
Atividades Complementares	60	Fluxo contínuo	
TOTAL	360		

Fonte: Elaborado pela comissão (2022)

Quadro 6 - Componentes Curriculares Obrigatórios com C/H e Curricularização

Código	Disciplinas	Pré-requisito	CRÉDITOS				C/H
			C/H	T	P	E	AC EX
CCET337	Matemática Básica		60	4	0	0	0
CELA841	Português Instrumental		60	4	0	0	0
CCJSA204	Teorias das Organizações		60	4	0	0	0
CCJSA302	Instituições de Direito Público e Privado		60	4	0	0	0
CCJSA303	Teoria da Contabilidade Geral		60	4	0	0	0
CFCH703	Psicologia Organizacional		60	4	0	0	0
CCJSA201	Introdução à Economia - I		60	4	0	0	0
CCET417	Estatística Econômica – I		60	4	0	0	0
CCJSA308	Direito Comercial e Legislação Societária		60	4	0	0	0
CCJSA305	Contabilidade Introdutória – I	Teoria da Contabilidade	60	4	0	0	0
CCET 313	Matemática financeira	Matemática Básica	60	4	0	0	10
CFCH704	Sociologia das Organizações		60	4	0	0	0
CCJSA309	Contabilidade Introdutória - I I	Contabilidade Introdutória – I	60	4	0	0	10
CCJSA217	Introdução a Economia II	Introdução a Economia – I	60	4	0	0	10
CCJSA311	Administração de Recursos Humanos		60	4	0	0	0
CCJSA312	Direito Trabalhista e Legislação Social		60	4	0	0	0
CCJSA313	Ética e Legislação Profissional		60	4	0	0	0
CCJSA314	Metodologia do Trabalho Científico		60	2	1	0	0
CCJSA263	Direito Tributário		60	4	0	0	0
CCJSA315	Contabilidade para ME e EPP		60	2	1	0	10
CCJSA262	Contabilidade Gerencial		60	4	0	0	10
CCJSA316	Contabilidade Intermediária – I	Contabilidade Introdutória - II	60	4	0	0	0
CCJSA317	Empreendedorismo		60	2	1	0	10
CCJSA318	Contabilidade de Custos e Formação de Preços	Contabilidade Intermediária - I	60	2	1	0	10
CCJSA319	Contabilidade Intermediária – II	Contabilidade Intermediária - I	60	4	0	0	10
CCJSA323	Gestão Estratégica de Custos	Contabilidade de Custos e Formação de Preços	60	4	0	0	0
CCJSA258	Auditoria Contábil – I	Contabilidade Intermediária - I	60	4	0	0	10
CCJSA320	Contabilidade Ambiental		60	4	0	0	10
CCJSA321	Administração Financeira e Orçamentaria	Contabilidade Intermediária – I	60	4	0	0	0
CCJSA322	Contabilidade Rural		60	2	1	0	10
CCJSA324	Contabilidade do Terceiro Setor		60	2	1	0	10
CCJSA325	Metodologia de Pesquisa Aplicada a Contabilidade	Metodologia do Trabalho Científico	60	2	1	0	0
CCJSA326	Análise de Custos	Contabilidade de Custos e Formação de Preços	60	4	0	0	0

CCJSA327	Análise das Demonstrações Contábeis	Contabilidade Intermediária - II	60	4	0	0	0
CCJSA328	Contabilidade Pública – I	Contabilidade Intermediária - II	60	4	0	0	0
	Optativa – I		60	4	0	0	0
CCJSA354	Estágio Supervisionado Obrigatório I		90	0	0	2	0
CCJSA329	Contabilidade Pública - II	Contabilidade Pública - I	60	4	0	0	5
CCJSA330	Planejamento e Contabilidade Tributária I		60	4	0	0	0
CCJSA331	Contabilidade Societária e Financeira		60	4	0	0	0
CCJSA332	Perícia Contábil e Arbitragem		60	2	1	0	7
CCJSA333	Controladoria e Sistema de Informação		60	4	0	0	0
	Optativa - I I		60	4	0	0	0
CCJSA355	Estágio Supervisionado Obrigatório I I	Estágio profissional Supervisionado - I	90	0	0	2	0
CCJSA334	Contabilidade Atuária		60	4	0	0	0
CCJSA335	Contabilidade Avançada		60	4	0	0	0
CJSA336	Mercado de Capitais		60	4	0	0	0
CCJSA337	Cenário Contábil Internacional		60	4	0	0	0
CCJSA356	Trabalho de Conclusão de Curso TCC		120	2	3	0	0
	TOTAL		3060	170	11	4	132

Fonte: Elaborado pela comissão 2022.

Em que: **CH** = carga horária, Crédito: **T** (teórico), **P** (prático), **E** (estágio) - equivalência para horas/aula:

T=15; **P**=30; **E**=45.

11.2 Componentes Curriculares Optativos

As disciplinas optativas sugeridas não esgotam as possibilidades de admissões de novos componentes curriculares na organização curricular do curso. O colegiado, por solicitação escrita de seu Núcleo Docente Estruturante, poderá deliberar pela inclusão bem como exclusão de disciplinas optativas do rol de oferta, sugeridas neste PPC.

O discente poderá fazer a escolha de disciplinas optativas, sob orientação da coordenação, a partir do sexto semestre. Dentre as disciplinas optativas foram inseridas disciplinas de Tópicos Especiais em Contabilidade que poderão ser ofertadas em forma de seminários.

Quadro 7 - Componentes Curriculares Optativos

Código	Disciplinas	C/H	Créditos			Pré-requisito
			T	P	E	
CCET	Tecnologia da Informação	60	4	0	0	
CCJSA339	Auditoria Contábil – II	60	4	0	0	Auditoria Contábil – I
CCJSA340	Responsabilidade Socioambiental	60	2	1	0	
CCJSA341	Análise de Projetos e Orçamento Empresarial	60	4	0	0	Administração Financeira e Orçamentária

CCJSA342	Controle Interno e Prestação de Contas	60	2	1	0	Auditoria – I
CCJSA343	Planejamento e Orçamento Empresarial	60	4	0	0	
CCJSA344	Finanças Empresariais e a Contabilidade	60	4	0	0	
CCJSA345	Planejamento e Contabilidade Tributária–II	60	4	0	0	Planejamento e Contabilidade Tributaria – I
CCET418	Estatística Econômica – II	60	4	0	0	
CCJSA346	Contabilidade Aplicada ao Agronegócio	60	2	1	0	
CCJSA347	Contabilidade Social	60	4	0	0	Teoria da Contabilidade Geral
CCJSA348	Governança Cooperativa	60	4	0	0	
CCJSA349	Gestão e Contabilidade de Finanças Públicas	60	4	0	0	
CCJSA276	Licitação e Contratos Públicos	60	4	0	0	
CCJSA293	Teoria do Desenvolvimento Econômico	60	4	0	0	Introdução a Economia – I
CCJSA285	Introdução ao Direito Administrativo	60	4	0	0	
CCJSA297	Logística e Gestão de Materiais	60	4	0	0	
CCJSA296	Marketing I	60	4	0	0	
CCJSA264	Direito Constitucional	60	4	0	0	
CELA745	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60	2	1	0	
CELA928	Culturas e Histórias Africanas dos Afrodescendentes e Indígenas do Brasil	60	4	0	0	
CCET	Introdução a Educação à Distância	60	4	0	0	
CCJSA351	Tópicos Especiais em Contabilidade – I	60	4	0	0	
CCJSA352	Tópicos Especiais em Contabilidade - I I	60	4	0	0	
CCJSA353	Tópicos Especiais em Contabilidade - I I I	60	4	0	0	
	Total	1500	92	4	0	

Fonte: Elaborado pela comissão (2022).

Quadro 8 - Carga Horária Resumida da Estrutura Curricular

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	HORAS
Componentes Curriculares Obrigatórios	2.940
Componentes Curriculares Optativas	120
Atividade Complementares	60
Carga Horária Total	3120
Curricularização da Extensão	312 = 10 % do total, na Forma a Seguir.
Modelo Disciplinar (MD)	132
Modelo Dissociado das Disciplinas (MDD)	180

Fonte: Elaborado pela comissão (2022).

Quadro(s) 9 – Componentes Curriculares Distribuídos por Semestre

1º Período					
Código	Disciplina	Crédito	Horas Aulas	CH	Pré –requisitos
		T – P – E		ACEX	
CCET 337	Matemática Básica	4 - 0 - 0	60	0	-
CELA841	Português Instrumental	4 - 0 - 0	60	0	-
CCJSA302	Instituições de Direito Público e Privado	4 - 0 - 0	60	0	-
CCJSA303	Teoria da Contabilidade Geral	4 - 0 - 0	60	0	-
CFCF 703	Psicologia Organizacional	4 - 0 - 0	60	0	-
CCJSA204	Teorias das Organizações	4 - 0 - 0	60	0	-
Carga Horária no Período			360	0	
Carga Horária Acumulada			360	0	

2º Período					
Código	Disciplina	Crédito	Horas Aulas	CH	Pré-requisito
		T - P - E		ACEX	
CCJSA201	Introdução a Economia I	4 - 0 - 0	60	0	
CCET 417	Estatística Econômica – I	4 - 0 - 0	60	0	
CCJSA 305	Contabilidade Introdutória – I	4 - 0 - 0	60	0	Teoria da Contabilidade Geral
CCET 313	Matemática Financeira	4 - 0 - 0	60	10	Matemática Básica
CFCF 704	Sociologia das Organizações	4 - 0 - 0	60	0	-
CCJSA 312	Direito Comercial e Legislação Societária	4 - 0 - 0	60	0	-
Carga Horária no Período			360	10	
Carga Horária Acumulada			720	10	

3º Período					
Código	Disciplina	Crédito	Horas Aulas	CH	Pré-requisito
		T - P - E		ACEX	
CCJSA 309	Contabilidade Introdutória – II	4 - 0 - 0	60	10	Contabilidade Introdutória – I
CCJSA 311	Administração de Recursos Humanos	4 - 0 - 0	60	0	-
CCJSA 312	Direito Trabalhista e Legislação Social	4 - 0 - 0	60	0	-
CCJSA 313	Ética e Legislação Profissional	4 - 0 - 0	60	0	-
CCJSA 314	Metodologia do Trabalho Científico	2 - 1 - 0	60	0	-
CCJSA 217	Introdução a Economia II	4 - 0 - 0	60	10	Introdução a Economia – I
Carga Horária no Período			360	20	
Carga Horária Acumulada			1.080	30	

4º Período					
Código	Disciplina	Crédito	Horas Aulas	CH	Pré-requisito
		T - P - E		ACEX	
CCJSA263	Direito Tributário	4 - 0 - 0	60	0	-

CCJSA 315	Contabilidade para ME e EPP	2 - 1 - 0	60	10	
CCJSA262	Contabilidade Gerencial	4 - 0 - 0	60	10	
CCJSA 316	Contabilidade Intermediária – I	4 - 0 - 0	60	0	Contabilidade Introdutória – II
CCJSA 317	Empreendedorismo	2 - 1 - 0	60	10	
CCJSA 318	Contabilidade de Custos e Formação de Preços	2 - 1 - 0	60	10	Contabilidade Intermediária – I
Carga Horária no Período			360	40	
Carga Horária Acumulada			1.440	70	

5º Período					
Código	Disciplina	Crédito	Horas Aulas	CH	Pré-requisito
		T - P - E		ACEX	
CCJSA 319	Contabilidade Intermediária – II	4 - 0 - 0	60	10	Contabilidade Intermediária – I
CCJSA 323	Gestão Estratégica de Custos	4 - 0 - 0	60	0	Contabilidade de Custos e Formação de Preço
CCJSA 258	Auditoria Contábil - I	4 - 0 - 0	60	10	Contabilidade Intermediária – I
CCJSA 320	Contabilidade Ambiental	4 - 0 - 0	60	10	
CCJSA 321	Administração Financeira e Orçamentária	4 - 0 - 0	60	0	Contabilidade Intermediária – I
CCJSA 322	Contabilidade Rural	2 - 1 - 0	60	10	
Carga Horária no Período			360	40	
Carga Horária Acumulada			1.800	110	

6º Período					
Código	Disciplina	Crédito	Horas Aulas	CH	Pré-requisito
		T - P - E		ACEX	
CCJSA 324	Contabilidade do Terceiro Setor	2 - 1 - 0	60	10	
CCJSA 325	Metodologia de Pesquisa Aplicada a Contabilidade	2 - 1 - 0	60	0	Metodologia do Trabalho Científico
CCJSA 326	Análise de Custos	4 - 0 - 0	60	0	Contabilidade de Custos e Formação de Preço
CCJSA 327	Análise das Demonstrações Contábeis	4 - 0 - 0	60	0	Contabilidade Intermediária – II
CCJSA 328	Contabilidade Pública – I	4 - 0 - 0	60	0	Contabilidade Intermediária – II
CCJSA 354	Estágio Supervisionado Obrigatório I	0 - 0 - 2	90	0	
	Optativa – I		60	0	
Carga Horária no Período			450	10	
Carga Horária Acumulada			2.250	120	

7º Período					
Código	Disciplina	Crédito	Horas Aulas	CH	Pré-requisito
		T - P - E		ACEX	
CCJSA 329	Contabilidade Pública – II	4 - 0 - 0	60	5	Contabilidade Pública – I

CCJSA 330	Planejamento e Contabilidade Tributária I	4 - 0 - 0	60	0	
CCJSA 331	Contabilidade Societária e Financeira	4 - 0 - 0	60	0	
CCJSA 332	Perícia Contábil e Arbitragem	2 - 1 - 0	60	7	
CCJSA 333	Controladoria e Sistema de Informação	4 - 0 - 0	60	0	
CCJSA 355	Estagio Supervisionado Obrigatório - II	0 - 0 - 2	90	0	Estagio Profissional Supervisionado - I
	Optativa - I I		60	0	
Carga Horária no Período			450	12	
Carga Horária Acumulada			2.700	132	

8º Período					
Código	Disciplina	Crédito	Horas Aulas	CH	Pré-requisito
		T - P - E		ACEX	
CCJSA 334	Contabilidade Atuária	4 - 0 - 0	60	0	
CCJSA 335	Contabilidade Avançada	4 - 0 - 0	60	0	
CCJSA 336	Mercado de Capitais	4 - 0 - 0	60	0	
CCJSA 337	Cenário Contábil Internacional	4 - 0 - 0	60	0	
CCJSA 356	Trabalho de Conclusão de Curso TCC	2 - 3 - 0	120	0	
Carga Horária no Período			360		
Carga Horária Acumulada			3.060		

11.3 Disciplinas Obrigatórias com Ementas e Referências

Nos quadros a seguir são apresentadas as disciplinas que compõem a matriz curricular do curso de Ciências Contábeis, propostas com a seguinte estrutura: código, título, carga horária, créditos, ementa; objetivo(s); bibliografia, básica e complementar.

Quadro(s) 10 - Disciplinas Obrigatórias com Ementas e Referências

1º SEMESTRE

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCET 337	Matemática Básica	60	4	0	0
EMENTA: Números reais. Conjuntos. Equações e Inequações. Funções reais elementares: funções polinomiais do 1º e 2º graus, exponenciais, logarítmicas, trigonométricas e modulares. Limites e Continuidade. Aplicações na rotina profissional. Objetivo: Compreender os conceitos matemáticos básicos e o seu significado prático aplicado às necessidades da Ciência Contábil. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FAINGUELERNT, E. Kaufman; GOTTLIEB, F. C. Guia de estudo de matemática: matrizes e determinantes: sistemas lineares. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2004. 148 p. ISBN 9788573933659. MORETIN, P. A.; HAZZAN, S.; BUSSAB, W. de O. Cálculo: função de uma e várias variáveis. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. 448 p. ISBN 9788547201104.					

SILVA, S. M. da; SILVA, E. M. da; SILVA, E. M. da. Matemática para os cursos de economia, administração e ciências contábeis. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. V. 1 (312 p.). ISBN 9788522458349.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ÁVILA, G. S. de S. Cálculo das funções de uma variável. v. 1. 7. ed., Rio de Janeiro: LTC, 2003.

IEZZI, G. *et. al.* **Matemática: Ciência e Aplicações**, Volumes 01 a 10, Ensino Médio, SP, Editora Atual, 2001.

SILVA, S. M. da. Matemática básica para os cursos superiores. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, S. M. *et. al.* Matemática: para os cursos de Economia, Administração e Ciências Contábeis. 4.ed., São Paulo: Atlas, 1997.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CELA 841	Português Instrumental	60	4	0	0

EMENTA: Ortografia. Pontuação. Colocação pronomial. Concordância Nominal e verbal. Regência de verbos e adjetivos. Prática de leitura e análise de textos. Estrutura básica da composição. Prática de produção de textos.

Objetivo: Compreender a importância do processo de comunicação nas organizações, utilizando adequadamente técnicas e instrumentos para o exercício da profissão contábil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRADE, M. M.; MEDEIROS, J. B. Comunicação em Língua Portuguesa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 424 p. ISBN 9788522481279.

CITELLI, A. Linguagem e persuasão. 8. ed. São Paulo: Ática, 2004. 106 p. ISBN: 9788508091065.

MEDEIROS, J. B. Português instrumental: contém técnicas de elaboração de trabalho de conclusão de curso (TCC). 10. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 464 p. ISBN 9788522485581.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna. 3. ed., São Paulo: FGV, 2000.

SAVIOLI, F. P.; FIORIN, J. L. Lições de textos: leitura e redação. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006. ISBN 978 8508105946.

SERAFINI, M. T. Como escrever textos. 2. ed., São Paulo: GLOBO, 2003.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 302	Instituições de Direito Público e Privado	60	4	0	0

EMENTA: Introdução ao estudo do direito; Noções de direito Público: Direito constitucional, administrativo, Internacional, Penal, Tributário e processual; Noções de direito privado: Civil, Comercial e trabalhista; Direito do consumidor.

Objetivo: Conhecer e compreender os diversos ramos do direito público e privado e a sua aplicabilidade no funcionamento das organizações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DOWER, N. G. B., Instituições de Direito Público e de direito Privado. São Paulo: Nelpa, 2014. 522 p. ISBN 8588018225.

FUHRER, M. C. A; MILARÉ, E. Manual de direito público e privado. 20. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. 416 p. ISBN 8520359698.

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2007. ISBN 85 742-0792-6.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARTINS, S. P. Instituições de direito público e privado. 17. ed. São Paulo: Saraiva Editora, 2017. 520 p. ISBN 8547217754.

MONTEIRO, W. de B. **Curso de direito civil: parte geral**. 41. ed. S.Paulo: Saraiva, 2007. v. 1. ISBN 85 020-5754-8

ROUSSEAU, J. J. Do contrato social ou princípios do direito político. São Paulo: Martin Claret, 2002.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 303	Teoria da Contabilidade Geral	60	4	0	0

EMENTA: História da Contabilidade. Evolução do pensamento contábil e a Contabilidade no Brasil. Entidades e informações sobre elas. Usuários da Contabilidade. A contabilidade e suas finalidades; Objeto e Objetivos da Contabilidade. Patrimônio e Patrimônio Líquido. Escrituração e livros contábeis: aspectos legais e formais. Contas e Planos de Contas. Fatos contábeis. Noção de Débito e Crédito.

Objetivo: Propiciar aos estudantes a percepção da importância da contabilidade no cenário nacional e internacional e apresentar a ciência contábil como profissão e atuação para o egresso, delimitar o objeto de estudo da contabilidade conhecendo o patrimônio e suas variações, especificar o campo de atuação da contabilidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade**. 12^a. ed. São Paulo, Atlas, 2021. 320 p. ISBN-13 978-8597027099.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C.; FARIA, A. C. de. **Introdução à teoria da contabilidade:** para graduação. 6. ed. São Paulo, Atlas, 2017. 320 p. ISBN 97885-97011425.

NIYAMA, J. K.; SILVA, César A. T. **Teoria da contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 352 p. ISBN 9788522480333.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, M. C. **Curso Básico de Contabilidade:** Introdução à Metodologia da Contabilidade, Contabilidade Básica. 5 ed. S.o Paulo: Atlas, 2005.

LOPES, A. B.; MARTINS, E. **Teoria da contabilidade:** uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2005. 196 p. ISBN 9788522441662.

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial:** Livro de exercícios. 10^o Ed. São Paulo, 2012.

SÁ, A. L. de. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 448 p. ISBN 9788522458462.

SILVA, A. C. R.; MARTINS, W. T. S. **História do pensamento contábil:** com ênfase na história da contabilidade brasileira. Curitiba: Juruá, 2006. 240 p. ISBN 8536212837.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CFCH 703	Psicologia Organizacional	60	6	0	0
EMENTA: Introdução a psicologia; Psicologia como Ciência do comportamento. Estudo da personalidade e comportamento humano; Processos psicológicos individuais. Motivação e liderança; Inteligência; Fundamentos do comportamento dos grupos; Jogos; Grupos e Equipes de trabalho. Comunicação. Relacionamento interpessoal; Tópicos emergentes. Objetivo: Desenvolver o conhecimento acerca dos processos psicológicos fundamentais à compreensão dos relacionamentos interpessoais e do indivíduo com o ambiente. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BOCK, A. M. B; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. T. Psicologia: uma introdução ao estudo de psicologia. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 368 p. ISBN 9788502078512. BERGAMINI, C. W. Psicologia aplicada à administração de empresas: psicologia do comportamento organizacional. 4. ed São Paulo: Atlas, 2005. ISBN 85 224-4163-4. MORGAN, G. Imagens da organização. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2002. 384 p. ISBN 9788522431670. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MOSKOVICI, F. Renascença organizacional: a revalorização do homem frente à tecnologia para o sucesso da nova empresa. 10. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2003. ISBN 85 03 0-0463-1. ROBBINS, S. P; JUDGE T. A; SOBRAL F. Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson Brasil, 2014. 664 p. ISBN 9788576055693. ROTHMANN, I; COOPER, C. L. Fundamentos de psicologia organizacional e do trabalho. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. 344 p. ISBN 9788535286397.					

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA204	Teorias das Organizações	60	4	0	0
EMENTA: Conceitos fundamentais em administração. Funções básicas da administração. Principais correntes do pensamento administrativo; Princípios da administração. Filosofia da administração. Planejamento. Organização. Direção. Controle. Políticas administrativas. Pessoal executivo. Auditoria administrativa. Objetivo: Compreender o objeto da ciência da administração, conceituando e distinguindo as suas principais abordagens teóricas, diferenciando os processos administrativos e relacionando os conhecimentos adquiridos com a realidade e a prática administrativa. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CHIAVENATO, I. Iniciação à administração geral. 3. ed. São Paulo: Manole, 2009. 160 p. ISBN 9788520427385. DRUCKER, P. F. Introdução à administração. 3. ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 1998. 714 p. (Coleção Pioneira Administração e Negócios). ISBN 8522101035. OLIVEIRA, D. de P; REBOUÇAS, de. Teoria geral da administração: uma abordagem prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. ISBN 9788522473762. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: DAFT, R. <i>Teoria e projeto das organizações.</i> São Paulo: LTC, 1999. FAVA, R. <i>Caminhos da administração.</i> São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2012.					

HALL, R. H. **Organizações:** estruturas, processos e resultados. 8. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004. 336 p. ISBN 9788587918765.

MEGGINSON, L. C.; PIETRI J; Paul H.; MOSLEY, D. C. **Administração:** conceitos e aplicações. 4. ed. São Paulo: Harbra, 1998. 614 p. ISBN 852940064X.

2º. SEMESTRE

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA201	Introdução a Economia - I	60	4	0	0
EMENTA: Princípios Básicos. Modelos Econômicos. Oferta e Demanda. Mercado e Equilíbrio. Elasticidades (oferta e procura) e sua aplicação. Excedente do Produtor e do Consumidor. Oferta, Insumos e Custos. Estruturas de Mercado. Conceitos básicos de Ética Geral e Profissional. Fundamentos éticos no campo de atuação profissional do Economista. Objetivo: Proporcionar a compreensão dos aspectos microeconômicos; compreender os fundamentos da oferta, da procura e o comportamento do mercado; entender o monopólio e oligopólio; entender a função da renda, dos preços e dos fatores de produção; facilitar o entendimento de visão de mercado. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: GARCIA, M. E; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval. Fundamentos de economia. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. ISBN 85 020-430-9. MANUAL DE ECONOMIA, Equipe de Professores da USP, Saraiva, 5ª. edição– 2004 – Capítulos 12 a 28. STIGLITZ, J. E.; WALSH, C. Introdução à microeconomia. 3. ed. São Paulo: Campus, 2003. 408 p. ISBN 9788535210446. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MANKIW, N. G. Introdução à Economia. 6. ed. São Paulo: CENGAGE Learning, 2013. 856 p. ISBN 9788522111862. PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. Microeconomia. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2014. 672 p. ISBN 9788543000282. SAMUELSON, P. A.; NORDHAUS, W. D. Economia. 19. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2012. 672 p. ISBN 9788580551044. VASCONCELLOS, M. A. S; GARCIA, M. E. Fundamentos de economia. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 344 p. ISBN 9788502616325.					

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCET 417	Estatística Econômica – I	60	4	0	0
EMENTA: Probabilidade, Distribuição de frequência e sua representação, Medidas de tendência central e dispersão, esperança matemática, distribuições (binomial e normal), Amostragem e estimadores. Intervalo de Confiança e teste de hipóteses, noções de regressão. Objetivo: Desenvolver competências e habilidades do raciocínio lógico e quantitativo. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BRUNI, A. L. Estatística aplicada à gestão empresarial. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 416 p. ISBN 9788522480906.					

CORDEIRO, F. Antonio. Cálculo atuarial aplicado: teoria e aplicações: exercícios resolvidos e propostos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 296 p. ISBN 9788522487783.

LINO, M. R. O. *Métodos Estatísticos I*. - Florianópolis: Departamento de Ciências Contábeis Ed. da UFSC, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBETTA, P. A. *Estatística Aplicada às Ciências Sociais*. 7. ed. – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

KASMIER, L. J. Estatística Aplicada à Economia e Administr. 1.ed., S P: McGraW Hill, 1982.

LEVINE, D. M., STEPHAN, D., KREHBIEL, T. C., BERENSON, M. L. Estatística: *Teoria e Aplicações* – Usando Microsoft Excel em português. 5. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2005.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 305	Contabilidade Introdutória - I	60	4	0	0

EMENTA: Campo de atuação do Profissional Contábil. Noções Básicas de Contabilidade. Estudo do Patrimônio e Estrutura Conceitual Básica (framework). Estudos das Variações Patrimoniais. Plano de Contas.

Objetivo: Proporcionar conhecimentos introdutórios de contabilidade, com ênfase na elaboração, interpretação e análise dos relatórios contábeis auxiliando o gestor no processo decisório da empresa. Conhecer as contas e sub-contas: Patrimoniais e de Resultado para lançamento nos respectivos demonstrativos contábeis como fonte de informação aos usuários da contabilidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E. Contabilidade Introdutória. 12ª edição. São Paulo: Atlas, 2019. 272 p. ISBN-13 978-8597019926.

ALMEIDA, J. E. F. de. Fundamentos de contabilidade para os negócios: introdução à contabilidade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 208 p. ISBN 9788535272901.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade**. 3. ed. Brasília: CFC, 2008. 412 p. **Resolução CFC n.º 1.121, de 28 de março de 2008**. Aprova a NBC T 1 – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre. Cod.=2008/001121>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARION, J. C. Contabilidade básica. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 280 p. ISBN 9788522498864. Livro-texto.

PADOVEZE, C. L. Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 464 p. ISBN. 9788597009279.

SÁ, A. L. de. Fundamentos de contabilidade geral: introdução ao conhecimento prático e doutrinário da ciência contábil moderna. 5. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2017. 422 p. Atualizada por Wilson Alberto Zappa Hoog. ISBN: 9788536265629.

SILVA, C. A. T; TRISTÃO, G. Contabilidade básica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 254 p. ISBN 9788522454983.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCET 313	Matemática Financeira	60	4	0	0
EMENTA: Juros simples; Descontos simples. Juros compostos; Desconto compostos. Anuidade. Anuidade e empréstimos. Correção monetária. Engenharia Econômica. Objetivo: Aplicar os princípios básicos do cálculo financeiro para a tomada de decisão envolvendo fluxos financeiros; e proporcionar ainda a compreensão dos conceitos de séries de pagamentos, correção monetária e inflação, sistemas de amortização e análise de investimento; desenvolver a compreensão de operações no Mercado financeiro. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ASSAF NETO, A. Matemática Financeira e suas aplicações. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 304 p. ISBN 9788597001778. BRUNI, A. L; FAMÁ, R. Matemática Financeira com HP 12 C e EXCEL. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 472 p. ISBN 9788522451418. GUERRA, F; TANEJA, I. J. Matemática financeira por meio de da HP-12C. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2014. 190 p. ISBN 9788579881503. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FILHO, A. C. Matemática Financeira com o uso das calculadoras HP 12C, HP 19BII, HP 17BII, HP 10B. 2. ed., São Paulo: Altas, 2001. LAPPONI, Juan Carlos. Matemática Financeira Usando Excel: como medir criação de valor. São Paulo: Empresa das Artes, 2001. 272 p. ISBN 9788585624132. MATHIAS, Whashington Franco; GOMES, José Maria. Matemática financeira. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 432 p. ISBN 97885 224-52125. NETO, Alexandre Assaf. Matemática Financeira e suas aplicações. 4. ed., São Paulo: Altas, 2003.					

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CFCH 704	Sociologia das Organizações	60	4	0	0
EMENTA: A evolução sociológica do homem e do trabalho. A Sociologia do trabalho. Os Grandes Pensadores. Aspectos Sociológicos da Nova Ordem Mundial. Motivação nas Organizações. Mobilidade Social nas Organizações. Cultura e Poder nas Organizações. Eficácia Organizacional. O Fator Humano nas Empresas. Relações étnico-raciais e o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Disfunções Organizacionais. A Comunicação dentro das Organizações. Objetivo: Descrever as grandes linhas do pensamento social, identificando as relações de trabalho a partir de sua análise histórica e filosófica e da compreensão política das organizações. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BOTTOMORE, T. B. Introdução a sociologia. 9 ed. Rio de Janeiro: Ltc, 2008. DIAS, R. Sociologia e administração. 3.ed. rev. e ampl. ed. Campinas: Alinea, 2004. MONTANO, C. Terceiro setor questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 3.ed. ed. São Paulo: Cortez,2010. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: DOMINGUES, J. M. Teorias sociológicas no século XX. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.					

MOTTA, F. C. P. O que é burocracia. São Paulo: Brasiliense, 2000.

WAGNER III, John, A. Comportamento Organizacional: criando vantagem competitiva. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

OLIVEIRA, S. L. de. Sociologia das organizações: uma análise do homem e das empresas no ambiente competitivo. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 308	Direito Comercial e Legislação Societária	60	4	0	0

EMENTA: Aspectos Introdutórios (conceituais); O empresário; Tipos de sociedades; Dissolução parcial ou total da sociedade; responsabilidades civis e criminais do profissional de contabilidade frente aos serviços prestados.

Objetivo: Conhecer os mecanismos de análise, interpretação e aplicação das normas relativas ao direito comercial, societário e falimentar, bem como a responsabilidade legal do profissional de contabilidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Manual de direito comercial. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 840 p. ISBN 978-8597009668.

MAMEDE, G. Direito empresarial brasileiro: empresa e atuação empresarial. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2016. V. 1 (440 p.). ISBN 9788597005936.

REQUIÃO, R. Curso de direito comercial. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. V. 1 (656 p.). ISBN 9788502622135

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BULGARELLI, W. Contratos Mercantis. 8. ed. São Paulo: Atlas. 1995.

_____. Direito empresarial brasileiro: direito societário: sociedades simples e empresárias. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017. V. 2 (702 p.). ISBN 9788597012279.

_____. Direito empresarial brasileiro: falência e recuperação de empresas. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016. V. 4 (640 p.). ISBN 9788597006865.

REQUIÃO, R. Curso de direito comercial. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. 2 v. (888 p). ISBN 9788502619418.

3º.SEMESTRE

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 309	Contabilidade Introdutória – II	60	4	0	0

EMENTA: Procedimentos Básicos de Escrituração. Lançamentos no Razão; Operações Mercantis. Operações Financeiras. Operações com Ativos Imobilizados e Intangíveis. Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial - BP; Demonstração de Resultado de Exercício – DRE.

Objetivo: Proporcionar conhecimentos introdutórios de contabilidade, com ênfase na elaboração, interpretação e análise dos relatórios contábeis auxiliando o gestor no processo decisório da empresa. Conhecer as contas e sub-contas: Patrimoniais e de Resultado para lançamento nos respectivos demonstrativos contábeis como fonte de informação aos usuários da contabilidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E. Contabilidade Introdutória. 12ª edição. São Paulo: Atlas, 2019. 272 p. ISBN-13 978-8597019926.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento conceitual básico.** Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/pronunciamento_conceitual.pdf>. Acesso em: 11 Ago. 2013.

PADOVEZE, C. L. Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 464 p. ISBN. 9788597009279.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, J. E. F. de et al. Contabilidade das pequenas e médias empresas. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2013. 512 p. ISBN 9788535247626.

PADOVEZE, C. L. **Manual de contabilidade básica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 428 p. ISBN. 978 85 224 5509 6.

SÁ, A. L. de. **Fundamentos de contabilidade geral:** com referências relativas à reforma das sociedades por ações: Lei 11.638/073.ed. Curitiba: Juruá, 2008. 316 p.ISBN: 978 85 362 2131 1.

SILVA, C. A. T; TRISTÃO, G. **Contabilidade básica.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 254 p. ISBN 978 85 224 5498 3.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 217	Introdução à Economia II	60	4	0	0

MENTA: Contabilidade nacional. Cálculo do custo de vida. Produção e crescimento poupança, investimento e o sistema financeiro taxa natural de desemprego. O sistema monetário. Inflação: causas e custos. Macroeconomia das economias abertas: conceitos básicos. Teoria macroeconômica da economia aberta. Demanda e oferta agregada. A influência das políticas monetária e fiscal sobre a demanda agregada. O tradeoff entre inflação e desemprego.

Objetivo: Estimular a compreensão e aprendizagem dos cenários e modelos macroeconômicos; compreender os fundamentos da oferta, demanda, moeda, inflação, investimento, desemprego; entender os ciclos do crescimento econômico e dívida pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

KRUGMAN, P; WELLS, R. **Introdução à economia.** Rio de Janeiro: Campus, 2009.

MANKIW, N. G. **Introdução à Economia.** Editora Campus, 2ª. Edição-2001–Capítulos 22 a 33.

MANKIW, N. G. **Macroeconomia.** 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015. 1205 p. ISBN 9788521627005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SAMUELSON, P e NORDHAUS, W. “**Economia**”, McGraw-Hill, 17ª edição – 2004 – Capítulos 20 a 34.

DORNBUSCH, R; FISCHER, S; STARTZ, R. **Macroeconomia.** 11. Ed. São Paulo: McGrawHill, 2013. 648 p. ISBN 9788580551846.

FROYEN, R. T. **Macroeconomia:** teorias e aplicações. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 512 p. ISBN 9788502175211.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 311	Administração de Recursos Humanos	60	4	0	0
EMENTA: Importância da gestão de pessoas nas organizações. Evolução histórica da área, conceitos e características. Aspectos que influenciam as políticas e práticas de gestão de pessoas. Impactos da gestão de pessoas. Gestão de pessoas e seus subsistemas: planejamento das necessidades de profissionais; recrutamento; seleção; treinamento, desenvolvimento e educação; gestão de desempenho; remuneração; qualidade de vida no trabalho; trilhas de aprendizagem e carreira; sindicalismo e relações de trabalho. Planejamento em Gestão de Pessoas. Ética em Gestão de Pessoas. Tendências e perspectivas em gestão de pessoas. A pesquisa na área. Objetivo: Possibilitar a compreensão da ciência da administração, conceituando e distinguindo as suas principais abordagens teóricas, diferenciando os processos administrativos e relacionando os conhecimentos adquiridos com a realidade e a prática administrativa no mundo contemporâneo. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BOHLANDER, G; SNELL, S; SHERMAN, A. Administração de Recursos Humanos. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2003. DESSLER, G. Administração de Recursos Humanos. São Paulo: Prentice Hall, 2003. MARRAS, J. P. Administração de recursos humanos. São Paulo: Editora Futura, 2000. OLIVEIRA, D. P. R. de. Teoria geral da administração: uma abordagem prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. ISBN 9788522473762 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: HALL, Richard H. Organizações: estruturas, processos e resultados. 8. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004. 336 p. ISBN 9788587918765.					

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 312	Direito Trabalhista e Legislação Social	60	4	0	0
EMENTA: Características gerais do direito trabalhista. Sujeitos da relação individual de trabalho. Contrato Individual de Trabalho. Ampliação da Competência da Justiça do Trabalho. Empregado. Poder de Direção do Empregador. Associação Sindical e Convenção do Trabalho. Fontes do Direito Previdenciário. Princípios do Direito Previdenciário. Segurados Obrigatórios e Especiais. Uniformidade e Equivalência dos Benefícios e Serviços às Populações Urbanas e Rurais. Objetivo: Conhecer e compreender as normas trabalhistas e previdenciárias que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho, bem como os princípios, as regras e as instituições ligadas a essas relações. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BATALHA, W.S.C. Tratado de direito judiciário do trabalho. 3. ed. S. Paulo: LTr, 1999. 2.V. MARTINS, S. P. Direito do trabalho. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 1298 p. ISBN 9788547215156. NASCIMENTO, A. M; NASCIMENTO, S. M. Curso de direito do trabalho. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 1560 p. ISBN 9788502217348. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MARTINS, S. P. Direito do trabalho. 23. ed. SP: Atlas, 2007. ISBN 85 224-4612-4.					

MANUS, P. P. T. Direito do trabalho. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 376 p. ISBN 9788597000115.

MARTINEZ, W. N. Curso de direito previdenciário. 7. ed. São Paulo: LTr, 2017. 1152 p. ISBN 9788536191034.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 313	Ética e Legislação Profissional	60	4	0	0
EMENTA: Ética, direitos humanos e relações étnicas raciais. Fontes das Regras Éticas. Comportamento Ético. Ética Geral, Empresarial e Profissional. O Código de Ética Profissional. Atuação do Profissional. O Profissional e o Exercício da Profissão. Ética e Qualidade. A Ética e a Lei. Ética ambiental. Objetivo: Analisar aspectos éticos, legais e profissionais do contabilista, bem como estimular a participação política, a responsabilidade e a valorização do profissional no mercado de trabalho. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CAMELLO, M; RIBEIRO, O. M. Ética na contabilidade. 2ª edição. São Paulo. Saraiva Uni, 2020. ISBN-13 978-8571441316. FORTES, J. C. Ética e responsabilidade profissional do contabilista. Fortaleza: Fortes, 2002. ISBN 85 884-4103-9. SÁ, A. L. de. Ética profissional. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009. 328 p. ISBN 9788522455348. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BARBOSA, A. M. O. R; SILVA, A. C. R. da. Deontologia da profissão contábil. Salvador: Ed do Autor, 2008. 89 p. ISBN 9788599366080. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução nº 803, de 10 de outubro de 1996: Aprova o Código de ética Profissional do Contabilista – CEPC. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/ RES_803.doc>. Acesso em: 30 Jul. 2018. FERREL, O. C.; Fraedrich, J. P.; FERREL, L. Ética empresarial: dilemas, tomadas de decisões e casos. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2001. ISBN 85 871-4849-4. GALLO, S. (coordenador.). Ética e cidadania. Editora: Papirus, 2003.					

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 314	Metodologia do Trabalho Científico	60	2	1	0
EMENTA: Aspectos Conceituais. Apresentação dos pressupostos de pesquisa científica, tipos e estruturas de trabalhos científicos. Organização da pesquisa e elaboração de projeto de pesquisa. Normas da ABNT. Objetivo: Proporcionar aos alunos os elementos necessários para a organização e realização de trabalhos científicos de acordo com as normas vigentes. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2010. MARTINS, G. A; THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 264 p. ISBN 9788597008111. SILVA, A. C. R. da. Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 200 p. ISBN 9788522459384.					

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRADE, M. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2004.

LIMA, M. C. Monografia: a engenharia da produção acadêmica. 1. ed., São Paulo: Saraiva, 2004.

MATTAR, J. Metodologia Científica na Era da Informática. 2. ed., São Paulo: Saraiva, 2004.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 368 p. ISBN 9788597010121.

4º. SEMESTRE

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 263	Direito Tributário	60	4	0	0

EMENTA: Sistema Tributário. Componentes. Princípios. Limitações constitucionais à tributação. Discriminação constitucional das rendas tributárias. Competência Tributária. Regras de distribuição da receita tributária; Limitações constitucionais à tributação. Legalidade, anterioridade e anualidade. Imunidade e isenção. Imunidade recíprocas das pessoas de direito público interno. Tributos: natureza jurídica, conceito, classificação, espécies. Impostos, taxas, contribuições e empréstimo compulsório. Funções (fiscal, extrafiscal e parafiscal). Os preços públicos; Legislação e Normas Gerais de Direito Tributário; Hipótese de incidência; Obrigação principal e acessória; Sujeito ativo e sujeito passivo; Solidariedade; Capacidade; Domicílio tributário; Responsabilidade Tributária; Extinção; Modalidades; Pagamento; Compensação; Remissão; Decadência; Prescrição Decisão administrativa e decisão judicial; Tributos diretos e indiretos; O processo administrativo-tributário; Impostos federais, estaduais e municipais.

Objetivo: Conhecer e compreender a relação entre o fisco e o contribuinte, bem como os princípios básicos e as normas que regem o direito e a legislação tributária e complementar. Compreender ainda o funcionamento da administração pública fiscal, bem como o ilícito e o contencioso tributário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BALEEIRO, A. Direito tributário brasileiro. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. 1688 p. ISBN 9788530958930.

CARVALHO, P. B. Curso de direito tributário. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 586 p. ISBN 9788547214500.

CASSONE, V. Direito tributário. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 424 p. ISBN 9788597010237.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMARO, L. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva. 2004.

LOPES, M. L. R. Direito tributário. São Paulo: Impetus, 2013

OLIVEIRA, J. Código tributário nacional. São Paulo: Saraiva, 2001.

ROSA Jr., LUIZ, F. Manual de direito financeiro e direito tributário. 15. ed., São Paulo: Renovar, 2001.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 315	Contabilidade para ME e EPP	60	2	1	0

EMENTA: Contabilidade de Micro e Pequenas Empresas, a aplicação aos conceitos contábeis no âmbito da Micro e Pequena Empresas; aspectos legais, jurídicos, fiscais e tributários que afetam a vida dessas empresas, e ainda políticas e programas governamentais de incentivo às

empresas desse porte. Gestão e controle das ME e EPP. As formalidades da escrituração contábil estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade pela Resolução CFC nº. 1.115/2007, que aprovou a NBC T 19.13, referente à escrituração contábil simplificada.

Objetivo: Compreender a Contabilidade Simplificada para Micro e Pequenas Empresas demonstra de forma simples a essência da escrituração contábil, sem a omissão de informações valiosas para a gestão das microempresas e empresas de pequeno porte, por meio de processo manual, mecanizado ou eletrônico, conforme previsto no artigo 27 da Lei Complementar nº. 123/2006 (Simples Nacional).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, J. E. F. et al. (coordenação) Contabilidade das pequenas e médias empresas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 512 p. ISBN 9788535247626.

SILVA, A. C. R. da; MARION, J. C. Manual de contabilidade para pequenas e médias empresas. São Paulo: Atlas, 2013. 208 p. ISBN 9788522485000.

VEIGA, W. E; SANTOS, F. A. Contabilidade Com Ênfase Em Micro, Pequenas E Médias Empresas: Atualizado pela Legislação até abril de 2011 (Leis Nºs 11.638/07, 11.941/09 E Nbc T 19.41).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial: Livro de exercícios.** 10º Ed. São Paulo, 2011.

MARTINS, E; et al. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 928 p. ISBN 9788522477173.

MCMANUS, K. J; IFRS: Implementação das Normas Internacionais de Contabilidade e da Lei 11638/07 no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2009. 294 p. ISBN 9788576743736.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 262	Contabilidade Gerencial	60	4	0	0
EMENTA: Característica da Contabilidade Gerencial; Comportamento dos Custos; análise e uso; Relação/Custo/volume/lucro; Custos relevantes para tomadas de decisões; Custo dos departamentos de serviços; Variação do custo-padrão; OBJETIVO: Proporcionar aos alunos aprendizado sobre a geração e uso da informação contábil para fins gerenciais. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: IUDICIBUS, S. Contabilidade Gerencial. 7ª edição. São Paulo. Atlas, 2020, 400 p, ISBN-13 978-8597023329. GONÇALVES, E. C.; BATISTA, A. E. Contabilidade Geral. São Paulo: Atlas, 2010. MARION, J. C. Contabilidade empresarial. São Paulo: Atlas, 2009. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BORGES, A. Elementos de Contabilidade Geral. Lisboa: Areas, 2010. HORNGREN, C. T. Introdução a Contabilidade gerencial. Prentice/Hall do Brasil. 2005. IUDICIBUS, S. Contabilidade Gerencial. São Paulo. Atlas, 2003. PADOVEZE, C. L. Contabilidade Gerencial. São Paulo: Atlas, 2002.					

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 316	Contabilidade Intermediária – I	60	4	0	0
EMENTA: Princípios Fundamentais da Contabilidade. Processo Contábil e Demonstrações Financeiras Patrimoniais e de Resultado: Balanço Patrimonial. Demonstração do Resultado Exercício e Demonstração do Resultado Abrangente. Apuração de exercício. Objetivo: Compreender o a composição das Demonstrações Contábeis e suas interações, identificar os fatos que compõem as demonstrações e suas implicações, bem como, as medidas para melhorar a qualidade das informações. Constituindo uma visão ampla dos demonstrativos contábeis, levando em consideração as normas vigentes e as necessidades dos usuários. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALMEIDA, M. C. Contabilidade Intermediária em IFRS e CPC, 2ª edição, São Paulo: Atlas, 2018, 320 p. ISBN-13 978-8597016017. PEREZ JUNIOR, J. H; BEGALLI, G. A. Elaboração e análise das demonstrações financeiras. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 360 p. ISBN 9788597000733. RIBEIRO, O. M, Contabilidade Intermediária, 5ª edição, São Paulo: Saraiva Uni, 2017, 464 p. ISBN -13 978-8547220846. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ALCANTARA, A. Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis. 3ª edição - Editora Atlas, 2012. ALMEIDA, J. E. F. et al. Contabilidade das pequenas e médias empresas. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2013. 512 p. ISBN 9788535247626. ALMEIDA, J. E. F. de. Fundamentos de contabilidade para os negócios: introdução à contabilidade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 208 p. ISBN 9788535272901. IUDICIBUS, S. de e MARION, J. C, Introdução a Teoria da Contabilidade: para o nível de graduação. 5º ed.- São Paulo: Atlas, 2009. SILVA, J. P. da. Análise Financeira das Empresas. 9º Ed. - São Paulo: Atlas 2010.					

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 317	Empreendedorismo	60	2	1	0
EMENTA: Comportamento e atitudes. Visão da cultura empreendedora. Análise de Mercado e identificação de oportunidades de negócios. Plano de Negócio. Realizações pessoais e profissionais. Pesquisa de mercado. Geração empreendedora. Objetivo: Conhecer o cenário de negócios que envolvem a empresa e o empresário, destacando e empreendedorismo como uma capacidade de inovação e criatividade. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BERNARDI, L. A. Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 336 p. ISBN 9788522474233. DOLABELA, F. Oficina do empreendedor. São Paulo: Sextante, 2011. 320 p. ISBN 9788575427415. Livro digital. DRUCKER, P. F. Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios. São Paulo: Cengage, 2016. 400 p. ISBN 9788522126682. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: DOLABELA, F. O segredo de Luiza: uma ideia, uma paixão e um plano de negócios. 2. ed. São					

Paulo: Editora de Cultura, 2006. ISBN 85 293-0102-1.

DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 260 p. ISBN 9788535247589.

SEIFFERT, P. Quadros. Empreendendo novos negócios em corporações: estratégias, processo e melhores práticas. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008. 160 p. ISBN 9788522449842.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 318	Contabilidade de Custos e Formação de Preços	60	2	1	0

EMENTA: Introdução à contabilidade de custos. Classificação e nomenclatura de custos. Sistemas de custeamento. Esquema básico de custos. Implantação de sistemas de custos. Custos conjuntos. Tipos e procedimentos para cálculo de custo.

OBJETIVO: Identificar e compreender os elementos e valores de custos, bem como, entender e aplicar os métodos e técnicas de mensuração e contabilização de custos nas empresas. Compreender os conceitos de custos para fins de avaliação, controle dos estoques e conhecimento dos instrumentos dos sistemas de custo, com o objetivo de servir de base para a tomada de decisão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

KOLIVER, O. **Contabilidade de custos**. Curitiba: Juruá, 2008. 524 p. ISBN 978 85 36221403

LEONE, G. S. **Curso de contabilidade de custos**: Contém critério do custeio ABC e aplicação de métodos quantitativos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 376 p. ISBN 978 85 22460816.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2018. 408 p. ISBN 978-8597017816. Livro-texto.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**: livro de exercícios. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010. ISBN 9788522498703.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HORNGREN, C. T.; DATAR, S. M.; FOSTER, G. **Contabilidade de custos**. 11. ed. São Paulo: Pearson, 2004. 2 v. ISBN 85 879-1840-0 (v. 1). ISBN 85 879-1895-8 (v. 2).

5º. SEMESTRE

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 319	Contabilidade Intermediária - II	60	4	0	0

EMENTA: Demonstrações Contábeis: Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Demonstração do Fluxo de Caixa. Análise da Demonstração do Valor Adicionado. Notas Explicativas.

Objetivo: Compreender a composição das Demonstrações Contábeis e suas interações, identificar os fatos que compõem as demonstrações e suas implicações, bem como, as medidas para melhorar a qualidade das informações. Constituindo uma visão ampla dos demonstrativos contábeis, levando em consideração as normas vigentes e as necessidades dos usuários.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, J. E. F. de. **Fundamentos de contabilidade para os negócios**: introdução à contabilidade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 208 p. ISBN 9788535272901.

ALMEIDA, M. C. **Contabilidade Intermediária em IFRS e CPC**, 2ª edição, São Paulo: Atlas,

2018, 320 p. ISBN-13 978-8597016017

MATARAZZO, D. C. **Análise Financeira de Balanço, Abordagem Básica e Gerencial**. 10ª Ed. - São Paulo: Atlas 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

IUDICIBUS et al, **manual de contabilidade Societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis**: contabilidade empresarial. 7º Ed. - São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, E; DINIZ, J. A; MIRANDA, G. J. **Análise Avançada Das Demonstrações Contábeis**: Uma Abordagem Crítica. 1ªEd. - São Paulo: Atlas, 2012.

WEIL, R. L; STICKNEY, C. P. Contabilidade Financeira. Introdução aos conceitos, métodos e aplicações. Tradução norte americana da 12ª edição. São Paulo. Cengage Learning 2009.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 258	Auditoria Contábil – I	60	4	0	0

EMENTA: Conceitos/definições e finalidade de Auditoria. Perfil ético do auditor. Avaliação e controles internos. Técnicas básicas de auditorias. Normas de auditoria. Instrumentos para execução dos trabalhos de auditoria: papéis de trabalho, programa de Auditoria. Elaboração de auditoria das Contas Patrimoniais e de Resultado.

OBJETIVO: Compreender as normas e os conceitos teóricos para o desempenho da atividade de auditoria contábil, indispensáveis à formação profissional do auditor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, M. C. Auditoria: abordagem moderna e completa. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 520 p. ISBN 9788597012774.

ATTIE, W. Auditoria: conceitos e aplicações. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 704 p. ISBN 9788522462384.

CREPALDI, S. A; CREPALDI, G. S. Auditoria Contábil: teoria e prática. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2019, 560 p. ISBN 978-8597021981.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOYNTON, W. C.; JOHNSON, R. N.; KELL, W. G. **Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2002. 986 p. ISBN 85 224-3244-8.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC n.º 678, de 24 de julho de 1990. Resolução CFC n.º 781, de 24 de março de 1995. Resolução CFC n.º 820, de 17 de dezembro 1997.

CREPALDI, S. A. **Auditoria Contábil**. São Paulo: Atlas, 2013. 912 p. ISBN: 9788522480821. LONGO, C. G. **Manual de Auditoria e Revisão de Demonstrações Financeiras**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 464 p. ISBN 9788522493203.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 320	Contabilidade Ambiental	60	4	0	0

EMENTA: Introdução ao Meio Ambiente: Meio ambiente, consequências ambientais e problemas ambientais. Contabilidade ambiental: Introdução e evolução. Contabilidade Financeira Ambiental: Introdução, Abordagem teórica da Contabilidade. Princípios Contábeis. Contabilizando o Meio Ambiente. Indicadores de Eco-eficiência e Contabilidade Gerencial

Ambiental.

OBJETIVO GERAL: Proporcionar aos alunos a importância da contabilidade ambiental para a gestão empresarial. Saber aplicar a contabilidade ambiental como instrumento de indicadores em eco-eficiência e a contabilidade gerencial ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

KASSAI, J. R.; CARVALHO, N. Contabilidade Ambiental – Relato Integrado e Sustentabilidade. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2019, 360 p. ISBN 978-8597021554.

KRAEMER, M. E. P.; TINOCO, J. E. P. Contabilidade e Gestão Ambiental. São Paulo: Atlas, 2004.

RIBEIRO, M. S. Contabilidade Ambiental. São Paulo: Saraiva, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERREIRA, A. C. S. Contabilidade Ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2003.

IUDÍCIBUS, S. de. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações (Aplicável às demais Sociedades), FIECAFI. 6ª Edição. Atlas. São Paulo 2003.

PAIVA, P. R. Contabilidade Ambiental: evidencição dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção. São Paulo: Atlas, 2003.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 321	Administração Financeira e Orçamentária	60	4	0	0

EMENTA:

Visão geral da administração financeira. Análise do ponto de equilíbrio das operações. Estrutura financeira da empresa. Administração do capital de giro. Instrumentos de avaliação de desempenho financeiro. Orçamento empresarial x planejamento. Orçamento de vendas. Orçamento de produção. Orçamento de consumo de material. Orçamento de compra de material. Orçamento de custos. Orçamento de despesa. Orçamento de caixa. Orçamento de capital. Projeção de resultados. Acompanhamento, análise e controle orçamentário.

OBJETIVO: Proporcionar embasamento teórico ao aluno, bem como o instrumental necessário, de forma a capacitá-lo na gestão financeira das organizações e na elaboração e orçamentos operacionais e de investimentos, como também participar da formulação do orçamento estratégico e de seus desdobramentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASSAF NETO, A. Finanças corporativas e valor. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FREZATTI, F. Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LUNKES, J. R. Manual de Orçamento. São Paulo: Atlas, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GITMAN, L. J. Princípios de administração financeira. 7ª ed. São Paulo: Hbra, 1997.

MOREIRA, J. C. Coordenação: Orçamento empresarial: manual de elaboração 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, D. P. R. de. Estratégia empresarial. São Paulo: Atlas, 1994.
ROSS, Stephen A. Administração financeira. Colaboração de Randolph W Westerfield; Jeffrey F Jaffe. São Paulo: Atlas, 1995.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 322	Contabilidade Rural	60	2	1	0
EMENTA: Classificação das atividades rurais. Empresa rural. Contabilidade rural. Ano agrícola. Exercício social nas empresas rurais. Custo agrícola. Processo Produtivo na atividade agrícola. Processo produtivo na atividade pecuária. Gastos com melhorias e pré-operacionais. Depreciação, Amortização e Exaustão. Elaboração de projetos ambientais. OBJETIVO GERAL: Possibilitar ao aluno o conhecimento técnico-científico em Contabilidade Rural, visando preparar o discente para uma atuação profissional na gestão dos negócios da empresa Rural. Efetuar os lançamentos contábeis em uma empresa agropecuária; Conseguir elaborar as demonstrações contábeis das empresas rurais; Compreender e conhecer conceitos que possibilitem trabalhar com as empresas rurais. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CREPALDI, S. A. Contabilidade Rural. 9ª. ed., São Paulo: Atlas, 2019, 456 p. ISBN 978-8597021424. MARION, J. C. Contabilidade Rural. 7a ed São Paulo: Atlas, 2005. OLIVEIRA, D. L; OLIVEIRA, Gessy Dhein; e 2 mais. Contabilidade Rural: Uma Abordagem do Agronegócio Dentro da Porteira. 4ª ed. Curitiba: Juruá, 2019, 350 p. ISBN 978-8536291253. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ANCELES, P. E. S. Manual de Tributos da Atividade Rural. São Paulo: Atlas, 2002. CREPALDI, S. A. Contabilidade Rural: uma abordagem decisória. 8. ed., São Paulo: Atlas, 2006. MARION, J. C. Contabilidade Pecuária. São Paulo: Atlas, 1986. NEPOMUCENO, F. Contabilidade Rural e seus custos de produção. São Paulo: IOB-Thomson, 2004. SANTOS, G. J.; et al. Administração de Custos na Agropecuária. São Paulo: Atlas, 2002.					

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 323	Gestão Estratégica de Custos	60	4	0	0
EMENTA: Análise de custos. Interpretação dos custos e suas variações. Margem de contribuição. Relação custo-volume-lucro. OBJETIVO: Desenvolver capacidade crítica sobre as contribuições dos sistemas de custeamento para processo decisório. Compreender a relação custo-volume-lucro x alavancagem operacional. Compreender a relação da margem de contribuição x eficiência operacional. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: DUTRA, R. G. Custos: uma abordagem prática. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 464 p. ISBN 9788597012347. KOLIVER, O. Contabilidade de custos. Curitiba: Juruá, 2008. 524 p. ISBN 9788536221403. MARTINS, E. Contabilidade de custos. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 376 p. ISBN 9788522459407. Livro-texto. MARTINS, E. Contabilidade de custos: livro de exercícios. 11. ed. São					

Paulo: Atlas, 2010. ISBN 9788522498703.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LEONE, G. S; LEONE, Rodrigo José Guerra. **Curso de contabilidade de custos:** contêm critério do custeio ABC e aplicação de métodos quantitativos. 4. ed. São Paulo:Atlas, 2010. 480 p. ISBN 9788522460816.

NAGY, C. F; VANDERBECK, E. J. **Contabilidade de custos.** 11. ed. São Paulo: Pioneira Editora, 2001. 456 p. ISBN 9788522102389.

VICECONTI, P; NEVES, S. das. **Contabilidade de custos:** um enfoque direto e objetivo. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 280 p. ISBN 9788502194564.

6º. SEMESTRE

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 324	Contabilidade do Terceiro Setor	60	2	1	0

EMENTA: Introdução, conceitos, estudos e reflexões ligadas à Contabilidade nas Organizações de Terceiro Setor. Tipos de empresas de Terceiro Setor. Formas e construção e funcionamento de organizações do terceiro setor. O papel social que desempenha as empresas do terceiro setor no cenário nacional. Forma de Contabilização e apresentação das demonstrações contábeis. Formas e modelos de apresentação de orçamentos e prestação de contas.

Objetivo: Identificar e aplicar os principais conceitos e tipos de empresas que forma o grupo do terceiro setor, tais como, constituição e funcionamento destas organizações, formas de contabilização e apresentação das demonstrações contábeis para prestação de contas as entidades financiadoras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012.** Entidades sem finalidade de lucros: ITG 2002. Disponível em: < <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao/cfc-1409-2012.htm>> Acesso em: 10 out. 2017.

FRANÇA, J. A. F. et al. Coordenação: **Manual de procedimentos para o terceiro setor.** Brasília: CFC/FBC, 2015. 223 p.

GRAZZIOLI, A. et al. **Organizações da sociedade civil:** associações e fundações - constituição, funcionamento e remuneração de dirigentes. São Paulo: Educ, 2016. 228 p. ISBN 9788528305425.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

OLAK, P. A.; NASCIMENTO, D. T. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos.** 3ª.ed. São Paulo: Atlas, 2010. 240 p. ISBN 8522459762.

PAES, J. E. S. **Terceiro setor e tributação.** Brasília: Forense, 2015. V. 7 (408 p.). ISBN 9788530959074.

SLOMSKI, V. et. al. **Contabilidade do Terceiro Setor: Uma Abordagem operacional aplicável às associações, fundações, partidos políticos organizações religiosas.** São Paulo: Atlas, 2012. 196p. ISBN 9788522473861.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 325	Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade	60	2	1	0
EMENTA: Apresentação de técnicas de pesquisa científica aplicadas na contabilidade; tipos e estruturas de trabalhos científicos. Avaliação das características de monografias e artigos científicos de contabilidade. Organização da pesquisa e elaboração de projeto de pesquisa em contabilidade visando o TCC. Técnicas de Pesquisa. Normas da ABNT. Objetivo: Capacitar os alunos para realizar reflexões críticas acerca da produção científica na área das ciências contábeis BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. São Paulo: Bookman Companhia, 2010. 296 p. ISBN 9788536323008. MICHEL, M. H. Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 304 p. ISBN 9788597001136. SILVA, A. C. R. da. Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 200 p. ISBN 9788522459384. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BEUREN, I. M. et al. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. Organização 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 200 p. ISBN 9788522443918. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. MATIAS, P. J. Manual de metodologia da pesquisa científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 224 p. 9788597008777. MARTINS, G. A; THEÓPHILO, C. R. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 264 p. ISBN 9788597008111.					

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 326	Análise de Custos	60	4	0	0
EMENTA: Introdução à Análise de Custos; Análise das Variações de Custos; Margem de Contribuição; Relação Custo / Volume / Lucro. OBJETIVO: Conhecer e analisar processos produtivos e sistemas de custos, para a geração de informações, visando o processo de tomada de decisão gerencial. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: DUTRA, R. G. Custos: uma abordagem prática. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 422 p. ISBN 978 85 224 5228 6. LEONE, G. S. Curso de contabilidade de custos: (livro-texto). 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 450 p. ISBN 978 85 224 5349 8. PASSARELLI, J; BOMFIM, E. A. Custos: análise e controle. 3. ed. São Paulo: IOB; Thomson, 2005. ISBN 85 7647-052-7. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					

NAGY, C. F.; VANDERBECK, E. J. **Contabilidade de custos**. 11. ed. São Paulo: Pioneira, Editora, 2001. 456 p. ISBN 85 221-0238-4.

NEVES, S. das; VICECONTI, P. E. V. **Contabilidade de custos: um enfoque direto e objetivo**. 8. ed. São Paulo: Frase, 2008. 302 p.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 327	Análise das Demonstrações Contábeis	60	4	0	0
EMENTA: Conceitos; Ajustes das Demonstrações Contábeis para Fins de Análise; Análise Vertical e Horizontal; Análise Econômico-Financeira. OBJETIVO: Compreender a situação econômico e financeira da organização, por meio da análise das demonstrações contábeis, de modo a contribuir para o processo de tomada de decisões. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ASSAF, N. A. Estrutura e análise de balanços: Um Enfoque Econômico-Financeiro. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 392 p. ISBN 9788597000139. IUDÍCIBUS, S. de. Análise de balanços. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 280 p. ISBN 9788597009682. MARION, J, C. Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 312 p. ISBN 9788522468683. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MATARAZZO, D. C. Análise financeira de balanços: abordagem gerencial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 372 p. ISBN 9788522456925. MARTINS, E; DINIZ, J. A; MIRANDA G. J. Análise avançada das demonstrações contábeis: uma abordagem crítica. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 352 p. ISBN 9788522470952. SILVA, A. A. da. Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 304 p. ISBN 9788597011999.					

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 328	Contabilidade Pública - I	60	4	0	0
EMENTA: Campo de aplicação da contabilidade na área pública. Patrimônio público. Receita e despesa. Planificação contábil. Escrituração na administração pública. Tomada de contas. Controle interno e externo. Lei de responsabilidade fiscal e relatórios. OBJETIVO: Compreender os conceitos básicos de contabilidade aplicada na área pública. Conhecer a origem e formação dos fluxos orçamentário, financeiro e patrimonial registrados pela contabilidade pública. Conhecer os principais relatórios emitidos pela contabilidade pública. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ANGÉLICO, J. Contabilidade pública. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. KOHAMA, H. Contabilidade pública: teoria e prática. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010. SILVA, L. M. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2009. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: MACHADO Jr., J. T., REIS, H. C. A Lei 4.320 comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal.					

32 ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2009.

PISCITELLI, R. B.; M. Z. F. TIMBÓ. **Contabilidade pública**: uma abordagem da administração financeira pública. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, L. M. da. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo**. São Paulo: Atlas, 2004.

7º SEMESTRE

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 329	Contabilidade Pública – I I	60	4	0	0
EMENTA: Orçamento público. Regimes contábeis. Créditos Adicionais. Registros Orçamentários, Extra-orçamentários, Financeiros, patrimoniais e Extra-Patrimoniais. Demonstrativos Contábeis da Área Pública sua estrutura, composição e conteúdo. Resultados apurados e suas análises e interpretação dos Demonstrativos contábeis Público.					
OBJETIVO: Dotar o acadêmico dos conhecimentos necessários para elaborar e analisar os demonstrativos contábeis e apresentar relatórios e pareceres, evidenciar a importância das demonstrações contábeis da área pública no processo de tomada de decisão. Proceder análise da consistência dos demonstrativos.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: KOHAMA, H. Balanços públicos: teoria e prática . São Paulo: Atlas, 2000. CRUZ, F. et al. Comentários à Lei nº 4.320 . São Paulo: Atlas, 2006. PISCITELLI, R. B. et al. Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública . São Paulo: Atlas, 2006. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ANGÉLICO, J. Contabilidade pública . São Paulo: atlas, 1994. CRUZ, F SILVA, Lino Martins da. Contabilidade governamental - exercícios . São Paulo: Atlas, 2002; GLOCK, J. O. Controle interno nos municípios . São Paulo: Atlas, 2006. POUBEL, D; GARCIA, L. M. Contabilidade pública no Governo Federal . São Paulo: Atlas, 2004.					

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 330	Planejamento e Contabilidade Tributária – I	60	4	0	0
EMENTA: Introdução à Contabilidade tributária: conceitos, princípios, normas e objeto. Tributos Diretos e Indiretos. Procedimentos contábeis para e cálculos de Impostos no Sistema Tributário Nacional: ICMS; IPI; ISS – e aspectos do fato gerador: pessoal, espacial, temporal, material e quantitativo (Base de Cálculo e Alíquota).					
OBJETIVO: Conhecer técnicas e procedimentos para elaboração de planejamento tributário, conceitos, funções e atividades da contabilidade tributária.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BORGES, H. B. Planejamento tributário : IPI, ICMS, ISS e IR. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 624 p. ISBN 978 8597001754. BRASIL. Decreto n. 4.544, de 26 de dezembro de 2002 . Regulamenta a tributação, fiscalização,					

arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4544.htm>. Acesso em: 09 ago. 2018.

HIGUCHI, H.; HIGUCHI, F. H.; HIGUCHI, C. H. **Imposto de renda das empresas: interpretação e prática**. 34. ed. São Paulo: IR publicações, 2009. 952 p. ISBN 9788561291013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. **Lei Complementar n. 87, de 13 de setembro de 1996**. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp87.htm>. Acesso em: 09 ago. 2018.

_____. **Lei Complementar n. 116, de 31 de julho de 2003**. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp116.htm>. Acesso em: 09 ago. 2018.

_____. **Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nos 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 09 ago. 2018.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 331	Contabilidade Societária e Financeira	60	4	0	0

EMENTA: Estrutura de Capital das Empresas; Reorganização Societária; Provisões e Outras Transações Societárias; Ajuste a Valor Presente; Valor Justo (fair value); Redução ao Valor Recuperável dos Ativos (impairment); Ativos e Passivos Contingentes; Insubstituições e Superveniências; Ganhos e Perdas de Capital; Dividendos Obrigatórios e Juros sobre Capital Próprio; Reservas.

Objetivo: Conhecer os aspectos legais e societários que envolvam as organizações, bem como a sua estrutura de capital, visando à realização de transações e negócios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRAGA, H. R; ALMEIDA, M. C. **Mudanças contábeis na lei societária**: Lei n.º 11.638, de 28-12-2007. São Paulo: Atlas, 2008. 308 p. ISBN 978 85 224 5082 4.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.º 1.180/09, de 24 de julho de 2009**. Aprova a NBC T 19.7 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **Resolução CFC n.º 1.141, de 21 de novembro de 2008**. Aprova a NBC T 10.2 – Operações de Arrendamento Mercantil. **Resolução CFC n.º 1.110, de 29 de novembro de 2007**. Aprova a NBC T 19.10 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Código=2007/001110>. Acesso em: 11 Ago. 2013.

FIPECAFI. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades**. 7. ed., 6. tir. São Paulo: Atlas, 2007. 650 p. ISBN 978 85 224-4648-3.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FIPECAFI. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades**: suplemento. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 120 p. ISBN 978 85224 5455 6.

PEREZ J. J. H; OLIVEIRA, L. M. de. **Contabilidade avançada**: texto e testes com as respostas. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 284 p. ISBN 978 85 224 5359 7.

SCHMIDT, P; DOS SANTOS, J. L. **Contabilidade societária**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 484 p. ISBN 978 85 224 5474 7.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 332	Perícia Contábil e Arbitragem	60	2	1	0
EMENTA: Conceito e campo de atuação. A perícia como prova judicial. O Perito-Contador e o Assistente Técnico e seus campos de atividade. A inserção da Perícia no Código do Processo Civil e na legislação pertinente. Formulação de quesitos, laudo, prazos e documentação para suporte das perícias. Honorários. Ética profissional. Procedimentos periciais contábeis: exame, vistoria, avaliação; indagação, investigação, arbitramento, mensuração e certificação. Arbitragem e mediação. OBJETIVO: Oferecer a noção básica dos procedimentos da Perícia Contábil nos foros civil, trabalhista e na área da Justiça Federal. Perícia Contábil na verificação de haveres e no processo falimentar. Perícias extrajudiciais. Elaboração de laudos periciais sobre questões contábeis em geral. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALBERTO, V. L. P. Perícia contábil. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2012. 264 p. ISBN 9788522469574. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC n.º 857, de 21 de outubro de 1999. Reformula a NBC P 2, denominando-a Normas Profissionais do Perito. Resolução CFC n.º 858, de 21 de outubro de 1999. Reformula a NBC T 13 – da perícia contábil. Resolução CFC n.º 938, de 24 de maio de 2002. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre. Código=2005/001>. Acesso em: 09 Ago. 2013. MAGALHÃES, A. D. F. Perícia contábil: casos praticados. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 152 p. ISBN 9788597008906. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: FRANÇA, J. A. de; MORAIS, A. C. Perícia judicial e extrajudicial. 2. ed. Brasília: Ed. do autor, 2004. 179 p. ISBN 85 901-7252-X. HOOG, W. A. Z. Prova pericial contábil: teoria e prática. 14. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2017. 1152 p. ISBN 9788536264295. MELLO, P. C. de. Perícia contábil. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2016. 160 p. ISBN 8539610701. ORNELAS, M. M. G. de. Perícia contábil: diretrizes e procedimentos. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017. 190 p. ISBN 9788597013177.					

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS		
			T	P	E
CCJSA 333	Controladoria e Sistema de Informação	60	4	0	0
EMENTA: Contextualização; Funções da Controladoria e do <i>Controller</i> nas organizações; Planejamento; Gestão Estratégica das Informações; Avaliação de Desempenho; Ferramentas de Gestão. OBJETIVO: Proporcionar conhecimentos de visão sistêmica de planejamento empresarial, tanto de natureza financeira quanto econômica e modelos de gestão empresarial que permitam maximizar a continuidade de uma organização. Produzindo informações para a tomada de decisão.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ATKINSON, A. A. et al. Contabilidade gerencial: informação para tomada de decisão e execução da estratégia. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 448 p. ISBN 9788522493883.

FIGUEIREDO, S; CAGGIANO, P. C. Controladoria: teoria e prática. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 376 p. ISBN 9788597010626.

FREZATTI, F. et al. Controle gerencial: uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamental e sociológico. São Paulo: Atlas, 2009. 288 p. ISBN 9788522455188.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GOLDRATT, E. M; COX, J. A meta: um processo de melhoria contínua. 2. ed. Barueri, SP.: Nobel, 2003. ISBN 9788521312369.

JIAMBALVO, J. Contabilidade gerencial. 3. ed. São Paulo: LTC Editora, 2009. 476 p. ISBN 9788521617020.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia e práticas. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 337 p. ISBN 978 85 224 5429 7.

SANTOS, J. L. dos; SCHMIDT, P. **Fundamentos de controladoria**. São Paulo: Atlas, 2006. 280 p. (Coleção resumos de contabilidade; v.17). ISBN 85 224 4389 5.

8º. SEMESTRE

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS		
			T	P	E
CCJSA 334	Contabilidade Atuária	60	4	0	0

EMENTA: Conceito. Definição. Introdução a base teórica dos métodos de financiamentos. Contabilização de Planos de Benefícios das entidades de previdência. Estudo da elaboração e do desenvolvimento da avaliação técnica de um plano de benefícios. Demonstrações Contábeis de Entidades de Previdência Complementar. Normas Reguladoras da Previdência Complementar. Contabilização.

Objetivo: Proporcionar os conhecimentos básicos relacionados a contabilidade das empresas de seguro e previdência complementar. Noções da ciência atuarial e suas aplicações e a relação com a ciência contábil, dado as especificidades dos ramos de atuação do profissional da contabilidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHAN, B. L.; SILVA, F. L.; MARTINS, G. de A. Fundamentos da Previdência Complementar: da atuária a contabilidade. São Paulo: Atlas, 2006.

FILHO, A. C. Cálculo atuarial aplicado: teoria e aplicações, exercícios resolvidos e propostos. São Paulo: Atlas, 2009.

SOUZA, S. Seguros: contabilidade, atuária e auditoria. São Paulo: Saraiva: 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

VILANOVA, W. Matemática Atuarial. São Paulo: Pioneira, 1969.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS		
			T	P	E
CCJSA 335	Contabilidade Avançada	60	4	0	0

EMENTA: Matriz e filiais. Estrutura de Capital das Empresas. Consolidação das demonstrações contábeis. Reorganização societária: fusões, incorporações e cisões. Noções contábeis de importações e exportações. Remuneração do Capital Próprio. Conversão de demonstrações contábeis para moeda estrangeira.

OBJETIVO: Desenvolver nos alunos habilidades relacionadas com a correção de demonstrativos contábeis, através de técnicas de correção e conversão que usualmente fazem parte da contabilidade societária, elaboração das demonstrações consolidadas dentro dos aspectos societários e a importância do Balanço Social através de técnicas específicas na elaboração das Demonstrações de Valor Adicionado e a sua importância junto à comunidade onde as entidades estão inseridas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. **Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm> Acesso em: 18 maio 2017.

MARTINS, E. et al. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 928 p. ISBN 9788522477173.

PEREZ JÚNIOR, J. H; OLIVEIRA, L. M. de. Contabilidade avançada: texto e testes com as respostas. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 408 p. ISBN 9788522469390.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

IASB - International Accounting Standards Board, IAS - International Accounting Standards. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 374 p. ISBN 978 85 224 4194 5.

PERES JÚNIOR, J. H; OLIVEIRA, L. M. de. **Contabilidade avançada:** texto e testes com as respostas. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 284 p. ISBN 978 85 224 5359 7.

SANTOS, J. L dos; SCHMIDT, P. Contabilidade societária. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 544 p. ISBN 9788522492626.

SCHMIDT, P; SANTOS, J. L. dos; FERNANDES, L. A. Contabilidade avançada: aspectos societários e tributários. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 352 p. ISBN 978 85 224 5201 1.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS		
			T	P	E
CCJSA 336	Mercado de Capitais	60	4	0	0

EMENTA: Funcionamento dos mercados de capitais, de crédito e financeiro. Principais ativos transacionados de renda fixa e variável. Instituições do Sistema Financeiro Nacional. Fundos de investimento e investidores institucionais. Derivativos.

OBJETIVO(S): Desenvolver capacidade para conhecer os fundamentos teóricos e o funcionamento do mercado financeiro, de crédito e de capitais; e entender as técnicas de análise e precificação de ativos financeiros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASSAF NETO, A. **Mercado financeiro.** 13. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 424 p. ISBN 9788597001938.

CALVACANTE, F; MISUMI, J. Y. **Mercado de capitais:** o que é, como funciona. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008. 424 p. ISBN 9788535226188.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira.** 12. ed. São Paulo: Pearson, 2009. 800 p. ISBN 9788576053323.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FORTUNA, E. **Mercado Financeiro:** produtos e serviços. 21. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2017. 904 p. ISBN 9788541403221.

PINHEIRO, J. **Mercado de Capitais:** fundamentos e técnicas. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 640 p. ISBN 9788597008265.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS		
			T	P	E
CCJSA 337	Cenário Contábil Internacional	60	4	0	0
EMENTA: Aspectos Introdutórios; Convergência internacional da Contabilidade. Organismos Reguladores da Profissão; Práticas de Governança Corporativa; Demonstrações Contábeis em Ambiente Internacional. Objetivo: Oportunizar aos alunos conhecimentos básicos relacionados a contabilidade internacional, através de estudos e comparações das normas brasileiras com as internacionais, principalmente as Norte-Americanas. Conhecer os principais aspectos da convergência contábil internacional, seus organismos regulamentadores e o processo de elaboração das normas. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CHOI, F. D. S; MUELLER, G. G. <i>International accounting</i>. 5. ed. New Jersey: Prentice-Hall, 2004. 528 p. ISBN 9780131480971. INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. <i>Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS)</i>. Ed. 2016. São Paulo: IBRACON, 2016. 2 v. (eBook). NIYAMA, J. K. Contabilidade internacional. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. 176 p. ISBN 978 85 2246892. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ALEXANDER, D; ACHER, S. European accounting guide. 3 ed. San Diego. Harcourt Brace. 1998. ISBN 0-15-606077-9. NOBES, C; PARKER, R. Comparative International accounting. 5 ed. London. Prentice-Hall, 1998. ISBN 0-13-736463-6. CHOI, F. D. S; MULLER, G. G. International accounting. 2 ed. New Jersey. Prentice-Hall, 1988. ISBN 0-13-457755-8. SCHMIDT, P; SANTOS, J. L. dos; FERNANDES, L. A. Contabilidade internacional avançada. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008, 470 p. ISBN 978 85 224 4904 0.					

11.4 Conteúdo de Formação Teórico-Prática

A proposta dos componentes curriculares com seu conteúdo de formação teórico-prática está proposta com base no disposto na Resolução CNE/CES n.º 10, DE 16 de dezembro de 2004 e é composta por: Estágio Supervisionado; Trabalho de Conclusão de Curso; e Atividades Complementares.

Quadro (s) 10.1- Componentes Curriculares para Formação Profissional-CH/CR

	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS			PRÉ REQUISITO
			T	P	E	
	Estágio Profissional Supervisionado Obrigatório – I	90	0	0	2	Todas as disciplinas Obrigatórias até o 6º Período
	Estágio Profissional Supervisionado Obrigatório – II	90	0	0	2	Todas as disciplinas Obrigatórias até o 7º Período
	Atividades Complementares	60	0	0	0	Fluxo Contínuo
	TCC - Trabalho de Conclusão de Curso	120	2	3	0	

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS		
			T	P	E
CCJSA354	Estágio Supervisionado Obrigatório I	90	0	0	2
EMENTA: Prática contábil com aplicação de técnicas e recursos convencionais e informatizados. Rotinas de funcionamento dos vários setores de empresas comerciais e o preenchimento de documentos e formulários relacionados com a atividade empresarial.					

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS		
			T	P	E
CCJSA355	Estágio Supervisionado Obrigatório II	90	0	0	2
EMENTA: Prática contábil com aplicação de técnicas e recursos convencionais e informatizados. Rotinas de funcionamento dos vários setores de empresas comerciais e o preenchimento de documentos e formulários relacionados com a atividade empresarial.					

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS		
			T	P	E
CCJSA356	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	12 0	2	3	0

EMENTA: Desenvolvimento do trabalho monográfico de acordo com temática escolhida. Técnicas de Pesquisa. Normas da ABNT.

Objetivo: Apresentar em um trabalho de conclusão desenvolvido pela orientação de um professor, dentro de temas atualizados pelas disciplinas apreendidas no decorrer do curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
Será definida pelo acadêmico e seu orientador de acordo com temática a ser pesquisada.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
Será definida pelo acadêmico e seu orientador de acordo com temática a ser pesquisada.

Vale ressaltar que o acervo bibliográfico básico e complementar do curso deverá ser informatizado, garantindo o acesso ininterrupto pelos alunos do curso, devendo ainda haver garantia da IES, no contrato de acervo bibliográfico virtual com as respectivas instalações e recursos tecnológicos, que atendam o curso.

Quadros(s) 11 - Disciplinas Optativas com ementas e Referências

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCET	Tecnologia da Informação	60	4	0	0

EMENTA: Dado e informação. Banco de dados. Processamento de transações e aplicações. Linguagens de programação. Introdução a projetos. Regras de integridade. O uso de tecnologias; Gestão de arquivos e dados.

Objetivo: Compreender e identificar os recursos de tecnologia da informação em relação às necessidades organizacionais; identificar a importância da inteligência da integridade dos dados das empresas; e reconhecer o ganho de produtividade com o uso correto dos recursos da tecnologia da informação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ABREU, A. F. de; REZENDE, D. A. Tecnologia da informação: aplicada a sistemas de informação empresariais. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 376 p. ISBN 9788522475483.

LUCAS JR, H. C. Tecnologia da Informação: tomada de decisão estratégica para administradores. São Paulo: LTC, 2006. 340 p. ISBN 9788521615187.

REZENDE, D. A. Planejamento de sistemas de informação e informática: guia prático para planejar a tecnologia da informação integrada ao planejamento estratégico das organizações. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 232 p. ISBN 9788597003475.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
CLETO, N. Notebook: O Mundo Virtual nas Suas Mãos. São Paulo: Atlas, 2008. 100 p. ISBN 9788522451098.

SILBVERSCHATZ, A; KORTH, H. F; SUDARSHAN, S. Sistema de banco de dados. 6. ed. São Paulo: Elsevier, 2012. 808 p. ISBN 9788535245356.

SOUZA FILHO, G. L. de. et al. VOIP: voz sobre IP. Rio de Janeiro; São Paulo: Campus, 2005. ISBN 85 352-1787-8.

TANENBAUM, A. S. Sistemas operacionais modernos. 4. ed. São Paulo: Pearson Education, 2016. 864 p. ISBN 9788543005676.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 339	Auditoria Contábil – II	60	4	0	0
EMENTA: Avaliação de Evidências. Procedimentos/Técnicas de auditorias. Definição, Tipos, Projeto e Avaliação de Sistemas de Controles Internos. Controle de Qualidade. Revisão da Qualidade pelos Pares. Transações com Partes Relacionadas. Contingências. Eventos Subsequentes. Carta de Responsabilidade da Administração. Continuidade Normal das Atividades. Erro e Fraude. Papéis de Trabalhos. Elaboração de relatório de Auditoria. Auditoria operacional. Auditoria Tributária. OBJETIVO: Abranger o estudo de dos elementos patrimoniais e de resultado, aplicando procedimentos em extensão, profundidade e oportunidade adequadas. Controle interno. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALMEIDA, M. C. Auditoria: abordagem moderna e completa. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 520 p. ISBN 9788597012774. ATTIE, W. Auditoria: conceitos e aplicações. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 704 p. ISBN 9788522462384. BOYNTON, W. C; JOHNSON, R. N; KELL, W. G. Auditoria. São Paulo: Atlas, 2002. 986 p. ISBN 85 224-3244-8. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC n.º 678, de 24 de julho de 1990. Aprova normas sobre procedimentos de auditoria independente para revisões limitadas das informações trimestrais à comissão de valores mobiliários – CVM; Resolução CFC n.º 781, de 24 de março de 1995. Aprova a NBC P 3 - normas profissionais do auditor interno; Resolução CFC n.º 820, de 17 de dezembro 1997. Aprova a NBC T 11 - Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis com alterações e dá outras providências; Resolução CFC n.º 821, de 17 de dezembro de 1997. Aprova a NBC P 1 - Normas Profissionais de Auditor Independente com alterações e dá outras providências; Resolução CFC n.º 830, de 16 de dezembro de 1998. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.Codigo=2009/001181>. Acesso em: 09 ago. 2018.					

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 340	Responsabilidade Socioambiental	60	4	0	0
EMENTA: Responsabilidade Social; Responsabilidade Ambiental; Projetos Sociais; Marketing Social; Empreendedorismo Social; Noções de Contabilidade Social; Balanço Socioambiental; Relatórios Socioambiental; Legislação Aplicável. Objetivo: Desenvolver no aluno a visão da gestão socialmente responsável, identificar as consequências das ações das empresas nos atores envolvidos, os impactos na empresa, no mercado, no meio ambiente, na comunidade. Compreender a responsabilidade social e ambiental nas instituições, destacando o balanço socioambiental como instrumento de gestão.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DIAS, R. **Marketing ambiental:** ética, responsabilidade social e competitividade nos negócios. 2. ed. São Paulo: Atlas, 20014. 232 p. ISBN 978 85 22489794.

TACHIZAWA, T. Gestão ambiental e responsabilidade socialcoorporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 472 p. ISBN 9788522493821.

TINOCO, J. E. P. Balanço social e o relatório da sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2010. 280 p. ISBN 978-8522460366.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

KROETZ, C. E. S. **Balanço social:** teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000. 168 p. ISBN 85 224-2621-8.

TINOCO, J. E. P. Balanço social: uma abordagem da transferência e da responsabilidade pública das organizações. 1. ed., 5. tir. São Paulo: Atlas, 2001. 248 p. ISBN 9788522429288.

SILVA, C. A. T; FREIRA, F. S. **Balanço social:** teoria e prática. (Org.) São Paulo: Atlas, 2001. 176 p. ISBN 85 224-2918-9.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 341	Análise de Projetos e Orçamento Empresarial	60	4	0	0

EMENTA: Aspectos Introdutórios; Orçamento de Vendas; Orçamento de Produção; Orçamento de Despesas Operacionais; Orçamento de Caixa; Demonstrativo de Resultado de Exercício Projetado; Balanço Patrimonial Projetado; Controle Orçamentário; Análise de Projetos Empresariais.

Objetivo: Desenvolver a capacidade e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização; empregar o pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASAROTTO FILHO, N; KOPITTKE, B. H. **Análise de investimentos.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 472 p. ISBN 978 85 224 4801 2.

CLEMENTE, A. **Projetos empresariais e públicos.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 344 p. ISBN 978 85 224 5195 1.

FREZATTI, F. **Orçamento empresarial:** planejamento e controle gerencial. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 230 p. ISBN 978 85 224 5593 5.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

SANVICENTE, A. Z; SANTOS, Celso da Costa. **Orçamento na administração de empresas:** planejamento e controle. 2. ed. 18. tir. São Paulo: Atlas, 1995.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 342	Controle Interno e Prestação de Contas	60	2	1	0

EMENTA: Controle interno e externo na administração pública. Atualização das normas contábeis. Procedimentos de auditoria e elaboração de prestação de contas na administração pública.

Objetivo: Conscientizar os alunos da Importância do controle interno no contexto da governança e accountability pública, como também do Controle interno e gerenciamento de riscos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CRUZ, F. da. Lei de Responsabilidade Fiscal comentada. 2. ed São Paulo: Atlas, 2011.

KOHAMA, H. Contabilidade pública: teoria e prática. 3. ed São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, L. M. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO, J. C. O. de. Auditoria geral e pública. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

CASTRO, R. G. de; LIMA, D. V. de. Fundamentos da Auditoria Governamental e Empresarial. São Paulo: Atlas, 2003.

CRUZ, F. Auditoria governamental. São Paulo: Atlas, 2007.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 343	Planejamento e Orçamento Empresarial	60	4	0	0

EMENTA: Aspectos Introdutórios. Orçamento de Vendas. Orçamento de Produção. Orçamento de Despesas Operacionais. Orçamento de Caixa. Demonstrativo de Resultado de Exercício Projetado. Balanço Patrimonial Projetado. Controle Orçamentário. Análise de Projetos Empresariais.

Objetivo: Conhecer os mecanismos do processo de elaboração do orçamento empresarial para o processo decisório da gestão empresarial, desenvolvendo habilidades para a estruturação do controle orçamentário de uma empresa, e aplicar as técnicas de avaliação de projetos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FREZATTI, F. **Orçamento empresarial:** planejamento e controle gerencial. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2015. 248 p. ISBN 9788522499083.

HOJI, M. **Planejamento e Controle Financeiro: Fundamentos e Casos Práticos de Orçamentos Empresarial.** São Paulo: Atlas, 2010. 160 p. ISBN: 9788522412129.

SANTOS, J. L. *et al.* **Fundamentos de Orçamento Empresarial.** SP: Atlas, 2008. (Col. Resumos de Contabilidade, v.24). ISBN: 9788522450053. Eduardo Faço. Mercado de capitais: análise empírica no Brasil. SP: Atlas, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASAROTTO FILHO, N; KOPITKE, B. H. **Análise de investimentos:** matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão e estratégia empresarial. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 432 p. ISBN 9788522457892.

CLEMENTE, A. et al. **Projetos empresariais e públicos.** (Org.) 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 344 p. ISBN 9788522451951.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 344	Finanças Empresariais e a Contabilidade	60	4	0	0

EMENTA: Administração Financeira; Mercados Financeiros; Risco e Retorno de Ativos e Avaliação de Carteira; Alavancagem; Planejamento Financeiro.

Objetivo: Evidenciar a influência das finanças e a contabilidade na tomada de decisão dos administradores e gestores de negócios. Bem como ensinar a utilizar as ferramentas de contabilidade e finanças para planejar e controlar os negócios de diversos portes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BRAGA, R. **Fundamentos e técnicas de administração financeira:** livro texto. 16. tir. São Paulo: Atlas, 1998. 416 p. ISBN 85 224 0422 3.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira.** 10. ed. São Paulo: Harbra, 2004. 776 p. ISBN 978 85 886 3912 6.

MARTINS, E; ASSAF NETO, A. **Administração financeira: as finanças das empresas sob condições inflacionárias:** livro-texto. São Paulo: Atlas, 1995. ISBN 85 224 0041 5.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ROSS, S. A; WESTERFIELD, R. W; JAFFE, J. F. **Administração Financeira: corporate finance.** 2. ed. 7. São Paulo: Atlas, 2002. 778 p. ISBN 85 224 2942 4.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 345	Planejamento e Contabilidade Tributária II	60	4	0	0

EMENTA: Formas de tributação nas empresas: principalmente o Simples, Lucro Presumido, Lucro Real, e o Lucro Arbitrado, em cada uma delas, os tributos são calculados diferentemente. Os tributos: impostos, taxas, contribuição de melhoria e contribuições sociais, como (o Imposto de Renda Pessoa Jurídica, Contribuições Sociais sobre o Lucro Líquido, Programa de Integração Social, e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) em suas maneiras de tributação.

OBJETIVO: Calcular e contabilizar operações com impostos, contribuições e encargos sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BRASIL. **Decreto n. 3000, de 26 de março de 1999.** Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3000.htm>. Acesso em: 09 Ago. 2018.

_____. **Decreto n. 4.544, de 26 de dezembro de 2002.** Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4544.htm>. Acesso em: 09 Ago. 2018.

FABRETTI, L. C; FABRETTI, D. R. **Direito tributário para os cursos de administração e ciências contábeis.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 192 p. ISBN 85 224 4771 8.

HIGUCHI, H; HIGUCHI, F. H; HIGUCHI, C. H. **Imposto de renda das empresas:** interpretação e prática. 34. ed. São Paulo: IR publicações, 2009. 952 p. ISBN 9788561291013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BRASIL. **Lei Complementar n. 87, de 13 de setembro de 1996.** Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp87.htm>. Acesso em: 09 Ago. 2018.

_____. **Lei Complementar n. 116, de 31 de julho de 2003.** Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp116.htm>. Acesso em: 09 Ago. 2018.

_____. **Lei n. 10.833, de 29 de dezembro de 2003.** Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.833.htm>. Acesso em: 09 Ago. 2018.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCET 418	Estatística Econômica – II	60	4	0	0
EMENTA: Análise de variância, correlação e regressão simples, números índices, medidas de desigualdade, concentração e pobreza. Atualização e deflacionamento de séries. Modelos clássicos de séries temporais. Objetivo: Aprofundar as competências e habilidades do raciocínio lógico e quantitativo; aplicar medidas quantitativas de estimação em amostras contábeis e econômicas; e compreender o relacionamento de variáveis na explicação de grandezas contábeis e econômicas. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BUSSAB, W. O. Análise de variância e regressão: uma introdução. 2. ed. São Paulo: Atual, 1988. 148 p. ISBN 8570567030. FÁVERO, L. P. L; FÁVERO, Patrícia. Análise de Dados: Modelos de Regressão com Excel, STATA e SPSS. Rio de Janeiro: Campus/ Elsevier, 2015. 520 p. ISBN 9788535270884. _____; BELFIORE, P. Análise de Dados: estatísticas e de modelagem multivariada com Excel, SPSS e STATA. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. 1216 p. ISBN 9788535270877. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: LEVINE, D. M, STEPHAN, D, KREHBIEL, T. C, BERENSON, M. L. Estatística: Teoria e Aplicações – Usando Microsoft Excel em Português. 5. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2005. LINO, M.R.O. Métodos Estatísticos I. - Florianópolis: Departamento de Ciências Contábeis Ed. da UFSC, 2008. SWEENEY, D. J; WILLIAMS, T. A; ANDERSEN, D. R. Estatística aplicada à administração e economia. São Paulo: Cengage CTP, 2013. 720 p. ISBN 9788522112814.					

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 346	Contabilidade Aplicada ao Agronegócio	60	4	0	0
EMENTA: Economia do Agronegócio; Procedimentos Contábeis do Setor. Agronegócio: conceitos e dimensões. Sociedades e tributos no agronegócio. Plano de contas nas empresas agropecuárias. Escrituração das operações típicas da atividade agropecuária. Apuração de resultado e encerramento de exercício. Sistemas de custos. Depreciação, amortização e exaustão. Fundamentos dos mercados futuros. Objetivo: Proporcionar uma aprendizagem dos principais aspectos teórico-práticos da Contabilidade aplicada ao agronegócio, com ênfase nos aspectos contábeis das empresas agropecuárias. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FILELLINI, A. Contabilidade social. 2.ed.3.tir. São Paulo: Atlas, 1994. ISBN: 85 224 0997 6. PAULANI, L. M; BRAGA, M. B. A nova contabilidade social: uma introdução à					

macroeconomia. 2. ed. S.Paulo: Saraiva, 2006. 320 p. ISBN 978 85 020 5420 2.

ROSSETTI, D. J; ROSSETTI, J. P; ROSSETTI, M. C. G. Contabilidade social: livro-texto. 7. ed. 13. tir. São Paulo: Atlas, 1992. 320 p. ISBN 85 224 0794 1.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANCELES, P. E. S. Manual de tributos da Atividade Rural. São Paulo: Atlas 2002.

MATTOS, Z. P. B. Contabilidade Financeira Rural. São Paulo. Atlas. 1999.

PADOVEZE, C. L. Sistemas de Informações Contábeis: fundamentos e análise. São Paulo: Atlas, 2007.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 347	Contabilidade Social	60	4	0	0

EMENTA: Contabilidade Social é entendida como uma técnica por meio da qual são sistematizadas as informações relevantes sobre os vários tipos de transação realizadas, em um dado período de tempo, entre os diversos agentes de um sistema econômico. Enfatizar a dependência da escolha das convenções da contabilidade social em relação as questões específicas que os profissionais investigam e as hipóteses de trabalho especiais que eles usam durante o processo de chegar as respostas.

Objetivo: Mostrar a relação entre a imagem da contabilidade emerge os quadros das contas nacionais e internacionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HADDAD, P. R. “Contabilidade social e economia regional” - ed. Sahar – 1976 – 1ª Edição.

PAULANI, L; BRAGA, M. (PB). A Nova Contabilidade Social, Saraiva, 2000.

STONE, R; Stone, G. “Sistemas de contabilidade social” Ed. Sahar.1964. 2ª Ed.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FIGUEIREDO, F. O. “Introdução À Contabilidade Nacional” – Ed. Forense- 1970 - 3ª Ed.

MONTORO FILHO, A. F. Contabilidade Social: Uma Introdução à Macroeconomia. Atlas, 1994.

ROSSETTI, J. P. Contabilidade Social, Atlas, 1995.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 348	Governança Corporativa	60	4	0	0

EMENTA: Origens e fundamentos da Governança Corporativa. Melhores práticas de Governança Corporativa. Segmentos de Governança Corporativa da Bolsa de Valores. Governança Corporativa e Contabilidade.

OBJETIVO: Compreender as origens e fundamentos da governança corporativa. Conhecer as melhores práticas da governança corporativa, sua dinâmica e aplicabilidade nas organizações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

OLIVEIRA, D. P. R. de. Governança Corporativa na Prática – 2 ed. São Paulo: Atlas 2011. 256p. ISBN: 9788522464647.

ROSSETTI, J. P; ANDRADE, A. Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências. 7. ed. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2014. 608 p. ISBN 9788522493050.

SILVA, E. C. et al. Governança corporativa nas empresas. 4. ed. atualizada e ampliada. São Paulo: Atlas, 2016. 592 p. ISBN 9788597003529.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. Código brasileiro de governança corporativa: companhias abertas. São Paulo: IBGC, 2016. 64 p. ISBN 978-8599645451. Disponível em: <

http://www.ibgc.org.br/userfiles/2014/files/Codigo_Brasileiro_de_Governanca_Corporativa_Companhias_Abertas.pdf> Acesso em: 16 out. 2017.

SILVEIRA, A. M. Governança corporativa no Brasil e no mundo. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. 400 p. ISBN 8535279385.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 349	Gestão e Contabilidade de Finanças Públicas	60	4	0	0

EMENTA: Teoria das Finanças Públicas; Planejamento do Setor Público; Orçamento Público; Responsabilidade Fiscal.

Objetivo: Possibilitar conhecimento das finanças públicas, levando a reflexão sobre seus fundamentos e os aspectos legais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALBUQUERQUE, C; MEDEIROS, M; FEIJO, P. H. **Gestão de finanças públicas:** Fundamentos e Prática de Planejamento, Orçamento e a Administração Financeira com Responsabilidade Fiscal. 2. ed. [Brasília: do autor], 2008. ISBN 8590627322.

ARAÚJO, I. P. S; ARRUDA, Daniel Gomes. **Contabilidade pública:** da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2004. 292 p. ISBN 85-02-04512-1.

BEZERRA FILHO, J. E. **Contabilidade pública:** teoria, técnica de elaboração de balanços e 500 questões. 3. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 338 p., il. (Série provas e concursos). ISBN 978-85-352-2716-1.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: .

BRASIL. **Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio e 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4320.htm>. Acesso em: 12 jul. 2018.

GIACOMONI, J. **Orçamento público.** 14. ed. -- São Paulo: Atlas, 2008. 365 p. ISBN 978-85-224-4752-7.

MOTA, F. G. L. **Contabilidade aplicada ao setor público.** [S.l.]: do autor, 2009. ISBN 8590673715.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 276	Licitação e Contratos Públicos	60	4	0	0

EMENTA: Licitação e contratos administrativos. Agentes públicos. Responsabilidade civil, patrimonial, extra conceitual da Administração Pública. Lei de Responsabilidade Fiscal.

Objetivo: Apresentar e familiarizar os alunos com os conceitos, procedimentos e práticas que envolvem as licitações e contratos na administração pública no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BANDEIRA, M. C, A. **Curso de Direito Administrativo**. 25ª ed. São Paulo. Malheiros, 2008.

BRASIL. Lei nº 8666 de 21 de Junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

MUKAY, T. **Licitações e contratos públicos**. Saraiva, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

JÚNIOR C, D. **Curso de Direito Administrativo**. 7 ed. Revista ampliada e atualizada. São Paulo: Juspodivm, 2009.

MUKAY, T. **Curso avançado de licitações e contratos públicos**. Juarez de Oliveira, 1999.

MOREIRA NETO, D. F. **Curso de Direito Administrativo**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 293	Teoria do Desenvolvimento Econômico	60	4	0	0

EMENTA: Análise dos determinantes do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, a partir das principais concepções teóricas sobre o assunto. Inclui-se Desenvolvimento e teorias do desenvolvimento. Teorias do desenvolvimento de inspiração keynesiana e kaleckiana. Visão Schumpeteriana: desenvolvimento tecnológico. Teorias neoclássicas e crescimento endógeno.

Objetivo: Entender o significado histórico do conceito de desenvolvimento econômico, seus indicadores e as condições do enquadramento da realidade sócio-econômica na perspectiva teórica dos fatos atuais, adquirindo condições para elaborar uma análise crítica da realidade sócio-econômica, na busca de soluções para os problemas brasileiros, em particular aqueles comuns aos países subdesenvolvidos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ADELMAN, I. DENISE C. C. Ol. **Teorias de desenvolvimento econômico** 2001.

JONES, I. C. **Introdução à Teoria do Crescimento Econômico**. 2 ed. São Paulo: Campus, 2000.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 5a ed., 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAUJO, J. T. **Modelos de crescimento de inspiração keynesiana: uma apreciação**. Estudos Econômicos, v. 28, n. 1, janeiro-março, 1998.

BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Volumes 1 e 2. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CAVALCANTI, C. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Editora Cortez, 1997.

FISHLOW, A. **Desenvolvimento no Brasil e na América Latina: uma perspectiva histórica**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 285	Introdução ao Direito Administrativo	60	4	0	0
EMENTA: Princípios Básicos da Administração Pública. Administração Pública gerencial. Descentralização, desconcentração, privatização e publicitação da atividade administrativa. Estrutura Administrativa: Administração pública direta e indireta. Atividade administrativa: o ato jurídico estatal. O Ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. Termo nas relações administrativas: prescrição. Objetivo: Estudar o Estado e sua totalidade e de forma sistematizada, possibilitando sua plena compreensão. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CARVALHO FILHO, J. S. Manual de direito administrativo. 15.ed. Rio de Janeiro: F. Bastos, 2006. DI PIETRO, M. S. Z. Direito administrativo. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2006. MELLO, C. A. B. de. Curso de direito administrativo. 20.ed. São Paulo: Malheiros, 2006. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: DI PIETRO, M. S. Z. et al. Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquia, terceirização e outras formas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006. JUSTEIN FILHO, M. Curso de direito administrativo. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2006. MEIRELLES, H. L. Direito administrativo brasileiro. 29. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2004. MOREIRA NETO, D. F. Curso de direito administrativo. 14. ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2006.					

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 297	Logística e Gestão de Materiais	60	4	0	0
EMENTA: Conceito, função e objetivos da logística. A logística integrando compras, armazenagem, suprimentos, produção e distribuição. Classificação e codificação de materiais. Logística de Estocagem: custos, avaliação e dimensionamento de estoques, métodos quantitativos. Armazenamento de materiais. Transportes e distribuição física. Gestão de compras e suprimentos. Fornecedores: cadastro e avaliação. Estratégias de negociação para compras. OBJETIVO: A disciplina devesse possibilitar ao estudante, proporcionar conhecimento dos conceitos de Logística e de Administração de Materiais, suas relações internas e externas, apresentando as funções básicas e objetivos. Definir uma linguagem única, através da Normalização de materiais, objetivos e funções da Administração de Estoques/Armazenagem. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BALLOU, R. H. Logística Empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição. São Paulo: Atlas, 1993. CRISTHOPER, M. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos. São Paulo: Pioneira, 1998. DIAS, M. A. P. Administração de Materiais: uma abordagem logística: São Paulo: Atlas, 1996. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CASTIGLIONI, José A. de M. Logística operacional – guia prático. São Paulo: Érica, 2009.					

GOMES, C. F. S; RIBEIRO, P. C. C. **Gestão da cadeia de suprimentos integrada à tecnologia da informação**. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2004.

HARA, C. M. H. **Logística**: armazenagem, distribuição e trade marketing. Campinas: Editora Alínea, 2005.

NOVAES, A. G. **Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 296	Marketing	60	4	0	0

EMENTA: Fundamentos da administração de marketing. Sistema de informação de marketing. Organização e gestão de uma estrutura de marketing. Estratégia global de marketing. Plano estratégico de marketing. Análise qualitativa e quantitativa do mercado consumidor. Estudo e desenvolvimento do composto de marketing. Dimensionamento e ampliação da participação no mercado. Segmentação e diferenciação de produtos.

Objetivo: Transmitir aos participantes os conceitos básicos da Gestão de Marketing, destacando a importância da ação voltada para o mercado como elemento essencial da estratégia da empresa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

KOTLER, P. **Administração de Marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. São Paulo: Atlas, 1996.

CROCCO, L. et all. **Fundamentos de marketing – conceitos básicos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

McDONALD, M. **Planos de Marketing – Planejamento e gestão estratégica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AAKER, D; KUMAR, V.; DAY, G.S. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 2001.

AMBRÓZIO, V. **Plano de marketing passo a passo**. Rio de Janeiro: Richmann & Affonso Editores, 1999.

CHURCHILL Jr, G. PETER, J.P. **Marketing – criando valor para os clientes**. São Paulo: Saraiva, 2000.

COBRA, M; PEREIRA, I. **Casos do Marketing Best**. Rio de Janeiro: FGV Ed. 2002.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 264	Direito Constitucional	60	4	0	0

EMENTA: Estudo da organização dos Poderes Públicos, das funções essenciais à justiça e dos instrumentos de defesa do Estado e das instituições democráticas. Interpretação dos princípios constitucionais da tributação e das finanças públicas, bem como da intervenção do Estado na atividade econômica e na ordem social. Estudo do processo constitucional. Aplicação prática do direito constitucional.

Objetivo: Ensino do Direito Constitucional direcionado à formação humanística, técnica e prático-jurídica, visando o desenvolvimento de um juízo crítico e reflexivo sobre o fenômeno jurídico, como forma de capacitar o bacharel em Direito na compreensão de tal fenômeno, no desenvolvimento da argumentação, da lógica, do raciocínio e na pesquisa e produção científica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROSO, L. R. (Org.). **A nova interpretação constitucional:** ponderação, direitos fundamentais e relações privadas. Rio de Janeiro: São Paulo: Renovar. 2003.

_____. **O direito constitucional e a efetividade de suas normas:** limites e possibilidades da Constituição brasileira. Rio de Janeiro: Renovar. 2005.

CANOTILHO, J. J. G. **Direito constitucional e teoria da constituição.** Coimbra: Coimbra Editora. 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LASSALE, F. **A essência da Constituição.** Rio de Janeiro: *Liber Juris* .

LOIS, C. C. et al (Coord.). **A constituição como espelho da realidade:** interpretação e jurisdição constitucionais em debate: homenagem a Sílvio Dobrowolski. São Paulo: LTr.

MENDES, G. F. **Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade: estudos de direito constitucional.** São Paulo: Celso Bastos; Instituto Brasileiro de Direito Constitucional.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CELA 745	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	60	2	1	0

EMENTA: Utilização instrumental da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e seu uso em contextos reais de comunicação com a pessoa surda. Conhecimento específico acerca dos aspectos sintáticos, morfológicos e fonológicos da Libras. Fundamentos legais do ensino de Libras. Desenvolver atividades que proporcionem contato dos alunos com a comunidade surda, a fim de ampliar o vocabulário na língua de sinais.

OBJETIVO: Desconstruir os mitos estabelecidos socialmente com relação às línguas de sinais e a comunidade surda; Destacar metodologias para a expansão de informações/conhecimento ao sujeito surdo por meio da Língua de Sinais; Fornecer conhecimento teórico e prático sobre a comunidade surda e sua língua; Motivar os alunos no aprendizado, destacando a importância da língua no ensino para alunos surdos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

KARNOPP, L. B; QUADROS, R. M. de. Linguagem de Sinais. Estudos Lingüísticos. São Paulo: ARTMED, 2003.

PADILHA, A. M. L. Práticas Pedagógicas na Educação Especial. São Paulo: Autores Associados, 2001.

SOUZA, R. M. de; Silvestre, N. Educação de surdos. São Paulo: Summus, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DORZIAT, A. Letramento, bilinguismo e educação de surdos. São Paulo; Ed. Mediação. Jan.2012.

PEREIRA, M. C. C. LIBRAS Conhecimento Além dos Sinais. São Paulo: Pearson. Maio 2021..

VERGAMINI, S. A. A; MOURA, C; CAMPOS, S. R. Leite. Educação para surdos. São Paulo: Santos, 2008.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CELA 928	Cultura Afro-Brasileira e Indígena no Brasil	60	4	0	0
EMENTA: Reflexos sobre os aspectos caracterizadores da formação cultural brasileira: história e memória dos povos afro-brasileiros e indígenas. As diversidades culturais delineadas através das singularidades nas línguas, nas religiões, nos símbolos, nas artes e nas literaturas. O legado dos povos Quilombolas e Guarani. Objetivo: Desenvolver critérios que levem o aluno a refletir sobre os elementos que caracterizam a formação cultural brasileira, bem como desenvolver a visão crítica em relação às singularidades relativas aos elementos culturais dos povos afro-brasileiros e indígenas. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BELLUCCI, B. Introdução à história da África e da cultura afro-brasileira. Rio de Janeiro: UCAM/Centro Cultural Banco do Brasil, 2003. KABENGELE, M. Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, cultura e civilizações. São Paulo: Global, 2009. LUCIANO, G. S. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: GOMES, F. S. Histórias de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC-SECAD/SEPP/IR/INEP, 2005.					

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCET	Introdução à Educação a Distância	60	4	0	0
EMENTA: Educação a Distância: Conceitos, histórico, característica, legislação brasileira e contexto atual na UAB; equipe multidisciplinar; materiais educacionais e mídias; infra-estrutura de apoio; aprender e estudar a distância. Objetivo: Compreender o conceito de EAD como modalidade de ensino, suas especificidades, definições e evolução ao longo do tempo; Participar de uma comunidade virtual de aprendizagem; Conhecer as regras de convivência para participação em comunidades virtuais e as ferramentas de comunicação: emoticons, netiqueta, clareza, citações e diretrizes de feedback; Participar de atividades de ambientação no Moodle e experimentar seus recursos e ferramentas como forma de viabilizar sua participação como aluno virtual em disciplinas posteriores do seu Curso Virtual. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BITTENCOURT, D.F.; MORAES, M. <i>Fundamentos da Educação a distância</i>. (Apostila do Curso de Especialização para Gestores de Instituições de Ensino Técnico do Sistema SENAI). Florianópolis: LED/PPGEP/UFSC, 2000. BRASIL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. <i>Decreto Nº 5622</i>, de 19 de dezembro de 2005. Diário Oficial da União, Brasília, 20 de dezembro de 2005. _____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. <i>Decreto 5800</i>, de 08 de junho de 2006. Diário Oficial da União, Brasília, de 08 de junho de 2006. Disponível em: http://www.mec.gov.br . Acesso em 12 Jul de 2013.					

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BELLONI, M.L. Educação a Distância. Campinas: Autores Associados, 1999.

MORAES, M. (org) Educação a distância: fundamentos e práticas. Campinas, SP: UNICAMP/NTED, 2002.

NEDER, M. L. C. A formação do professor a distância: diversidade como base conceitual. UFMT/IE: Cuiabá, 1999.

SARAIWA, T. A educação a distância no Brasil. Em Aberto, Brasília, Ano 16, N. 70, p. 16 a 27, abril/junho 1996.

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 351	Tópicos Especiais em Contabilidade – I	60	4	0	0
EMENTA: Os tópicos Especiais de Contabilidade serão previamente programados pelo núcleo docente estruturante do curso de contabilidade, constarão do plano de ensino da disciplina quando for oferecida no semestre e abrangerão estudos, debates, seminários, painéis, viagens, visitas, etc. de assuntos diversos relacionados com o ensino das ciências contábeis. OBJETIVO: abordar temas relevantes e atuais relacionados com a contabilidade e finanças.					

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 352	Tópicos Especiais em Contabilidade – II	60	4	0	0
EMENTA: Os tópicos Especiais de Contabilidade serão previamente programados pelo núcleo docente estruturante do curso de contabilidade, constarão do plano de ensino da disciplina quando for oferecida no semestre e abrangerão estudos, debates, seminários, painéis, viagens, visitas, etc. de assuntos diversos relacionados com o ensino das ciências contábeis. OBJETIVO: abordar temas relevantes e atuais relacionados com a contabilidade e finanças.					

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS		
			T	P	E
CCJSA 353	Tópicos Especiais em Contabilidade – III	60	4	0	0
EMENTA: Os tópicos Especiais de Contabilidade serão previamente programados pelo núcleo docente estruturante do curso de contabilidade, constarão do plano de ensino da disciplina quando for oferecida no semestre e abrangerão estudos, debates, seminários, painéis, viagens, visitas, etc. de assuntos diversos relacionados com o ensino das ciências contábeis. OBJETIVO: abordar temas relevantes e atuais relacionados com a contabilidade e finanças.					

12 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

São atividades curriculares que possibilitam ao aluno ampliar conhecimentos de interesse para sua formação pessoal e profissional, com experiência e vivências

acadêmicas dentro e/ou fora da instituição. As Atividades Complementares têm a finalidade de enriquecer o processo de ensino e aprendizagem do aluno, privilegiando:

- ✓ A complementação da formação social e profissional;
- ✓ As atividades de disseminação de conhecimentos e prestação de serviços;
- ✓ As atividades de assistência acadêmica e de iniciação científica e tecnológica;
- ✓ As atividades desenvolvidas no âmbito de programas de difusão cultural.

As atividades complementares do Curso de Ciências Contábeis da UFAC figuram como obrigatórias no percurso formativo com carga horária total de 60 horas.

O Colegiado de Curso ao longo da formação do estudante incentivará e realizará diversas atividades que contemplem uma formação holística e plural do profissional, tendo como enfoque básico fatos contemporâneos que possibilitem uma maior inserção no mundo de trabalho, bem como uma maior compreensão da realidade local, regional, nacional e mundial.

Para tanto, atividades como: palestras, mini-cursos, semanas acadêmicas, mostras de produção científicas e outras poderão ser utilizadas como estratégias para se alcançar os objetivos. Demais orientações sobre as Atividades Complementares podem ser observadas no regulamento, em anexo.

13 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO (OBRIGATÓRIO)

Conforme o Regimento Geral da UFAC e a Resolução CEPEX nº 019, de 22 de maio de 2017, o Estágio é uma atividade acadêmica específica, definido como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido em ambiente laboral, que visa à preparação do discente para o trabalho produtivo.

O estágio curricular obrigatório é definido no PPC do Curso como componente curricular obrigatório e indispensável para integralização curricular. O estágio tem caráter eminentemente pedagógico e deve atender aos seguintes objetivos:

- ✓ Oferecer ao discente a oportunidade de desenvolver atividades típicas de sua futura profissão na realidade social do campo de trabalho;

Contribuir para a formação de uma consciência crítica no graduando em relação à sua aprendizagem nos aspectos profissional, social e cultural;

- ✓ Oportunizar a integração de conhecimentos, visando à aquisição de competências técnico-científicas comprometidas com a realidade social;

- ✓ Permitir, quando possível ou pertinente, a participação do estudante na execução de projetos, estudos ou pesquisas;

- ✓ Contribuir para o desenvolvimento da cidadania integrando a

Universidade coma comunidade.

O Estágio Curricular obrigatório será realizado dentro da UFAC em laboratório contábil, em escritórios externos, órgãos públicos, aptos e devidamente registrados/credenciados junto ao Conselho Regional de Contabilidade. É condição institucional a realização de convênio entre a UFAC e todo e qualquer campo de realização de Estágio Supervisionado e deverá ser ofertado a partir do 6º período, tendo em vista a necessidade de habilitação em pré-requisitos que darão suporte às funções a serem desenvolvidas pelo estagiário. Demais orientações sobre a execução dos Estágios Supervisionados podem ser observadas no regulamento em anexo.

13.1 Estágio não Obrigatório

O estágio não obrigatório está previsto no Projeto Pedagógico do Curso, realizado voluntariamente pelo estudante para enriquecer a sua formação acadêmica e profissional, não podendo ter sua carga horária contabilizada para a integralização curricular.

Conforme Resolução nº 14, de 06 de dezembro de 2010, em seu § 2º assevera que:

O estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória do curso, o qual constitui atividade de formação acadêmico-profissional do aluno.

E, também, em consonância com o Art. 4º:

A realização do estágio obrigatório ou não obrigatório está condicionada aocumprimento dos seguintes requisitos:
Efetivação da matrícula do aluno, de acordo com o período letivoestabelecido na estrutura curricular;

Formalização do Acordo de Cooperação entre a parte concedente do estágio (empresa) e a UFAC através de Convênio;

Celebração de Termo de Compromisso entre o aluno, a parteconcedente do estágio e a UFAC;

Compatibilização entre as atividades desenvolvidas no estágio e asprevistas no Termo de Compromisso.

14 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular dos cursos de graduação que deve ser previsto para se garantir a consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais. Este deve estar regulamentado no Projeto Pedagógico de Curso,

constando seu detalhamento como: objetivos, critérios, procedimentos, mecanismos de avaliação e diretrizes. O TCC deve constar na estrutura curricular, e a carga horária destinada à sua realização contará para a integralização da carga horária total do curso.

O Trabalho de Conclusão de Curso, no curso de Ciências Contábeis é desenvolvido objetivando:

- a) Oportunizar o desenvolvimento de capacidades intelectuais, habilidades e atitudes imprescindíveis ao desenvolvimento acadêmico e profissional do aluno;
- b) Fornecer condições favoráveis à aplicação e à integração de conhecimentos adquiridos em outras disciplinas do curso;
- c) Favorecer o desenvolvimento do pensamento crítico mediante processo de iniciação científica.

As normas para sua realização estão disciplinadas no Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso, em anexo.

15 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

No início do período letivo o Plano de Ensino individualizado de cada disciplina é entregue ao aluno, abordando os aspectos referentes aos objetivos, conteúdos, a metodologia do processo de ensino-aprendizagem, os recursos didáticos, os critérios e instrumentos de avaliação e a bibliografia básica e complementar.

Conforme disposto no Regimento Geral da UFAC, Sessão XVII, art. 303 “Nos cursos de graduação, a verificação do rendimento escolar é feita por disciplina, na perspectiva de todo o curso, abrangendo sempre os aspectos de assiduidade e eficiência nos estudos”. Assim, o processo de avaliação de ensino e aprendizagem se realiza por meio de avaliações progressivas, realizadas ao longo do período letivo, denominadas de nota 1 (N1) e nota 2 (N2) e, caso o estudante não atinja média 8,00 (oito) o mesmo deverá realizar a exame final (EF). As avaliações de N1 e N2 deve corresponder, cada uma delas, a 50% do conteúdo. Para a composição da N1 e N2 o aluno deverá ser avaliado por meio de, no mínimo, dois instrumentos.

Resguardada a autonomia didático-pedagógica dos professores, o Projeto Pedagógico Curricular pode utilizar instrumentos de avaliação do processo de ensino-aprendizagem, a saber:

I. Avaliação da dimensão teórica:

- ✓ Seminários temáticos
- ✓ Relatórios de leitura
- ✓ Provas escritas

- ✓ Provas Orais
- ✓ Estudos dirigidos e
- ✓ Oficinas

II. Avaliação da dimensão prática

- ✓ Relatórios de prática profissional contábil
- ✓ Relatórios de Estágios/ laboratórios contábeis
- ✓ Provas práticas
- ✓ Elaboração de projetos de investigação e de intervenção de problemas da atividade profissional e científica contábil, bem como de temas próprios das áreas de gestão, jurídica e econômica, relacionadas com a contabilidade.

III. Avaliação de Disciplinas

Autoavaliação do docente em formulário desenvolvido pelo NDE.

Aplicação do instrumento de avaliação do curso, por ocasião da matrícula no Portal do Aluno, indagando dentre outros temas, o domínio de conteúdo por parte do docente, sua capacidade de organização das situações didáticas e mediação, a transposição didática e as relações interpessoais.

16 AUTO AVALIAÇÃO DO CURSO

Em conformidade com o Regimento Geral da UFAC artigos 226 à 230, o processo de avaliação constante da implementação do PPC é de responsabilidade do Núcleo Docente Estruturante (NDE), que utilizará um conjunto de indicadores para diagnosticar a consonância entre os princípios deste PPC e a realidade para a qual o Curso se destina. Dessa forma o curso estará em constante processo de autoavaliação, desde a sua implantação até a conclusão da formação, devendo ser um indicador dessa autoavaliação o acompanhamento dos egressos. É de responsabilidade do NDE zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares do curso de Ciências Contábeis, para o qual deverá desenvolver estratégias para a obtenção de dados que subsidiarão diagnósticos e nortearão as análises e elaboração de relatórios. Concomitantemente, deverá estimular discussões com profissionais e com os conselhos e órgãos de classe, no intuito de compreender que inovações são necessárias para qualificar a formação do Contador e qualidade de prestação de serviços de acordo com a missão da Universidade.

Para a elaboração destas avaliações serão utilizados indicadores de ensino, pesquisa e extensão. Os indicadores de ensino serão construídos objetivando avaliar a

qualidade do curso e levarão em conta: o resultado do ENADE, a proporção de concluintes, o tempo médio de titulação, o grau de inserção no mundo de trabalho, o nível de evasão escolar e outros a serem determinados pelo NDE.

Os indicadores de pesquisa objetivam diagnosticar o nível de inserção dos docentes e discentes do curso de Ciências Contábeis nos contextos local, regional e nacional. Para isto, serão utilizados: a quantidade de artigos publicados em revistas indexadas e em congressos, quantidade de pesquisas coordenadas por professores de contabilidade, quantidade de monografias oriundas de pesquisas realizadas pelos discentes e outros indicadores a serem determinados pelo Colegiado de Curso.

Quanto à avaliação institucional, a mesma será realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), que tem como atribuição de conduzir os processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, em conformidade com o disposto na Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004 que Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências.

17 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 07, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece o total da carga horária da curricularização nos cursos superiores, os tipos de atividades consideradas como extensionistas e demais disposições e a Resolução CEPEX nº 31, de 15 de dezembro de 2020, a carga horária de curricularização do Curso de Ciências Contábeis curricularização da extensão está descrita em regulamento, em anexo, constituindo-se em requisito obrigatório para a integralização da carga horária total do curso, conforme Projeto Pedagógico Curricular.

18 CORPO DOCENTE

Por se tratar de um curso em criação, o quadro só será construído após aprovação e trâmites do processo.

19 METODOLOGIA ADOTADA PARA EXECUÇÃO DA PROPOSTA

Para a realização do exposto neste projeto o colegiado do curso de Ciências Contábeis e o NDE irá, semestralmente, realizar encontros pedagógicos objetivando verificar os indicadores de ensino, pesquisa e extensão do curso de Ciências Econômicas, a fim de ajustar os desvios operacionais que porventura estejam ocorrendo.

Os princípios metodológicos que permeiam as ações acadêmicas são traduzidos pelo movimento da ação-reflexão-ação, em que o foco deve estar voltado para o campo de

atuação do futuro profissional e a interlocução entre saberes acadêmicos, científicos e os saberes próprios da profissão de contador. Teoria e prática são inseparáveis, uma visualiza a outra com uma postura investigativa. A teoria não é verdade absoluta, é uma possibilidade, dentre muitas outras. A prática não é imutável, existe para ser examinada, alterada ou mantida a partir dos processos de ação-reflexão-ação.

Os saberes constitutivos da formação profissional e a construção da identidade devem ser garantidos e desenvolvidos de forma concomitante e com igual importância ao longo de todo o processo formativo. Os cursos, prioritariamente, se constituem num espaço estimulador de uma postura crítica-reflexiva, frente ao desenvolvimento pessoal, profissional e organizacional.

A identidade profissional é construída processualmente a partir da leitura crítica dessas três dimensões, articuladas entre si e localizadas historicamente. Nesse sentido, a mobilização de saberes tradicionais, da experiência e do conhecimento sistematizado irão mediar o processo de construção da identidade dos futuros profissionais.

Tais saberes devem ser valorizados, problematizados e investigados ao longo da formação. Aprender para aplicar depois abre espaço para aprender fazendo, aplicando já no processo de formação vivenciado nos cursos. Aprender, aplicar e construir novos saberes fazem parte de um mesmo processo.

Nessa direção, o esforço metodológico para a formação passa pela compreensão das diversas teorias que orientam o fazer profissional de cada área, explicitando-as e relacionando-as com a prática realizada, tornando esse movimento um eixo balizador do processo formativo.

Portanto, a metodologia visa o processo formativo em sua totalidade, considerando as dimensões de metodologias de aprendizagem, metodologia de implantação, gestão e avaliação dos cursos. Em todas as dimensões, os processos metodológicos serão balizados pelos seguintes princípios: Ancorado em uma concepção de aprendizagem dialógica, que promova o diálogo igualitário, a pluralidade de ideias, a transformação, as habilidades de aprender a aprender, a superação da lógica utilitarista que reafirma a si mesma sem considerar as identidades e as individualidades, a solidariedade, a diversidade e as diferenças de formas e ritmos de aprendizagens.

Dessa forma, o currículo é concebido como um processo aberto sendo continuamente revisado, visto que, tanto os conhecimentos quanto os processos educativos são velozmente gerados, criados e recriados, armazenados, difundidos, e absorvidos, modificando assim, o papel das instituições educacionais e aumentando sua complexidade; Visão inter, multi e transdisciplinar nas diversas áreas do conhecimento, permitindo o diálogo constante no interior dos cursos, entre os cursos, os centros acadêmicos a extensão e pesquisa; Autonomia como princípio educativo, presente nas relações pedagógicas de

modo a transformar a aprendizagem em um processo autônomo e contínuo.

Cultura de avaliação, como um processo inerente às ações educativas com vistas a estar continuamente corrigindo percursos; Democracia na gestão dos processos acadêmicos e nas relações interpessoais e profissionais; Usos das novas tecnologias na otimização da aprendizagem; Relação teoria e prática como elemento integrador dos componentes da formação profissional, possibilitando fortalecimento e a valorização do ensino e da pesquisa individual e coletiva.

As atividades propostas no Curso objetivam desenvolver nos graduandos a capacidade de se exprimir com clareza e pertinência argumentativa próprias; envolvendo, sobretudo, a discussão de interpretações, problemas e tentativas de solução. Além dessas, as atividades previstas neste Projeto Pedagógico e que deverão fazer parte do currículo, são:

- **Aulas teóricas:** os principais meios de acesso ao conhecimento e de interação dos professores com os alunos e dos alunos com os seus pares. Serão nestas aulas em que, além de ocorrerem discussões sobre os tópicos específicos do conhecimento, surgirão os questionamentos, por parte do estudante. Através delas, os estudantes receberão orientação em relação ao estudo que deverão realizar para adquirir base do conhecimento pretendido. É importante salientar a participação do professor não apenas como mediador do processo ensino-aprendizagem, mas também como sujeito responsável pelo desenvolvimento de práticas que permitam ao aluno a sua relação/interação/compreensão de situações práticas de sua área de formação, de forma que o mesmo desenvolva competências e habilidades mínimas necessárias ao exercício da profissão.

- **Trabalhos bibliográficos:** a biblioteca deverá ser utilizada de forma ampla, durante os anos que os alunos permanecerem na universidade. Os professores deverão incentivar a pesquisa bibliográfica.

- **Trabalhos e projetos técnicos:** para incentivar a criatividade do estudante e propiciar ao aluno a análise e, muitas vezes a intervenção em situações que exigem o uso de literatura (livros, monografias, manuais, catálogos, etc.), de equipamentos e o desenvolvimento de ações de intervenção, promovendo a indissociabilidade entre ações de ensino, pesquisa e extensão.

O contínuo aperfeiçoamento do processo ensinar-aprender deverá ser construído coletivamente, num espaço de diálogo que valorize as relações teoria/prática, sujeito/objeto e reflexão/ação/reflexão. Essa dimensão prática estará permeando todo o trabalho na perspectiva da sua aplicação didática, social, econômica e cultural.

20 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Ciências Contábeis da UFAC

é um órgão consultivo responsável pelo acompanhamento da implantação do PPC, além de ser um fomentador de discussões sobre a necessidade de atualização do mesmo.

De acordo com a Resolução CONAES nº 01, de 17 de julho de 2010, OF.CIRC.MEC/INEP/DAES/CONAES Nº 0074, de 31-08-2010 e com o Regimento Geral da UFAC, o NDE “constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso”.

Deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

São atribuições do NDE:

1. Contribuir para consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
2. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
3. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; e,
4. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

A composição do NDE deverá ser definida pelo Colegiado de Curso e ter em sua composição um mínimo de: 05 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do Curso; 60% (sessenta por cento) dos seus membros devem possuir titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*; e, 20% (vinte por cento) dos seus membros devem ter regime de trabalho integral.

Os docentes serão eleitos para o NDE pelo Colegiado de Curso pelo prazo de 03 (três) anos, sendo renovável os seus mandatos, respeitado o Regimento Geral da UFAC.

O NDE será presidido por um de seus membros, eleito pela maioria, para um mandato de 03 (três) anos, podendo ser reconduzido.

Considerando ser esse PPC uma proposta de criação, a composição do NDE, será feita após a aprovação e publicação da resolução de criação do curso.

21 INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O FUNCIONAMENTO DO CURSO

As necessidades de infraestrutura física e de recursos humanos, bem como um

cronograma dos investimentos decorrentes da criação e implantação do curso, constam descritas em anexo a este projeto. Cabe ressaltar que a implantação do curso deve iniciar somente após a aprovação deste projeto no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) e no Conselho Universitário (CONSU), após a pactuação de códigos de vagas junto ao Ministério da Educação, o qual deverá se comprometer também em fornecer as condições orçamentárias para o período de implantação do curso.

Quanto à infraestrutura física, sugere-se a utilização do espaço físico de sala de aula e salas administrativas nas estruturas que funcionava o curso de Direito, esse por sua vez foi para o prédio novo – Prof^a Ana Rosa Bayma de Azevedo - construído para atender aos dois cursos – Direito e Economia;

LEGISLAÇÃO BÁSICA

A legislação que lastreia o Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Acre está embasada nas seguintes Resoluções, Leis e Decretos:

BRASIL. Decreto n.º 8.659, de 05 de Abril de 1911. Aprova a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. **Decreto n.º 11.530, de 18 de março de 1915.** Reorganiza o ensino secundário e o superior na República. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html>>. Acesso em: 19 out. 2017.

_____. **Decreto n.º 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925.** Estabelece o concurso da união para a difusão do ensino primário, organiza o departamento nacional do ensino, reforma o ensino secundário e o superior e dá outras providências. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/dec%2016.782-A-1925?OpenDocument>. Acesso em: 19 out. 2017.

_____. **Decreto n.º 20.158, de 30 de junho de 1931.** Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-republicacao-81246-pe.html>>. Acesso em: 16 out. 2017.

_____. **Decreto n.º 21.033, de 8 de fevereiro de 1932.** Estabelece novas condições para o registro de contadores e guarda-livros, e dá outras providências. Disponível em: < <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=33347> Acesso em: 16 out. 2017.

_____. **Decreto-Lei n.º 580, de 30 de julho de 1938.** dispõe sobre a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-580-30-julho-1938-350924-norma-pe.html>>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. **Decreto-Lei n.º 6.141 de 28 Dezembro 1943** - Lei Orgânica do Ensino Comercial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del6141.htm>. Acesso em: 16 out. 2017.

Decreto-Lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943. Lei Orgânica do Ensino Comercial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del6141.htm>. Acesso em: 16 out. 2017.

Decreto-Lei n.º 7.988, de 22 de setembro de 1945. Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7988-22-setembro-1945-417334-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

_____. **Decreto-Lei n.º 8.191 de 20 de dezembro de 1945.** Disposições relativas ao curso comercial básico e a seus atuais alunos da terceira e quarta séries. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8191-20-novembro-1945-449975-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 out. 2017.

_____. **Decreto-Lei n.º 15.601, de 26 de janeiro de 1946.** Dispõe sobre a instalação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=66930>>. Acesso em: 18 out. 2017.

_____. **Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946.** Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda livros, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9295.htm>. Acesso em: 19 out. 2017.

_____. **Decreto n.º 29.741, de 11 de julho de 1951.** Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-norma-pe.html>>. Acesso em: 16 out. 2017.

_____. **Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966.** Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e Matriz Curricular para Cursos de Ciências Contábeis, seguros e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0073.htm>. Acesso em: 19 out. 2017.

_____. **Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005** que regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e o artigo 18 da Lei n.º 10.098 de dezembro de 2000.

_____. **Lei n.º 452, de 5 de Julho de 1937.** Organiza a Universidade do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0452.htm>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. Lei n.º 1.401, de 31 de Julho de 1951. Inclui, no curso de ciências econômicas, a cadeira de História Econômica Geral e do Brasil, e desdobra o curso de ciências contábeis e atuariais. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1401-31-julho-1951-375767-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. Lei n.º 2.356, de 31 de dezembro de 1910. Fixa a despesa geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1911 e dá outras providências (Lei Orçamentária). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1901-1929/L2356.htm>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. **Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964.** Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. **Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.** Dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595.htm>. Acesso em: 19 out. 2017.

_____. **Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. **Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. **Lei n.º 6.385, de 07 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6385.htm>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. **Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 18 out. 2017.

_____. **Lei n.º 9.131 de 24 de novembro de 1995.** Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9131.htm>. Acesso em: 18 out. 2017.

_____. **Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. **Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. **Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007.** Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. **Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 19 out. 2017.

_____. **Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009.** Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concederemissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. **Lei n.º12.249, de 11 de junho de 2010.** Institui o Regime Especialde Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – REPENEC. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12249.htm>. Acesso em: 18 out. 2017.

_____. **Resolução CFE s.n., de 8 de fevereiro de 1963.** Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. Fixa os mínimos de conteúdo e duraçãodos cursos de Ciências Atuariais, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas.

_____. **Resolução CFE n.º 5, de 10 de março de 1987.** Fixa normasde funcionamento e credenciamento dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Resolucao_CFE_05_1983.pdf>. Acesso em: 19 out. 2017.

_____. **Resolução CFE n. 3, de 03 de outubro de 1992.** Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de graduação em Ciências Contábeis.

_____. **Resolução CFE n.º 29, de 14 de junho de 1974.** Disciplina as diferentes formas de organização de universidades e os parâmetros mínimos a serem observados nos processos pelos interessados em criar universidades. BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior.

_____. **Resolução CNE/CES n.º 10, de 16 de dezembro de 2004.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. **Resolução CFC n.º 995, de 23 de abril de 2004.** Dá nova redação à Resolução CFC n.º 945/02, que dispõe sobre a NBC P 4 - Normas para Educação Profissional Continuada. Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2004/000995&arquivo=Res_995.doc>. Acesso em: 18 out. 2017.

_____. **Resolução CFC n.º 1.055, de 24 de outubro de 2005.** Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Disponível em: <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001055&arquivo=Res_1055.doc>. Acesso em : 17 out. 2017.

_____. **Resolução CNE/ CES n.º 02, de 18 de junho de 2007.** Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralizaçãoe duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. **Resolução nº 3, de 2 de Julho de 2007.** Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências.

_____. **Resolução CONAES n.º 1, de 17 de junho de 2010.** Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=688_5-resolucao1-2010-onae&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 19 out. 2017.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecern.º 776/97.** Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0776.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Portaria CFC nº 055, de 1 de março de 2016.** Institui Comissão para analisar os processos de autorização, reconhecimento de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos na Área de Contabilidade. Disponível em: < <http://www3.cfc.org.br/spw/PortalTransparencia/Consulta.aspx>>. Acesso em: 18 out. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. **Regimento Geral.** Rio Branco-Acre, dezembro, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – 2011 a 2014,** Rio Branco-Acre, dezembro de 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. **Estatuto da UFAC.** Rio Branco, 2010.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, J. D. **Uma abordagem à harmonização contabilística internacional na América Latina.** Previsão de Defesa 2018. Projeto de Tese (Doutorado em Contabilidade) - Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.

_____. (Coordenador) et. All. **Matriz Curricular para Cursos de Ciências Contábeis:** Uma proposta da Fundação Brasileira de Contabilidade 1ªed. Fundação Brasileira de Contabilidade Brasília. 2017,

CUNHA, M. I. **O Currículo do Ensino Superior e a Construção do Conhecimento.** Fórum Nacional de Pró-reitores de ensino de graduação das Universidades Brasileiras, 2001.

FIGUEIREDO, S.; FABRI, P. E. **Gestão de empresas contábeis.** São Paulo: Atlas, 2000.
FRANCO, H. **A contabilidade na era da globalização.** São Paulo: Atlas, 1999.
HERMANN, J. F. (entrevista). **Revista Paulista de Contabilidade** nº 234, dezembro, 1943, p. 15-16

IUDICIBUS, S. de; MARTINS, E; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. do. **Manual de Contabilidade Societária:** aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC . 3ª ed. São Paulo: Atlas.2010.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C.; FARIA, A. C. de. **Introdução à teoria da contabilidade:** para graduação. 6. ed. São Paulo, Atlas, 2017. 320 p. ISBN 97885-97011425.

LIBÂNEO, J. C. Democratização da Escola Pública: A pedagogia crítico-social dos conteúdos. 23. Ed. São Paulo; Loyola, 2009.

MARION, J. C. Contabilidade Empresarial. 15º edição. São Paulo, atlas 2009.

MCLAREN, P. A Vida nas Escolas: Uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MEIRELLES, J. C. Harmonização das Normas Internacionais de contabilidade. In: SEGET – SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO ETECNOLOGIA, VII, 2009, Resende. Anais... Resende: Associação Educacional Dom Bosco, 2009. p. 1-12.

PELEIAS, I. Evolução do Ensino da Contabilidade no Brasil: uma análise histórica. In: Revista de Contabilidade e Finanças – USP – São Paulo, edição 30 anos. 2007, p. 19-32.

RODRIGUES, L. L.; SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. DOS. The origins of modern accounting in Brazil: Influences leading to the adoption of IFRS. Research in Accounting Regulation, v. 24, n. 1, p. 15–24, abr. 2012.

SILVA, A. C. R.. Educação por competência. Jundiaí: Paco Editorial, 2012. 212 p. ISBN 9788581481395. SÃO PAULO (Estado).

SILVA, S.S. (Org.) Acre: uma visão temática de sua geografia. Rio Branco: EDUFAC, 2007.

TABA, H. Curriculum Development: Theory and Practice. Hartcourt: Brace and World, Inc, 1962.

TYLER, R. Basic Principles of Curriculum and instruction. Chicago: The University of Chicago Press, 1950.

ANEXOS

ANEXO - A - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

CAPÍTULO I CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Regulamento normatiza as Atividades Complementares do curso de Ciências Contábeis.

Parágrafo único. As Atividades Complementares são consideradas parte integrante do curso de graduação em Ciências Contábeis e estão em consonância com a legislação vigente.

Art. 2º A carga horária das Atividades Complementares deve estar definida no Projeto Pedagógico do Curso, sendo o seu cumprimento distribuído ao longo do curso.

CAPÍTULO II

DA CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 3º As Atividades Complementares do curso de Ciências Contábeis são obrigatórias e devem ser realizadas por todos os acadêmicos regularmente matriculados no curso, podendo ser desenvolvidas em:

- I - atividades de ensino;
- II - atividades de pesquisa; e
- III - atividades de extensão.

CAPÍTULO III

DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

SEÇÃO I

ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE ENSINO

Art. 4º As Atividades Complementares de Ensino compreendem:

- I - disciplinas concluídas pelo acadêmico, em outros cursos de graduação da IES e não previstas na matriz curricular do curso, que sejam afins à área das Ciências Contábeis;
- II - cursos de capacitação profissional na área de Ciências Contábeis;
- III - atividades de monitoria acadêmica;
- IV - cursos de informática e língua estrangeira realizados em estabelecimentos oficialmente reconhecidos;
- V - estágios curriculares não obrigatórios na área de Ciências Contábeis, desde que devidamente comprovados, mediante supervisão e declaração de profissional;
- VI - disciplinas concluídas pelo acadêmico em cursos de pós-graduação (latosensu) em área afim.

SEÇÃO II

ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE PESQUISA

Art. 5º As Atividades Complementares de Pesquisa na área de Ciências Contábeis compreendem:

- I - participação em programa de bolsas de iniciação científica;
- II - participação em programa institucional de bolsas de iniciação científica;
- III - participação em outros projetos de pesquisa referendados pela IES;
- IV - participação em programa integrado de pós-graduação e graduação;
- V - trabalhos científicos publicados, em periódicos nacionais e ou em periódicos internacionais;
- VI - publicação de livro;
- VII - publicação de capítulo de livro;
- VIII - publicação de trabalhos em anais de congressos, na íntegra ou em síntese;
- IX - publicação de artigos em jornais e revistas;
- X - participação, como ouvinte, em anais de congressos e ou de seminários, nacionais e internacionais.

SEÇÃO III

ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE EXTENSÃO

Art. 6º As Atividades Complementares de Extensão na área de Ciências Contábeis compreendem:

- I - participação em projetos de extensão da instituição;
- II - participação em eventos na área de Ciências Contábeis:
 - a) semanas acadêmicas;
 - b) seminários, palestras, conferências;
 - c) congressos, fóruns, simpósios;
 - d) competições, desafios e olimpíadas acadêmicas e científicas
- III - visitas/viagens técnicas extracurriculares;
- IV - cursos de atualização;
- V - participação como voluntário em ações sociais, comunitárias e de classe;
- VI - apresentação de trabalhos, papers e congêneres em eventos técnico científicos;
- VII – participação em comissões organizadoras de eventos vinculados à IES ou

entidades de classe.

Parágrafo único. A participação nos eventos referidos no artigo 6º, inciso II, poderá ser na modalidade de ouvinte ou participante;

TÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 7º. A comprovação das Atividades Complementares do curso deverá ser submetida à aprovação pelo responsável da atividade.

Art. 8º. O acadêmico deverá requerer ao responsável pelas atividades complementares o registro das mesmas.

§ 1º. As Atividades Complementares deverão ser desenvolvidas ao longo do curso, excetuando o disposto nos incisos I e VI do Art. 4º.

§ 2º. O acadêmico deverá entregar, junto com o requerimento, os documentos originais (impresso ou digital) e as respectivas cópias, sendo os originais devolvidos.

§ 3º. A documentação será encaminhada à área competente para registro no Histórico Escolar do acadêmico, mediante o parecer do responsável pelas atividades complementares do curso.

Art. 9º. Os documentos comprobatórios das Atividades Complementares deverão ser encaminhados até dois meses antes da data de conclusão do curso ou periodicamente a cada ano ou semestre, conforme calendário definido pela IES

Art. 10. É de exclusiva competência do responsável pelas atividades complementares do curso a atribuição das horas das Atividades Complementares de cada acadêmico.

Art. 11. Os casos omissos serão resolvidos, em primeira instância, pelo Coordenador do curso; em segunda, pelo Colegiado do Curso e, em terceira, pela direção do centro em que o curso faz parte.

ANEXO – B - REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I CONSIDERAÇÕES GERAIS

SEÇÃO I DA NATUREZA DO ESTÁGIO

Art. 1º - Considera-se Estágio Supervisionado as atividades de aprendizagem profissional desenvolvidas pelo estudante em situações reais, realizadas na própria instituição de ensino ou com entidades públicas ou privadas, sob a coordenação da Instituição de Ensino Superior (IES).

Art. 2º - As atividades de estágio constituem-se por:

- a) experiências didático-pedagógicas, técnico-científicas e de relacionamento humano que contribuam para a formação do estudante;
- b) atividades de campo com o estabelecimento de relações de ensino
- c) aprendizagem entre professor supervisor, profissional supervisor e estudante;
- d) inserção do estudante, gradativamente, no processo de profissionalização;
- e) estímulo ao desenvolvimento de atividades e posturas profissionais, com o objetivo de desenvolver o senso crítico e atitudes éticas;
- f) integração entre teoria e prática.

SEÇÃO II DA CARACTERIZAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 3º - O Estágio Supervisionado do Curso de Ciências Contábeis caracteriza-se por uma atividade a ser cumprida mediante carga horária definida no Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 4º - A programação e o planejamento do Estágio Supervisionado devem ser elaborados em conjunto pelo aluno, professor responsável e pelo supervisor, resultando em um Projeto de Estágio.

SEÇÃO III DO CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 5º - Os estágios podem ser executados em entidades públicas, privadas ou do terceiro setor, desde que apresentem condições necessárias e adequadas para a formação profissional do estagiário.

Art. 6º - Para a realização do estágio, recomenda-se que a entidade concedente:

- a) possua infraestrutura material e recursos humanos que garantam a supervisão e as condições necessárias para a realização do estagiário;
- b) aceite a supervisão e avaliação da IES;
- c) aceite as normas que regem o Estágio Supervisionado da IES;
- d) use os modelos de formulários propostos pela IES para as assinaturas de termos de compromisso e termos aditivos.

CAPÍTULO II DA OPERACIONALIZAÇÃO

SEÇÃO I DA MATRÍCULA

Art. 7º - A matrícula na atividade de Estágio Supervisionado obedecerá às normas da IES.

SEÇÃO II DO PROJETO DE ESTÁGIO

Art. 8º – O projeto de estágio deve ser elaborado pelo estudante, professor responsável e pelo supervisor, e consta de:

- a) o que fazer (atividades);
- b) como fazer (metodologia);
- c) para que fazer (objetivo).

Parágrafo Único - O projeto de Estágio Supervisionado será apresentado de acordo com prazo estabelecido pelo calendário da IES.

SEÇÃO III

DOS RELATÓRIOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 9º - Ao final do Estágio Supervisionado, ou periodicamente, conforme data a serem estabelecidas pelo calendário da IES, o aluno elaborará relatório, respectivamente, com os seguintes elementos:

- a) as atividades desenvolvidas, conforme projeto de estágio;
- b) a metodologia utilizada;
- c) demonstração de cumprimento dos objetivos estabelecidos no projeto de Estágio Supervisionado.

TÍTULO II

DA CONTRATAÇÃO

CAPÍTULO I

DOS TERMOS DE COMPROMISSO E ADITIVO

SEÇÃO I

TERMO DE COMPROMISSO

Art. 10 – O Termo de Compromisso é o documento que formaliza a inserção do estudante como estagiário na unidade concedente do estágio, devidamente formalizado com a IES.

Art. 11 – O Termo de Compromisso deve contemplar a seguinte estrutura:

- a) identificação do Estágio Supervisionado;
- b) apresentação e identificação da unidade concedente;
- c) apresentação e identificação do estudante;
- d) objetivo do Termo de Compromisso;
- e) duração do Estágio Supervisionado;
- f) carga horária do Estágio Supervisionado;
- g) horário de desenvolvimento das atividades;
- h) descrição das atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário;
- i) cobertura do estudante por seguro de vida e acidentes pessoais, providenciada pela unidade concedente quando o estágio for não obrigatório, e pela IES, quando for obrigatório;
- j) o valor da bolsa a ser pago pela concedente (se houver);
- k) a periodicidade do relatório a ser apresentado pelo estudante, com a ciência do professor responsável e do supervisor;
- l) situações previstas para o cancelamento do estágio;

m) assinaturas do responsável pela unidade concedente, do estudante, do professor responsável, do supervisor e do responsável pela Área de Estágio da IES, se houver;

n) o Projeto de Estágio conforme o definido no Art. 8º.

Art. 12 – O estágio só pode ser iniciado após a completa formalização do respectivo Termo de Compromisso, conforme prevista nos artigos 10 e 11.

SEÇÃO II DO TERMO ADITIVO

Art. 13 – O Termo Aditivo é o documento que formaliza alterações no Termo de Compromisso em vigor.

Parágrafo Primeiro - O Termo Aditivo deve apresentar tipo de estágio, a carga horária e o período de vigência constante do Termo de Compromisso.

Parágrafo Segundo - O Termo Aditivo deve apresentar as assinaturas do responsável pela unidade concedente, do estudante, do professor responsável, do supervisor e do responsável pela Área de Estágio da IES, se houver.

TÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

CAPÍTULO I DAS ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO E DA SUPERVISÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 14 - A Coordenação do Estágio Supervisionado será definida pela IES.

Art. 15 - A supervisão do estágio será exercida pelo professor responsável – definido pela IES - e pelo supervisor. Realizar-se-á por meio de orientação, acompanhamento e avaliação das atividades do Projeto de Estágio.

Art. 16 – Cabe à Área de Estágios (se houver) a interlocução qualificada do professor responsável e do supervisor com o estudante para assegurar:

- a) a forma e o nível de acompanhamento;
- b) a articulação entre a teoria e a prática;
- c) a conformidade entre os princípios do Projeto Pedagógico do Curso e as exigências ou peculiaridades do espaço campo de estágio;
- d) a produção e ou socialização de conhecimentos atinentes ao estágio.

Art. 17 – O acompanhamento do estágio pelo professor responsável dar-se-á em uma das seguintes formas:

a) a distância – acompanhamento sistemático, com frequência mínima mensal do estudante na execução das atividades planejadas, podendo complementar-se com outras atividades na IES e/ou no local de estágio;

b) in loco – acompanhamento por meio de visitas periódicas ao local do estágio pelo professor responsável, o qual manterá contatos com o supervisor e com o estudante, a fim de implementar as possíveis complementações.

CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS DAS PARTES

Art. 18 – Compete à Área Estágio Supervisionado do Curso:

- a) divulgar aos estudantes e professores a Política de Estágios do Curso contendo diretrizes e normas a serem cumpridas;
- b) elaborar os formulários de planejamento, acompanhamento e avaliação de estágio;
- c) realizar contato ou visita periódicos com as entidades concedentes de estágio, com o objetivo de avaliar e acompanhar a realização das atividades propostas;
- d) elaborar, avaliar e propor aperfeiçoamentos das Normas de Estágio do Curso.

Art. 19 – Compete ao professor responsável pelo Estágio:

- a) planejar, acompanhar e avaliar as atividades de estágio, junto à Área de Estágio do Curso, ao supervisor e ao estudante;
- b) esclarecer ao estudante e ao supervisor o processo de avaliação do estágio;
- c) manter contatos permanentes com o supervisor de estágio;
- d) providenciar reforço teórico para os estudantes, quando necessário;
- e) desenvolver outras atividades inerentes à função.

Art. 20 – Compete ao supervisor de estágio na instituição concedente:

- a) participar do planejamento e da avaliação das atividades desenvolvidas pelo estudante;
- b) inserir o estudante na entidade concedente, orientá-lo e informá-lo quanto às normas dessa entidade;
- c) acompanhar e orientar o estudante durante a realização de suas atividades.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21 – A avaliação do estudante deverá ser processual de caráter qualitativo e consistirá no parecer do professor responsável, devendo contar com a participação do supervisor e do estudante, levando em consideração os relatórios de acompanhamento.

Art. 22 – Após entrega do relatório final, o professor responsável atribuirá nota ou conceito “aprovado” ou “reprovado”.

Art. 23. Os casos omissos serão resolvidos, em primeira instância, pelo Coordenador do curso; em segunda, pelo Colegiado do Curso e, em terceira, pela direção do centro/departamento.

ANEXO - C - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este regulamento visa orientar os alunos no processo de desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo ou Monografia, que deverá integrar a Matriz Curricular do curso de Ciências Contábeis.

Art. 2º O Trabalho de Conclusão de Curso concentra carga horária de 105 horas e se refere à elaboração de um artigo ou uma monografia.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS GERAIS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 3º São objetivos do Trabalho de Conclusão de Curso no curso de Ciências Contábeis:

- a) oportunizar o desenvolvimento de capacidades intelectuais, habilidades e atitudes imprescindíveis ao desenvolvimento acadêmico e profissional do aluno;
- b) fornecer condições favoráveis à aplicação e à integração de conhecimentos adquiridos em outras disciplinas do curso;
- c) favorecer o desenvolvimento do pensamento crítico mediante processo de iniciação científica.

CAPÍTULO III DA OPERACIONALIZAÇÃO

Art 4º As etapas de ação do Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo ou Monografia, podem ser assim esquematizadas:

Etapa 01 – Disponibilização aos alunos do Regulamento para a elaboração do TCC;

Etapa 02 – Definição, por parte dos alunos, da área de atuação e do professor orientador, de forma individual;

Etapa 03 – Disponibilização do cronograma de atividades; Etapa 04 – Elaboração do Projeto de TCC;

Etapa 05 – Elaboração do TCC;

Etapa 06 – Defesa do TCC.

Art 5º O aluno poderá matricular-se no TCC desde que tenha cumprido no mínimo 80% da

carga horária total do curso e o pré-requisito exigido.

Art. 6º A elaboração do TCC, de caráter obrigatório, deve ser realizada individual ou coletivamente.

Art. 7º O aluno terá orientação do professor-orientador e o acompanhamento da coordenação de TCC.

§ 1º O aluno será orientado por um professor pertencente ao quadro docente da instituição, a convite do próprio acadêmico ou designado pela Coordenação do TCC.

§ 2º A confirmação da orientação de conteúdo pelo professor-orientador dar-se-á mediante declaração formal, como, por exemplo, uma Carta de Aceite.

§ 3º Todo professor da instituição é elegível como orientador.

Art. 8º O acadêmico que não cumprir o Regulamento do TCC, bem como o cronograma proposto e aceito (modelo da IES), estará reprovado, devendo cursá-lo novamente.

Art. 9º O TCC deverá ser desenvolvido nas áreas de conhecimento do curso indicadas pela coordenação e/ou pelo professor-orientador.

Art. 10. O TCC será avaliado por uma banca composta pelo professor orientador e mais dois professores convidados mediante defesa.

CAPÍTULO IV DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 11. A estrutura organizacional da Disciplina TCC envolve:

- a) coordenador de TCC;
- b) orientador;
- c) banca examinadora.

Art. 12. O coordenador de TCC é indicado pela coordenação do curso ou eleito pelos pares.

Art. 13. O coordenador de TCC trabalhará juntamente com os professores orientadores de conteúdo, que formarão a equipe responsável pelos trabalhos desenvolvidos.

CAPÍTULO V

DAS COMPETÊNCIAS DOS ENVOLVIDOS

Art. 14. Compete ao coordenador da TCC:

- a) administrar e supervisionar de forma global o TCC de acordo com este Regulamento;
- b) fornecer esclarecimentos aos alunos sobre a natureza e os trabalhos a serem realizados na disciplina;
- c) divulgar a relação dos orientadores de conteúdo;
- d) repassar instruções aos orientadores de conteúdo e alunos;
- e) auxiliar na disponibilidade de horários dos professores-orientadores;
- f) auxiliar os alunos quanto à escolha do tema e do professor na área de atuação;
- g) orientar os alunos para que seus desempenhos observem os valores éticos e morais quando da elaboração do TCC;
- h) estabelecer o cronograma de atividades da disciplina;
- i) receber dos professores orientadores, de acordo com os prazos estabelecidos, o relatório de acompanhamento dos acadêmicos orientandos (modelo da IES), e indicar a composição da banca.

Art. 15. Ao orientador compete:

- a) auxiliar o aluno na escolha do tema de pesquisa;
- b) prestar ao aluno assistência, acompanhamento, orientação e esclarecimentos necessários até a conclusão da TCC;
- c) acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos e encaminhar relatórios (quando exigido) à Coordenação do TCC;
- d) orientar a pesquisa bibliográfica para a fundamentação do tema, acompanhando os resultados obtidos;
- e) participar das reuniões que forem convocadas pela Coordenação do TCC;
- f) cobrar do acadêmico a execução do cronograma apresentado pelo coordenador do TCC.

Art. 16. Ao aluno compete:

- a) definir (em conjunto com orientador e/ou a coordenação do TCC) a área de conhecimento a ser abordada durante o desenvolvimento do TCC;
- b) ser assíduo, pontual e ético no desenvolvimento das atividades programadas;
- c) recorrer ao coordenador do TCC e/ou ao orientador quando necessitar de esclarecimentos quanto às normas e aos procedimentos;

- d) executar o cronograma do TCC, respeitando os prazos estipulados pela coordenação;
- e) realizar pesquisas bibliográficas, levantamento de dados, pesquisa de campo ou demais atividades necessárias para a elaboração do trabalho;
- f) submeter as atividades desenvolvidas à análise do professor orientador, introduzindo os ajustes por ele recomendados;
- g) elaborar o TCC com emprego da metodologia científica de pesquisa e a observância das normas preconizadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou American Psychological Association (APA);
- h) obter autorização, por escrito, da entidade pesquisada quando forem utilizados mencionados dados internos não disponibilizados ao público;
- i) apresentar e defender o TCC perante a banca.

CAPÍTULO VI DA AVALIAÇÃO

Art. 17. A avaliação será contínua, processando-se a partir do início das atividades até o seu término.

Art. 18. A avaliação pelo orientador (conforme disposto art. 11) será baseada no desempenho, compreendendo o conjunto dos textos elaborados pelo aluno, a observância de prazos e horários, o atendimento às instruções do professor-orientador, a clareza, a concisão, a coerência, a articulação entre as partes que compõem o trabalho e a adequação da revisão de literatura. Deve o orientador indicar se o TCC está em condições de ser levado à defesa.

Art. 19. A banca examinadora levará em consideração aspectos teóricos, metodológicos e de resultados alcançados (quando houver), além da contribuição do estudo.

Art. 20. O detalhamento dos critérios de avaliação pode constar em anexos deste regulamento, quando omissos.

Art. 21. As notas poderão ser lançadas pelos professores orientadores de conteúdo ou pela coordenação (geral ou de TCC), a critério da Instituição.

Art. 22. A avaliação culmina após submissão à banca examinadora, salvo reformulações, quando houver.

Parágrafo único. A avaliação da banca abrangerá o trabalho escrito e a defesa, cujo resultado poderá ser “aprovado”, “aprovado com ressalva” ou “reprovado”.

Art. 23. O TCC será considerado INAPTO quando o resultado da avaliação da Banca for “reprovado” nas seguintes hipóteses:

- a) insuficiência de desempenho, não tendo o aluno conseguido

desenvolver oTCC de forma satisfatória;

b) inserção no TCC de textos de terceiros como se fosse próprio.

Parágrafo único. A insuficiência de desempenho que resulte em reprovação deverá ser, obrigatoriamente, justificada pela banca.

TÍTULO II

CAPÍTULO I

OUTRAS DISPOSIÇÕES

Art. 24. Os trabalhos aprovados deverão ter uma cópia impressa ou digital paraconstar do acervo da instituição.

Art. 25. Os casos omissos serão resolvidos, em primeira instância, pelo coordenador do TCC, e, em segunda, pelo coordenador do curso.

ANEXO – D

REGULAMENTO DE CURRICULARIZAÇÃO

REGULAMENTO PARA A CURRICULARIZAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, CONFORME RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES PARA A EXTENSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA. E A RESOLUÇÃO Nº 31, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020, REGULAMENTA A CURRICULARIZAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFAC.

CAPÍTULO I

DEFINIÇÃO DAS ATIVIDADES DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Art. 1.º A curricularização da extensão diz respeito às atividades culturais e científicas organizadas e desenvolvidas por discentes, articuladas com o ensino e a pesquisa e integram o currículo do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis constituindo-se em requisito obrigatório para a integralização dos créditos estabelecido no Projeto Pedagógico;

§ 1.º Em conformidade com o art. 3.º da resolução CEPEX nº 31, de 15 de dezembro de 2020, o objetivo da curricularização é desenvolver um conjunto de atividades planejadas e/ou desenvolvidas juntamente com a comunidade externa promovendo habilidades e competências mínimas necessárias ao exercício da profissão, tendo o aluno como protagonista na organização e execução das atividades. Sob orientação do professor da disciplina.

Parágrafo Único – As ACEX têm relevância acadêmica, científica e social e se efetiva por meio de “intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante”, conforme disposto no art. 7º. Da Resolução nº 7/2018 MEC/CNE/CES.

Quadro 1 – Resumo da Estrutura Curricular com Carga Horária

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	HORAS
Componentes Curriculares Obrigatórios	2.940
Componentes Curriculares Optativas	120
Atividade Complementares	60
Carga Horária Total	3120
Curricularização da Extensão	312 = 10 % do total, na forma a seguir.
Modelo Disciplinar (MD)	132
Modelo Dissociado das Disciplinas (MDD)	180

Fonte: Elaborado pela comissão (2022).

Art. 2.º A Curricularização da Extensão, em conformidade com a Resolução nº 31, de 15 de dezembro de 2020, computará 312 horas divididas em 132 horas no Modelo Disciplinar (MD), ou seja, por meio de projetos a serem desenvolvidos por dentro das disciplinas e 180 horas no Modelo Dissociado das Disciplinas (MDD), podendo ser desenvolvidas por meio de programas, projetos, eventos e prestação de serviços, totalizando a carga horária de 10%, iniciando a partir do segundo período, devendo ser integralizada até o sétimo período do curso.

§ 1.º As temáticas das atividades de extensão serão realizadas conforme aos núcleos aglutinadores dos componentes curriculares do curso em Ciências Contábeis aprovadas no PPC.

Quadro 2 – Componentes Curriculares Obrigatórios- Carga Horária, ACEx, Período

Código	Nome da Disciplina	C/ H	Créditos			Pré-requisitos	Acex C.H	Período
			T	P	E			
CCET306	Matemática Financeira	60	4	0	0	Matemática Básica	10	2º
CCJSA309	Contabilidade Introdutória-II	60	4	0	0	Contabilidade Introdutória – I	10	3º
CCJSA310	Introdução à Economia – II	60	4	0	0	Introdução à Economia – I	10	3º
CCJSA315	Contabilidade para ME e EPP	60	2	1	0	-x-	10	4º
CCJSA262	Contabilidade Gerencial	60	4	0	0	-x-	10	4º
CCJSA317	Empreendedorismo	60	2	1	0	-x-	10	4º
CCJSA318	Contabilidade de Custos e Formação de Preços	60	2	1	0	Contabilidade Intermediária – I	10	4º
CCJSA319	Contabilidade Intermediária-II	60	4	0	0	Contabilidade Intermediária – I	10	5º
CCJSA258	Auditoria Contábil - I	60	4	0	0	Contabilidade Intermediária – I	10	5º
CCJSA320	Contabilidade Ambiental	60	4	0	0	-x-	10	5º
CCJSA322	Contabilidade Rural	60	2	1	0	-x-	10	5º
CCJSA324	Contabilidade do Terceiro Setor	60	2	1	0	-x-	10	6º
CCJSA329	Contabilidade Pública – II	60	4	0	0	Contabilidade Pública – I	5	7º
CCJSA332	Perícia Contábil e Arbitragem	60	2	1	0	-x-	7	7º
Total							132	

Fonte: Elaborada pela Comissão (2022).

CAPÍTULO II

DOS PROGRAMAS E PROJETOS: APROVEITAMENTO DE BOLSAS DE EXTENSÃO

Art. 3.º Serão contabilizadas carga horária de até 120h, do 2º ao 7º período, por participação em Programas e Projetos de Extensão, desde que estes estejam cadastrados na Plataforma de Ações de Extensão e Cultura (Paec) e permitam ao aluno atuar como bolsista ou voluntário, sob orientação de, no mínimo, um professor efetivo da UFAC.

Quadro 3 – Distribuição da Carga Horária de Curricularização da Extensão/Modelo Dissociado da Disciplina (MDD)

Modalidades de Atividades Extensionistas	Período(s) em que será ofertado	CH mínima e máxima de aproveitamento
Programas e Projetos: bolsista e ou voluntários		
- Deverá ser apresentado pelos professores das disciplinas de formação profissional; - Os projetos poderão se estender em Órgãos Público como também em empresas privadas, bem como a sua atuação em atividades desenvolvidas por empresas Juniores(EJs); - Poderá ainda realizar Ações Curriculares de Extensão (ACEX) em outros cursos de graduação da UFAC.	A ser trabalhado no: 2º. ao 7º. período.	Vai depender do projeto, com uma carga máxima de 120 hs por semestre.
Prestação de serviço:		
Empresa Júnior: Atuação dos discentes desenvolvida mediante formação de Empresa Júnior (EJ) e Programas de Educação Tutorial, sob orientação de docente em disciplinas de formação profissional.	A ser trabalhado no 4º e 7º. período	Carga Horária de 60 hs por semestre com limite máximo 120hs.
Curso de extensão:		
- Deverá ser ministrado pelos discentes, cursos de curta duração sob orientação dos docentes das disciplinas de formação profissional; - Organização de oficinas e minicursos, com carga horária de 40 horas por atividade.	A ser trabalhado no 6º. e 7º. período;	Carga horária de acordo com o estabelecido em cada atividade, limite máximo 120hs.
Eventos: comissão organizadora e outros		
Eventos: Semana Acadêmica de Contabilidade; comissão de organização de eventos local sendo os discentes os protagonistas.	Deverá acontecer no 6º e 8º.	Carga horária de até 30 horas por evento podendo acumular até 120 horas.
Comissão organizadora e outros: - Comissão de organização de eventos de caráter nacional e internacional, no período vigente da matrícula do discente no curso; - Participar da organização, coordenação ou realização de eventos na UFAC, no período vigente da matrícula do discente no curso; - Participação na organização de Expedição e ou trabalho de campo na área de economia.	A ser trabalhado no 4º. 5º. período, com a participação dos discentes dos respectivos períodos.	Carga horária de até 30 hs por evento podendo acumular até 90 horas. ou Estando de acordo com o estabelecido em cada evento e ou atividade. ou Para cada semestre de bolsista ou voluntário conta até 60 horas.
Total		180hs

Fonte: Elaborada pela Comissão (2022).

Parágrafo Único - A Participação dos discentes nos projetos de extensão deverá estar aprovado pela UFAC ou MEC, como bolsista ou voluntário, sendo esse o protagonista da ação, obrigatoriamente orientado por professores do curso de Ciências Contábeis, com limite máximo de 120hs por semestre.

CAPÍTULO III

DOS REGISTROS

Art. 5.º Na matrícula do 8º período do Curso de Ciências Contábeis, para integralização da estrutura curricular, os acadêmicos já deverão ter concluído a carga horária mínima exigida neste regulamento.

§ 1.º Para acompanhamento dos registros acadêmicos e contagem da carga horária das Atividades de Extensão, o discente deverá preencher formulário padrão na Coordenação do Curso de Ciências Contábeis anexando:

- I.** Relação especificada das atividades, com título, carga horária e pontuação máxima para cada item apontado;
- II.** Comprovantes com fotocópias da certificação obtidas.

Quadro 4 - FICHA ANALÍTICA PARA SOLICITAÇÃO DE REGISTRO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Discente:	Matrícula:
Nome do Projeto:	Número de registro na PROEX:
Coordenador:	Ano de execução: Semestre:
Função na atividade:	Carga-horária na atividade:
Atividade Vinculada a disciplina: 1. Sim 2. Não	Caso “SIM”, qual disciplina:

Obs: Esta ficha deverá ser preenchida para cada atividade de extensão

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6.º Os discentes poderão participar de outras ações curriculares de extensões, em outros cursos de graduação da UFAC, objetivando a integração dos discentes, principalmente, em áreas correlacionadas à Contabilidade. Outra atuação dos discentes poderá ser desenvolvida mediante formação de empresas Júniores e Programas de Educação Tutorial com limite máximo de 120h.

Art. 7.º Não poderá ser realizado o extraordinário aproveitamento de estudos em disciplinas curricularizadas, considerando os critérios de avaliação adotados em processo

de aproveitamento.

Art. 8.º Só poderá ser concedido aproveitamento de estudo em componente curricular com ACEX ainda que haja compatibilidade de carga horária, ementa e créditos, conforme previsto no artigo 327 do Regimento Geral da Ufac, se a disciplina a ser aproveitada tiver a mesma carga horária de curricularização.

Art. 9.º Os discentes, na execução das ações de extensão deverão ter a mesma proteção jurídica concedida à discentes em atividade de estágio, nos termos da apólice em vigor, firmada entre a UFAC e uma seguradora devidamente fiscalizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Art. 10. No planejamento da disciplina, o professor deverá inserir nas diferentes unidades do conteúdo programático, “Ações de curriculares de extensão”, levando em consideração as diferentes etapas do planejamento, sua execução e culminância.

Art. 11. O discente não poderá integralizar as atividades de curricularização de extensão utilizando a carga horária de uma única atividade de extensão.

Art. 12. Situações que fogem ao especificado neste Regulamento serão deliberadas pelo Colegiado de Curso de Ciências Contábeis - UFAC, sob a participação do Núcleo Docente Estruturante (NDE).

Art. 13. Este Regulamento entra em vigor a partir da data de homologação junto ao CEPEX.

ANEXO I

FICHA SINTÉTICA PARA SOLICITAÇÃO DE REGISTRO DE ATIVIDADE DE EXTENSÃO - MDD

MODALIDADE	AÇÃO/ATIVIDADE	Número de registro na PROEX:	C/H
Carga-horária total			

**ANEXO – E - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES
ACADÊMICO-CIENTIFICO-CULTURAIS CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**CAPITULO I
DOS OBJETIVOS E DAS CARACTERÍSTICAS**

Serão consideradas como atividades Acadêmico-Científico-Culturais aquelas que forem normatizadas pelo colegiado do curso de ciências contábeis realizadas no âmbito da contabilidade e áreas afins, como: a participação em eventos científicos, tais como: - semanas acadêmicas, simpósio, congressos, Seminários de pesquisa, inclusive de Iniciação Científica, oficinas, palestras, cursos de extensão, mini-cursos, estágio curricular não obrigatório e outros.

Considerando o teor da Resolução CONSU nº 24, de 11 de maio de 2009 e a Resolução CNE/CES Nº 17, de 13 de março de 2002, que determina que o projeto pedagógico curricular do curso deverá explicitar as características das atividades Científicas Culturais.

Art. 1º – Os (as) discentes do curso de Graduação em Ciências Contábeis deverão cumprir as 312 horas de Atividades-Acadêmico-Culturais exigidas para o graduando ao longo de sua formação.

Art. 2º – As atividades de natureza acadêmico-científico-culturais deverão ficar sob a responsabilidade do Colegiado do Curso de Ciências Contábeis ou de outras estruturas organizacionais públicas ou privadas no âmbito escolar ou não escolar desde que sejam autorizadas pelo Colegiado do Curso.

**CAPITULO II
DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTIFICO-CULTURAIS**

Art. 3º – Serão consideradas atividade acadêmico-científico-culturais as modalidades de:

I – Eventos científicos nas modalidades de simpósio, seminário, congressos, conferências, debates, mesas redondas, palestras, workshops e oficinas nas áreas de Contabilidade ou áreas afins, monitoria, de ensino das áreas de atuação multidisciplinar do egresso do curso e estágio não obrigatório;

II - Projetos extracurriculares de caráter técnico, científico ou cultural (PIBIC, PIBID) envolvendo conceitos da área de Contabilidade e áreas afins;

III – Monitorias e/ou tutoria em componentes da formação contábil ou em programas e projetos institucionais;

IV - Atividades extracurriculares realizadas em instituição de ensino público

ou privado ou em instituições de natureza científico/cultural;

V – Disciplinas optativas para além das curriculares; VI – Cursos de línguas estrangeiras;

VII – Atividades de produção científica;

Art. 4º – As horas relativas às atividades constantes nos incisos I a V do Art. 3 deverão estar consignadas nos documentos relacionados às atividades as quais os discentes tenham participado.

Parágrafo único – As horas a serem computadas para as atividades dos incisos I, II, III, IV e V serão aceitas pelo colegiado com documentação comprobatória, e com carga horária máxima conforme quadro 12.

Quadro 12 Atividades-acadêmico-científicas-culturais a serem consideradas pelo colegiado do curso de Ciências Contábeis.

ATIVIDADES	COMPROVAÇÃO	HORAS (MÁXIMO)
1. Pesquisa/Ensino		
1.1. Monitoria	Certificado Institucional	25 horas/semestre
1.2. Participação em projetos de pesquisa (Bolsista ou não, nos programas: PIBIC ou PIBID)	Certificado Institucional	25 horas/semestre
1.3. Disciplinas optativas para além das curriculares	Histórico escolar	60 horas
1.4. Tutoria	Certificado Institucional	25 horas/semestre
2. Representação e participação em eventos de classe		
2.1. Titular em colegiado, Assembleia e Conselho	Certificado Institucional	20 horas/semestre
2.2. Suplente em colegiado, Assembleia e Conselho	Certificado Institucional	05 horas/semestre
2.3. Titular em representação estudantil	Certificado Institucional	20 horas/ano
2.4. Participação em eventos de classe	Certificado da Entidade	05 horas
3. Participação em eventos científicos		
3.1. Mini-cursos (cursista)	Certificado	40 horas
3.2. Apresentação oral de trabalho científico	Certificado	05 horas/trabalho
3.3. Apresentação de trabalho (painel)	Certificado	05 horas/trabalho
4. Produção acadêmica		
4.1. Trabalho completo em evento científico	Atestado	20 horas/trabalho
4.2. Resumo em evento científico	Atestado	10 horas/trabalho
4.3. Artigo completo publicado em periódico	Atestado	30 horas/trabalho

4.4. Livros científicos (com conselho editorial)	Atestado	40 horas/trabalho
4.5. Capítulo de livro (com conselho editorial)	Atestado	30 horas/trabalho
4.6. Texto científico em jornal	Atestado	05 horas/trabalho
4.7. Material didático (apostila, modelo, filmes)	Atestado	10 horas/trabalho
5. Atividades e Produção Artístico-cultural		
5.1. Poesia editada (em livros, jornais, revistas)	Exemplar	05 horas/trabalho
5.2. Autoria e co-autoria de música registrada na Biblioteca Nacional	Cópia do registro	05 horas/trabalho
5.3. Autoria e co-autoria de obras literária (romance, conto, ficção)	Exemplar	05 horas/trabalho
5.4. Apresentação artística individual	Certificado	02 horas/trabalho
5.5. Apresentação artística coletiva	Certificado	02 horas/trabalho
5.6. Apresentação de obras de artes visuais	Certificado	05 horas/trabalho
5.7. Prêmios em concursos artísticos ou culturais	Certificado	10 horas/trabalho
6. Atividades de apoio e de cunho social		
6.1. Participação em equipe de suporte (eventos científicos, culturais, classistas)	Atestado	05 horas
6.2. Associação em organizações não-governamentais	Atestado	05 horas
7. Atividades Práticas		
7.1. Estágio Curricular Supervisionado - Não Obrigatório	Declaração, Contrato, Atestado	45 horas/trabalho
8. Outras atividades não previstas		
8.1. Análise de caso a caso		

Art. 5º – O discente deverá requerer junto à coordenação do Curso de Ciências Contábeis o registro e cômputo das horas em atividades em que tenha participado, mediante documentação comprobatória.

Art. 6º – A secretaria da Coordenação do Curso de Ciências Contábeis manterá o controle das horas cumpridas pelo discente com os devidos documentos comprobatórios. Parágrafo Único - O discente deverá entregar os documentos comprobatórios das Atividades Científico-Culturais no mínimo 20 dias úteis.

Art. 7º – Ao final de cada período letivo, e de conformidade com o calendário acadêmico a secretaria da Coordenação do Curso de Ciências Contábeis encaminhará ao NURCA as horas das atividades de cada discente.

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º – Casos omissos serão deliberados pelo colegiado do Curso de Ciências Contábeis.

ANEXO – F – PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO

NECESSIDADES DE ESTRUTURA FÍSICA E DE PESSOAL, BEM COMO UM CRONOGRAMA DA ESTIMATIVA

1) Corpo Docente:

Para criação e implantação do curso serão necessários professores graduados em contabilidade, com qualificação em áreas afins, bem como servidores técnico-administrativos. A demanda por esses profissionais é detalhada a seguir:

Considerando os conteúdos de formação básica e profissional e as atividades de coordenação de TCC e atividades complementares, busca-se evidenciar a necessidade de professores em dois grupos: os que possuem formação inicial em Ciências Contábeis e nas demais áreas do conhecimento.

Grupo 1 - Necessidade de graduados (bacharéis) em contabilidade

O levantamento da necessidade de professores leva em consideração que o regime de trabalho de Dedicção Exclusiva 40hs – DE, deve ser entendido como preferencial para a contratação. Todavia o Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA) poderá avaliar a necessidade de profissionais com regime de trabalho de 20 horas, considerando disciplinas específicas do curso tais como laboratório contábil, auditoria e perícia contábil.

No que se refere à memória de cálculo (quadros) que justifica a previsão de professores foi considerado:

- 1) Haverá ingresso de alunos uma vez ao ano, ou seja, o curso funcionará em semestres pares e ímpares.
- 2) Haverá a necessidade de coordenadores de TCC e Atividades Complementares permanentes.
- 3) Haverá um coordenador de curso o que reduz sua carga horária disponível para ministrar aulas para 20 horas.

Assim consideramos que é necessário um professor com regime de dedicação exclusiva a cada 360 horas (aproximadamente) da carga horária das disciplinas referente aos conteúdos de formação profissional.

Acredita-se ainda, em havendo a necessidade, quando o colegiado optar em não contratar um professor em regime de dedicação exclusiva, deva-se solicitar a contratação de dois professores em regime 20 horas para suprir as necessidades do curso.

Por fim, cabe ressaltar que apesar de haver a possibilidade de o aluno cursar disciplinas básicas e optativas em outros cursos da UFAC, entende-se que o curso de contabilidade deve oferecer no mínimo sete disciplinas ministradas por graduados em ciências contábeis.

Quadro 13 – Disciplinas de Formação Profissional

Disciplinas	Carga horária	Necessidade de professor DE
Introdução à Contabilidade	60	01
Contabilidade Geral – Introdutória I e II	120	
Contabilidade Geral - Intermediária 1 e II	120	
Contabilidade Societária e Financeira	60	
Contabilidade Aplicada ao Agronegócio	60	01
Controle Interno e Prestação de Contas	60	
Perícia Contábil e Arbitragem	60	
Contabilidade Avançada	60	
Contabilidade de Custos e Formação de Preços	60	
Contabilidade para ME e EPP	60	
Gestão e Contabilidade de Finanças Públicas	60	01
Contabilidade Aplicada ao Setor Público	60	
Finanças empresariais e a contabilidade	60	
Análise de Custos	60	
Auditoria I e II	120	
Controladoria e Sistema de Informação	60	01
Contabilidade do Terceiro Setor	60	
Planejamento e Contabilidade Tributária I	60	
Planejamento e Contabilidade Tributária II	60	
Contabilidade Internacional	60	
Contabilidade Rural	60	01
Contabilidade Atuária	60	
Contabilidade Ambiental	60	
Metodologia de Pesquisa Aplicada a Contabilidade	60	

Responsabilidade Socioambiental	60	
Análise das Demonstrações Contábeis	60	
Optativa	60	01
Optativa	60	
TOTAL	1.860	06

Quadro 14 – Disciplinas de Formação Profissional – Teórico e Prático

Disciplinas	Carga horária	Necessidade de professor DE
Estágio de Iniciação Profissional I	90	02
Estágio de Iniciação Profissional II	90	
Atividades Complementares	60	
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	120	
Curricularização da Extensão	312	
TOTAL	360	

Grupo 2 - Necessidade de professores em diversas áreas de formação

A previsão da necessidade de professores que vão contribuir com a formação básica do bacharel em ciências contábeis é apresentada de acordo com os centros que irão ofertar as disciplinas. Nesse sentido cabe ressaltar que a comissão não tem acesso sobre a disponibilidade de carga horária de professores da UFAC (caso exista).

Sugere-se o órgão da administração superior, responsável pelo controle da atividade docente, deverá se manifestar sobre a necessidade de contratação de professores por centro assim como demonstrados abaixo.

Quadro 15 – Docentes para Conteúdos de Formação Básica

Disciplinas	Carga horária	Necessidade de Oferta por Centro	Necessidade na estrutura curricular
Matemática Básica	60	CCET	Período 1
Estatística Econômica – I	60		Período 1
Teoria da Contabilidade Geral	60		Período 2
Matemática Financeira	60		Período 2

Introdução à Economia – I	60	CCJSA	Período 2
Administração de Recursos Humanos	60		Período 1
Instituições de Direito Público e Privado	60		Período 1
Contabilidade introdutória I	60		Período 3
Direito Comercial e Legislação Societária	60		Período 2
Contabilidade Introdutória II	60		Período 3
Ética e Legislação Profissional	60		Período 2
Português Instrumental	60	CELA	Período 2
Metodologia do Trabalho Científico	60		Período 4
Psicologia Organizacional	60		Período 1
Sociologia das Organizações	60	CFCH	Período 1
TOTAL	900		

Fonte: Elaborado pela comissão (2022).

2) Servidores atividades administrativas

As atividades administrativas de um curso de graduação limitam-se as atividades realizadas junto a coordenação do curso. Para atender as atividades rotineiras de secretaria do curso de Ciências Contábeis se fazem necessários dois assistentes administrativos.

Esses se Justificam pela necessidade de manter o atendimento ao aluno e as atividades administrativas no período diurno e noturno, independente do período letivo. Assim, entende-se que há necessidade de manter as atividades administrativas no mesmo horário que o expediente administrativo da reitoria e seus órgãos, além das atividades de secretaria no atendimento as necessidades dos alunos no período noturno.

INFRA-ESTRUTURA FÍSICA NECESSÁRIA PARA O FUNCIONAMENTO DO CURSO

As necessidades de infraestrutura física e de recursos humanos, bem como um cronograma dos investimentos decorrentes da criação e implantação do curso, constam descritas em anexo a este projeto. Cabe ressaltar que a implantação do curso deve iniciar somente após a aprovação deste projeto no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) e no Conselho Universitário (CONSU), após a pactuação de códigos de vagas

junto ao Ministério da Educação, o qual deverá se comprometer também em fornecer as condições orçamentárias para o período de implantação do curso.

Quadro – 16 Quadro Resumo Quantitativo de Salas

Itens	Quantidade	Detalhamento	Localização
Sala da coordenação	1	Capacidade para 02 pessoas	Sala onde funcionava a Coordenação do Curso do Direito – Bloco
Sala secretária	1	Capacidade para 03 pessoas	Sala onde funcionava a Secretária do Curso do Direito – Bloco
Ambiente/ sala (centro acadêmico)	1	Capacidade para 06 pessoas	
Sala de professor	2	Capacidade para 06 professores	
Sala de aula	4	Capacidade para 50 alunos	Sala onde funcionava as salas de aula do Curso do Direito – Bloco
Sala de reunião	1	Capacidade para 12 pessoas	Sala onde funcionava a sala de reunião do Curso do Direito – Bloco
Sala de laboratório	1	Capacidade para 40 alunos	
Sala para grupo de pesquisa	1	Capacidade para 10 pessoas	

Fonte: levantamento pela comissão – 2022.

ANEXO - G - RENOVAÇÃO DA PORTARIA DA COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO CURSO

PORTARIA DE CRIAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS – 2018

Prof. Dr. Josimar Batista Ferreira
Vice-Reitor no exercício da Reitoria

PORTARIA Nº 3.860, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2018

O VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE no uso das atribuições legais, regimentais e estatutárias, e o que consta no processo administrativo nº 23107.027746/2018-13, RESOLVE:

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico Curricular – PPC, do Curso de Ciências Contábeis.

Matrícula	Nome	Função
1461798	Oleides Francisca de Oliveira	Presidente
2217870	Rubicleis Gomes da Silva	Membro
6414838	Raimundo Cláudio Gomes Maciel	Membro

Prof. Dr. Josimar Batista Ferreira
Vice-Reitor no exercício da Reitoria

PORTARIA Nº 877, DE 08 DE ABRIL DE 2022

PROFA. DRA. MARGARIDA DE AQUINO CUNHA

Reitora em exercício

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, no uso das atribuições legais, regimentais e estatutárias, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 23107.008096/2022-85, resolve:

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico Curricular – PPC, do Curso de Ciências Contábeis.

Matrícula	Nome	Função
1461798	Oleides Francisca de Oliveira	Presidente
2217870	Rubicleis Gomes da Silva	Membro
6414838	Raimundo Cláudio Gomes Maciel	Membro

Assinado Eletronicamente
PROFA. DRA. MARGARIDA DE AQUINO CUNHA
Reitora

PORTARIA Nº 2.918, DE 25 DE SETEMBRO DE 2018

A REITORA EM EXERCÍCIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, no uso das atribuições legais, regimentais e estatutárias, e o que consta no processo nº 23107.020001/2018-15, RESOLVE: DESIGNAR os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão que irá elaborar o Projeto Pedagógico Curricular – PPC, do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis desta IFES.

Matrícula SIAPE	Nome	Função
1461798	Oleides Francisca de Oliveira	Presidente
-	João Cleber da Silva	Membro – Conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade - CRC
-	Jhónnatas Almeida de Carvalho	Membro – Conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade - CRC

Profa. Dra. Ednaceli Abreu Damaceno
Reitora em Exercício

PORTARIA Nº 3.768, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2018

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, no uso das atribuições legais, regimentais e estatutárias, e considerando o que consta no processo administrativo nº 23107.020001/2018-15, RESOLVE: **RETIFICAR** a Portaria nº 2.918, de 25 de setembro de 2018, que designou os membros abaixo relacionados para a Comissão que irá elaborar o Projeto Pedagógico Curricular – PPC, do Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis desta IFES.

Matrícula SIAPE	Nome	Função
1461798	Oleides Francisca de Oliveira	Presidente
-	João Cleber da Silva	Membro – Conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade - CRC
-	Jhónnatas Almeida de Carvalho	Membro – Conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade - CRC

Onde se lê: “Jhónnatas Almeida de Carvalho”

Leia-se: “Jônathas Santos Almeida de Carvalho”

Profa. Dra. Margarida de Aquino Cunha
Reitora